

***Fortaleza:
uma breve história***

Artur Bruno
Airton de Farias

Fortaleza: uma breve história

INESP

Instituto de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza - Ceará
2011

Editor Responsável
Paulo Linhares

Coordenação Editorial
José Elcio Batista
Denise de Castro

Revisão
Lúcia Jacó
Vânia Soares

Capa
Denise de Castro

Diagramação
Mário Giffoni

Digitação
Carolina Molfese

Impressão Capa
Gráfica Pouchain Ramos

Impressão e Acabamento
i.Éditora

Coordenação de Impressão
Erandes do Carmo

Foto da capa
Gentil Barreira

Fotos
Franklin Costa - pag. 25; 32; 35; 118; 163; 171; 184
Joaquim Antônio Correia - pag. 73;76
Jônia Rios - pag. 188

Catalogado por Daniele Souza do Nascimento

B894f Bruno, Artur.

Fortaleza: uma breve história / Artur Bruno, Airton de Farias. - Fortaleza. INESP, 2011.
220p.

ISBN: 978-85-7973-019-1

1. Fortaleza (CE), História. I. Farias, Airton de. II Título

CDDdir: 981.31

INESP

Instituto de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Estado do Ceará



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Copyright © 2011 by INESP

Todos os direitos desta edição reservados ao INESP

Av. Desembargador Moreira, 2807 – ed. Senador

César Cals de Oliveira - 1º andar

CEP 60170-900 – Fortaleza-Ceará-Brasil

Tel.: (85) 3277.3701

inesp@al.ce.gov.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 - As Origens	17
1.1 O Forte.....	19
1.2 As Polêmicas sobre a "Fundação" de Fortaleza.....	23
1.3 O Povoado do Forte.....	25
Capítulo 2 - A Vila	29
2.1 A Criação da Primeira Vila do "Siará".....	31
2.2 Razões para a Criação da Vila.....	33
2.3 A Localização da Primeira Vila.....	35
2.4 A Instalação da Vila de Fortaleza.....	37
2.5 Fortaleza e a Separação de Pernambuco.....	39
Capítulo 3 - A Lenta Expansão	41
3.1 O Começo da Expansão.....	43
3.2 Fortaleza Cidade.....	47
3.3 Olhares estrangeiros.....	50
Capítulo 4 - A Hegemonia	53
4.1 As Razões de uma Cidade.....	55
4.2 Cidade e "Progresso".....	58
4.3 Fortaleza <i>Belle Époque</i>	61
4.4 Bem Morar e Divertir-se.....	64
4.5 Disciplinando Corpos e Mentes.....	66
4.6 Carnaval.....	69
4.7 O Saber Médico e a Construção de Cemitérios.....	70
4.8 Fortaleza e a Seca de 1877-79.....	72
4.9 Ceará Moleque.....	74
Capítulo 5 - Cidade Agitada	77
5.1 A "Modernidade" Avança.....	79
5.2 A Revolta Popular de 1912.....	83
5.3 Outros Símbolos de "Progresso".....	87
5.4 A Cidade se Diverte.....	91
5.5 A Cidade Veloz.....	94
5.6 O Outro Lado da "Modernidade".....	99

Capítulo 6 - Tempos de Centralismo e Guerra ...	103
6.1 Fortaleza e a Era Vargas	105
6.2 Ainda em Busca da "Modernidade"	108
6.3 Descontrole Urbano	112
6.4 Favelas	117
6.5 Fortaleza no Estado Novo	120
6.6 Vigiar e Punir	124
6.7 A Base Norte-Americana em Fortaleza	127
6.8 Cotidiano de Guerra	130
Capítulo 7 - Metrópole	133
7.1 Idas e Vindas	135
7.2 A Volta da Democracia.....	138
7.3 Explosão Urbana.....	141
7.4 Novos e Velhos Problemas.....	144
7.5 Mais uma Chance Perdida	148
7.6 Lazer	151
7.7 Espaço Urbano e Classes Sociais	157
7.8 Os Incomodados se Retiram.....	162
7.9 O Centro	168
7.10 O Mar	173
Capitulo 8 - Fortaleza Presente	177
8.1 Ações e Normas	179
8.2 Uma Cidade que se Espalha	181
Gestores de Fortaleza	191
Hino de Fortaleza	197
Brasão e Bandeira	199
Referências Bibliográficas	201
Os Autores	215

APRESENTAÇÃO

Fu nasci em Fortaleza, e aqui obtive uma boa parcela de votos nas duas eleições para deputado estadual, embora tenha minhas raízes fincadas no interior. Portanto é com muita honra que apresento o livro, ***Fortaleza – uma breve história***, dos autores: deputado federal e educador respeitado, Artur Bruno e do jovem escritor de Santana do Acaraú, José Airton de Farias, autor de vários livros polêmicos e representante importante da nova geração de historiadores do Ceará. E posso dizer que foi um prazer percorrer as páginas deste livro. Embora conservando o rigor científico, a forma de narrar é saborosa e prende a atenção do leitor que reluta em largá-lo para atender a outros afazeres.

Os autores ressaltam que a história de Fortaleza é marcada por altos e baixos. A chegada dos colonizadores ao “Siará Grande” foi muito custosa e de pouco sucesso inicial. A seca, os índios, o mar aberto sem ancoradouros naturais foram os grandes entraves, além do fato de não ter sido achado nenhum metal precioso, e não contar com a Zona da Mata para a agroindústria da cana de açúcar, extremamente rentável na época.

A Fortaleza, atual Nossa Senhora de Assunção, marca a ocupação e o surgimento da cidade como elemento protetor dos colonizadores. A vila, depois cidade, consolida-se como entreposto para navegadores entre as capitânicas do sul e do norte. Mais tarde (1799), com a autonomia administrativa da província do Ceará, Fortaleza torna-se a capital e principal ponto de convergência das produções de charque e de algodão, que geram a riqueza necessária para a consolidação da cidade como líder, dentre todas as outras. Na virada do século XIX para o século XX, Fortaleza passa por grandes mudanças urbanas, entre melhorias e o êxodo rural, e cresce muito, chegando ao final da década de 1910 sendo a sétima cidade em população do Brasil. Ao final dos anos 1970 começa a despontar como um futuro polo industrial do Nordeste com a implantação do Distrito Industrial de Fortaleza. Hoje é a quinta cidade em população do Brasil.


O que mais me chamou a atenção são as narrativas de histórias pitorescas. Os autores falam de um "Ceará Moleque", dos tipos populares da cidade que inclui até um animal, o bode Ioiô. Discorre sobre a Fortaleza de *Belle Époque*, do Passeio Público com seus três níveis, cada um frequentado por classes sociais diferentes. Refere-se às pensões alegres, fala das meninas Coca-Cola, assim, pejorativamente denominadas aquelas que saíam com os soldados americanos durante a II Guerra. E a valorização do mar, que só veio a ocorrer em meados do século XX.

Portanto, o livro contém uma enorme gama de informações, devidamente, organizada em ordem cronológica, analisa as várias administrações municipais, referindo-se, inclusive, à atual polêmica sobre a retirada das barracas da Praia do Futuro. Os dois ilustrados autores concluem afirmando "que sua economia cada vez mais se dinamiza apesar da alarmante concentração de renda. A favelização, as condições de extrema pobreza da população e a violência convivem ao lado da expansão dos serviços, comércio... Fortaleza continua sendo uma cidade múltipla neste século..." Trata-se de um livro que recomendo a todos.

Deputado Roberto Cláudio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

 estudo sobre Fortaleza de autoria dos professores Airtton Faria e Artur Bruno traça um largo panorama sobre a história de nossa cidade.

Na parte inicial, o estudo mergulha nos temas sobre o período colonial situando a constituição da vila com a problemática da capitania do Ceará Grande no contexto do Brasil, à época a mais importante colônia portuguesa, o que não ocorria com a nossa capitania ocupada de forma tardia e no período inicial, em que a pecuária era a atividade econômica que possibilitou essa ocupação. Para o período, este estudo ressalta temas como a localização da vila e a disputa estabelecida entre a nascente burocracia, situada no forte, e os criadores de gado que desejavam um outro sítio.

Recupera, também, o debate encetado pelo historiador Raimundo Girão sobre os fundadores do Ceará: se holandeses ou portugueses, recorrendo à historiografia contemporânea colocando-se na perspectiva de desconstruir o conceito de mito fundador.

Há também uma larga parte do estudo utilizando uma importante bibliografia produzida sobre a temática, recuperando narrativas sobre a vila ao longo do século XVIII e a primeira metade do XIX, relatando sobre as condições urbanísticas e sociais da vila. Para tal, recorre às narrativas da burocracia, dos viajantes, das memórias produzidas por naturalistas, o que possibilita ao leitor acompanhar as transformações que ocorrem na vila acanhada, coberta pelo areal até o seu processo de modernização do século XIX.

Na transição do século XIX para o XX os autores analisam o processo de modernização onde destacam como o tema principal o processo crescente da classe dominante, buscando impor um modelo civilizatório marcadamente francês, que ficava restrito aos espaços e setores mais abastados enquanto as camadas pobres dos arrabaldes da cidade não tinham acesso ou eram segregados. O exemplo típico era o Passeio Público como seus vários ambientes.

Recuperam, com acuidade, a irreverência do dito “zé povinho” e as suas revoltas, frente principalmente, oligarquia aciollina deposta em 1912. Mas esse período também foi marcado por ações modernizadoras como os bondes a tração animal, depois elétrico, eletrificação, os novos planos diretores, o surgimento do automóvel.

Por outro lado, abordaram os dramas sociais como as grandes secas do final do século XIX causadoras de profundas transformações no tecido social da bucólica capital.

A década de 1930 marca uma viragem importante na história da cidade. A revolução de 1930, que deu início a Era Vargas, implicou em profundas transformações no âmbito nacional e local. A entrada do Brasil na segunda guerra tendo como aspecto mais marcante a perda da hegemonia da cultura, marcadamente, francesa para a adesão ao modo de vida americana. Por outro lado, essa década foi marcada pelo crescimento da apartação social surgindo as primeiras favelas, o processo de especulação imobiliária. É emblemático esse processo de disputa entre as tentativas de elaboração de planos urbanísticos para possibilitar o desenvolvimento planejado da cidade e a resistência dos grupos econômicos a esse processo, que implicaria em regras e modificações do uso do solo urbano.

O problema do transporte de massas versus transporte individual vai se aguçando desde a década de 1930 e continua sendo um dos mais graves problemas da nossa metrópole.

Por fim, o estudo aborda com precisão os conflitos que vêm perpassando a história, principalmente a partir de fins do século XIX, do conflito permanente entre os interesses de um setor dominante ávido em fazer valer os seus valores, modo de vida, frente a massa crescente de pobres que é tratada, muitas vezes, como estorvo e indesejável para o crescimento, a modernização e o aformoseamento da cidade. Conflitos que permanecem nas disputas pelo solo urbano, nas reivindicações por melhores transporte público.

Prof. Francisco José Pinheiro

Professor Doutor em História Social

(Departamento de História da Universidade Federal do Ceará)

A HISTÓRIA DAS CIDADES

No mundo ocidental, as cidades ocuparam sempre um lugar de destaque. Na Grécia Antiga, a Pólis era o centro da política. A partir do início do capitalismo, as cidades passaram também a ocupar o centro da produção e da economia. No Século XX, a industrialização acelerou o intenso processo de urbanização que hoje vivenciamos.

Atualmente, 3,3 bilhões de pessoas vivem em aglomerados urbanos. As cidades com mais de cinco milhões de habitantes abrigam, atualmente, cerca de quinhentas milhões de pessoas. Nesse início de século, pela primeira vez a população urbana ultrapassou a população rural e, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050, os centros urbanos abrigarão cerca de 70% da população.

A cidade é o local do poder, o lugar propício para diversidade, para os encontros e desencontros. Segundo Aristóteles, “uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir”. Por isso, contar a história de cidades é reproduzir uma história de conflitos e disputa de poder.

Artur Bruno e Airton de Farias entregam-se a essa tarefa e remontam o labirinto de disputas que resultaram na Fortaleza de 2011, a quinta maior capital do País com seus 2,5 milhões de habitantes. Professores experientes e capacitados vão da polêmica histórica acerca da data de fundação da cidade, até os fatores que influenciaram diretamente a construção da metrópole desigual. Isso, sem esquecer as curvas ou desvios obscurecidos pela história oficial. Neste livro, o leitor encontra a Revolta popular de 1912, que derrubou o governo de Nogueira Accioly; o “boom” de favelas que aconteceu na cidade, resultado da políti-

ca segregadora que forçava o êxodo rural; a tentativa de controlar o comportamento e os "costumes desordeiros"; e as figuras populares que marcaram nossa história como o "bode Ioiô". A disputa também acontece nos planos diretores e na reformas urbanas implementadas durante esses séculos.

Fortaleza é transcrita pelos autores com seus encantos e com suas fragilidades. Contam da diversão quase "ingênua" da primeira metade do Século XX, mas transcrevem uma série de fatores que contribuíram, decisivamente, para a realidade que hoje vivenciamos. Só compreenderemos Fortaleza se soubermos dos malefícios provocados pela política das oligarquias rurais. O êxodo rural que ainda "incha" nossa capital é resultado de uma forma de dominação econômica e política que produz vítimas até hoje.

Como nos afirma William Faulkner, "o tempo é uma corrente contínua que traz em sua memória as experiências do passado e as projeções do futuro". A busca de um futuro digno para Fortaleza passa pela compreensão da teia de fatores que nos fizeram chegar até aqui. Este livro nos ajuda a encontrar "o fio de Ariadne" que nos conduzirá por esse labirinto que é a construção de uma metrópole. Construir o futuro é o nosso desafio.

Por fim, o texto riscado pelos dois autores é claro e direto, porém sofisticado e leve, o que torna a leitura um prazer. Caminhamos pela história como quem caminha pelas ruas do centro da cidade em domingos de sol e conclui o passeio com uma boa conversa no Raimundo dos Queijos.

Então, vamos ao passeio.

Acrísio Sena

Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

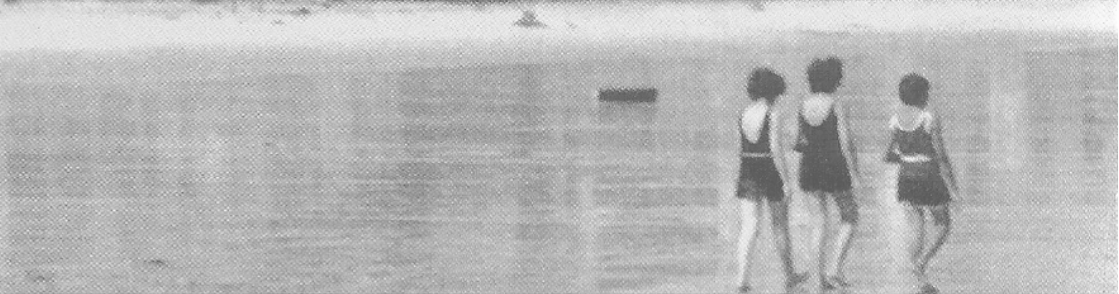
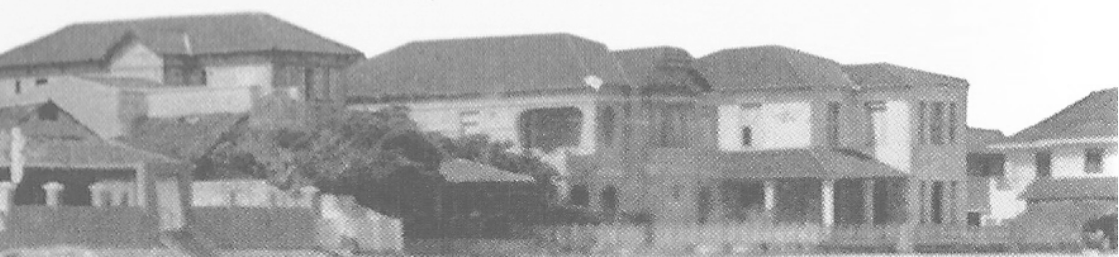
DEDICATÓRIAS

Às minhas filhas Mayara e Marina, que elas possam ver uma Fortaleza moderna, com o olhar voltado para o futuro e a inspiração da cidade bonita, segura e saudosa de outrora.

Artur Bruno

Para meu pai, Raimundo Edmar de Farias (*In Memoriam*) que num belo dia resolveu me presentear com Fortaleza.

Airton de Farias



LONGARINAS

Faz muito tempo
que eu não vejo
o verde daquele mar quebrar
nas longarinas da ponte velha
que ainda não caiu.

Faz muito tempo
que eu não vejo
o branco da espuma espirrar
Naquelas pedras com a sua eterna
briga com o mar.

Uma a uma, as coisas vão sumindo.
Uma a uma, se desmilinguindo
Só eu e a ponte velha teimam resistindo.

A nova jangada de vela
pintada de verde e encarnado
Só meu mote não muda, a moda não muda nada...

E o mar engolindo lindo,
antiga praia de Iracema
E os olhos grandes da menina
lendo o meu mais novo poema.

E a lua viu desconfiada
a noiva do sol com mais
um supermercado
Era uma vez meu castelo
entre mangueiras
e jasmims florados.

Beira-mar êêê, beira-mar êêê.
Êêê maninha, êêê maninha
arma aquela rede branca
que eu tô chegando agora...

Ednardo

Capítulo 1

As Origens

1.1 O FORTE

A História tem como uma de suas características o dinamismo. Mudam-se as sociedades e alteram-se, igualmente, o modo de ver o passado, embora, óbvio, existam também permanências. Conforme novas pesquisas, fontes e interpretações, o olhar histórico pode ficar mais aguçado, levando a novas abordagens que “desdizem” o que antes era tido como um quase consenso ou “verdades inquestionáveis”. Um dos tópicos onde mais fica evidente o “mudancismo” da História diz respeito à ideia sobre o “descobrimento” / “fundação” de um país ou de uma cidade.

Tradicionalmente, viam-se que os inícios das “histórias oficiais” cearenses e fortalezenses estavam muito próximos, afinal, as primeiras tentativas de conquista do que hoje chamamos de Estado do Ceará ocorreram em áreas da atual capital.

Vale ressaltar, porém, que o Ceará representou para Portugal uma região periférica e, porque não dizer, secundária dentro do modelo de colonização da América¹. Como a capitania do “Siará Grande” não apresentava grandes atrativos econômicos (não dispunha de riquezas minerais, não tinha especiarias), afora empecilhos geográficos (litoral de difícil acesso, solos ruins, secas), a Coroa Lusitana deu pouca atenção a essas terras – isso mudaria um pouco a partir do final do século XVIII, com a expansão da lavoura algodoeira. Uma prova do que se afirmou foi a demora do início da conquista local: enquanto Pernambuco e Bahia eram colonizados já no século XVI (em função da cana de açúcar, uma das grandes riquezas do Brasil Colônia), o Ceará teve suas primeiras tentativas de conquista apenas no começo do século XVII.

As razões principais que levaram Portugal a tentar conquistar o litoral cearense no século XVII foram de ordem militar e estratégica. Ocupar-se-ia a terra, visando garantir a posse portuguesa e a conseqüente defesa da capitania contra estrangeiros (estes, especialmente os franceses, ameaçavam os domínios

1 SILVA, Marilda Santana da. A “Reinvenção” do Ceará em Fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa. Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

lusos aos norte – já tinham até conquistado o Maranhão naquele momento). A Coroa Portuguesa também desejava fazer do Ceará uma base de apoio logístico, objetivando a expulsão dos franceses do Maranhão e a conquista do norte brasileiro, ainda não ocupado de forma produtiva – o “Siará” seria um ponto estratégico ligando o litoral leste (de Pernambuco e Bahia) ao atual Norte do Brasil. Não é por acaso que o começo da “história oficial” cearense girou em torno de fortes, os quais se situavam, na maioria das vezes, na porção média (“no meio”) do litoral, evidenciando o papel logístico-defensivo (basta perceber a localização de Fortaleza, que divide o litoral do Ceará “em dois”)².

Sabemos que a primeira tentativa oficial de colonizar o Ceará deu-se em 1603, com Pero Coelho. Este, após combater franceses e indígenas na serra da Ibiapaba, mandou seus homens erguerem nas margens do rio Ceará (na atual Barra do Ceará) um pequeno forte, batizado de São Tiago. Não encontrando riquezas na região, Pero passou a escravizar os índios, que começaram a oferecer enorme resistência armada aos brancos. Diante disso e de uma pesada seca, Coelho retirou-se do Ceará em 1607, sem êxito algum pela conquista da terra.

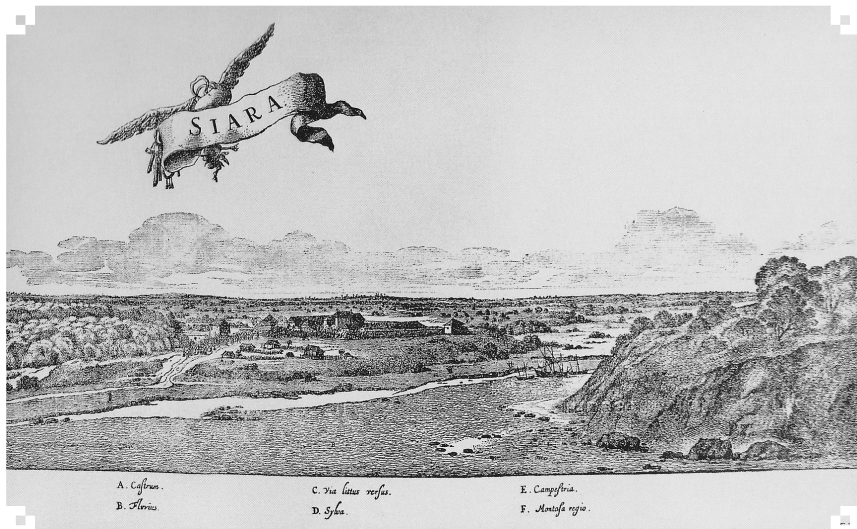
Outra tentativa seria feita por dois padres Jesuítas, Francisco Pinto e Luis Figueira, em 1607, igualmente sem sucesso. O primeiro acabou morto pelos indígenas, enquanto o segundo retirou-se para o Rio Grande do Norte.

O português Martim Soares Moreno, igualmente, tentou conquistar o Ceará, em 1611. Mantendo aliança com alguns povos indígenas, especialmente os potiguares do líder Jacaúna. Moreno ergueu às margens do rio Ceará o Forte de São Sebastião. Tentou ainda expandir a colonização, plantando cana de açúcar e criando gado. Não tinha, porém, grande apoio da Coroa – daí porque, em 1631, retirou-se do Ceará, indo para Pernambuco e depois Portugal, não voltando mais.

No Forte de São Sebastião ficou uma pequena guarnição militar, que não teve como resistir ao ataque dos holandeses, em 1637. Os flamengos (holandeses), então, dominavam Pernambuco, controlando a produção açucareira na América e almejavam novas áreas. Dessa forma, desfez-se o domínio colonial no Ceará. Em 1644, no entanto, os indígenas se rebelaram contra os holandeses. Os nativos destruíram o forte e eliminaram todos os europeus.

Sabendo de boatos acerca de muita prata nessas terras e reconhecendo a posição estratégica do Ceará, a “meio caminho” da região Norte/estado do Maranhão, os holandeses retomaram o local,

2 LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p.22.



O Forte de São Sebastião, às margens do rio Ceará, em desenho de Frans Post, de 1645 – foi na região da atual Barra do Ceará que aconteceram as primeiras tentativas portuguesas de colonização cearense.

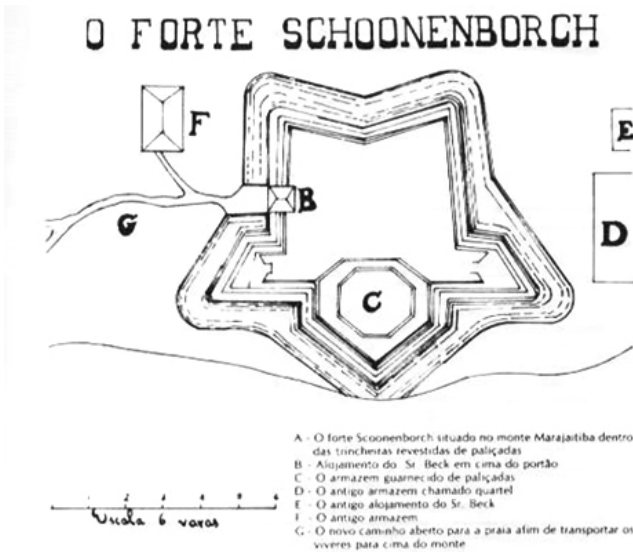
em 1649. Coube ao Capitão Matias Beck mandar erguer na colina Marajaitiba, às margens do riacho Pajeú, o Forte de Shoonenborch, cujo nome homenageava o então governador do Brasil-holandês. A escolha de outro local para a construção do forte deveu-se às dificuldades de ancoradouro na Barra do Ceará e à privação de água – a encosta do Marajaitiba estava próxima de um riacho de água doce e permitia acesso fácil e rápido à enseada do Mucuripe, onde os holandeses mantinham seu atracadouro.

Os “sonhos de prata” dos flamengos não se realizariam. Enfrentaram, sim, muitos problemas, especialmente com a resistência indígena e a falta de mantimentos. Em 1654, com a rendição holandesa em Pernambuco, Beck e seus homens tiveram que, pacificamente, deixar o Ceará. Assim, os portugueses, com o Capitão-Mor Álvaro de Azevedo Barreto, retomaram a colonização, mudando, aliás, o nome do forte holandês para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no local onde hoje se encontra a 10ª Região Militar³.

Concretamente, até 1654, as marcas da conquista portuguesa não se fizeram sentir sobre o “Siará”. Portugueses e holandeses não puderam sustentar um povoamento branco mais efetivo,

3 GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985. Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Secretaria de Administração do Ceará, 1967. KROMMEN, Rita. **Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1997. XIMENES, Expedito Eloísio. **Relação do Ceará ou Certidão de Nascimento do Ceará**: necessidade de uma edição crítica. In http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completo

daí os ciclos de conquista e reconquista. A capitania era quase que totalmente dominada pelos índios. O Ceará continuava sendo uma região secundária para Portugal – sinal disso é que a capitania cearense sequer tinha autonomia administrativa: entre 1621/56 foi subordinada ao Maranhão, e entre 1656/1799, vinculada a Pernambuco⁴.



Planta do Forte de Schoonenborch, erguido por ordens do holandês Matias Beck, em 1649.

Por alguns anos ainda, até o final do século XVII e o começo do século XVIII, quando os sertões eram colonizados por meio da pecuária, o “Siará” dos invasores europeus estava, praticamente, restrito ao litoral e às áreas próximas.

1.2 AS POLÊMICAS SOBRE A “FUNDAÇÃO” DE FORTALEZA

As abordagens historiográficas sobre a “fundação” do Ceará e de Fortaleza são alvo de polêmicas e de muitas interpretações. Onde surgiu a cidade? Na Barra do Ceará? Nas ribeiras do Pajeú? Quando? E por que essas divergências?

⁴ PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

Por décadas, uma historiografia do final do século XIX e começo do século XX considerou a atual Barra do (rio) Ceará como o local onde "nasceria" a capital cearense, atribuindo o "feito" a Martim Soares Moreno e ao Forte de São Sebastião – daí, inclusive, o porquê no livro *Iracema* (1865), de José de Alencar, a referência ao "Guerreiro Branco" Martim, cujas relações com a índia teriam dado origem ao povo cearense.

Na década de 1960, entretanto, essa concepção foi questionada pelo livro *Matias Beck – Fundador de Fortaleza*, de Raimundo Girão. Este, baseado em argumentos lógicos e sólidas fontes, apontou que o núcleo colonizador de Martim Soares Moreno, na Barra do Ceará, não teve maiores consequências – o Forte de São Sebastião fora conquistado pelos holandeses em 1637 e destruído pelos indígenas em 1644; para Girão, o núcleo original da cidade estaria, sim, no Forte Schoonenborch, construído em 1649 por ordem do capitão flamengo Matias Beck. Foi em torno do forte – reconquistado em 1654 pelos portugueses e renomeado "Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção," no local onde hoje se encontra a 10ª Região Militar – que surgiria a atual capital cearense, centralizando uma série de serviços, instituições e logradouros.

A tese de Girão provocou enorme polêmica, sendo ardorosamente combatida pelos conservadores e católicos, especialmente pelo escritor Ismael Pordeus. A celeuma logo envolveu outros intelectuais e saiu do "mundo das letras" para um público mais abrangente, merecendo a cobertura de vários jornais, nos quais "morenistas" e "beckistas" escreviam artigos e resenhas entre réplicas e tréplicas! Portanto, havia uma "disputa de memórias históricas" – os segmentos conservadores não viram com bons olhos a tese da primazia holandesa, não pela nacionalidade em si, mas por um princípio de "civilização", pois, caso aceita a abordagem de Girão, atribuir-se-ia a um evangélico, um calvinista (para muitos católicos, um "herege"), a "criação do povo cearense"⁵.

O tema ainda suscita debates, tanto que se comemora como data de aniversário da capital, não a da construção dos Fortes de São Sebastião (1612) ou de Shoonenborch (1649), mas a da

5 FURTADO FILHO, João Emani. **Soares Moreno e Matias Beck**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

elevação do povoado à condição de vila, em 13 de abril de 1726, um episódio, sem dúvidas, católico e português⁶.

Novos historiadores, no entanto, questionam não a quem cabe a responsabilidade da fundação ou o local onde foi fundada Fortaleza, mas a própria ideia de "fundação" da cidade⁷! Preocupar-se com um dia exato para ser o "ponto zero" de uma cidade, ou de um país, estado, município não passa de uma ação burocrática e um mito de origem. Como criação histórica de longa duração, as cidades não são construídas propriamente em um ato fundador e heroico, mas na sucessão do tempo e com esforço anônimo de várias gerações.

Atribuir a fundação do Ceará/Fortaleza a Martim Soares Moreno/Matias Beck é incorrer num anacronismo, ou seja, é um erro em cronologia, expresso na falta de alinhamento temporal, atribuindo e retratando equivocadamente ações, costumes, e pensamentos, que pertencem a uma determinada época como se fossem de outro período temporal. Dizer que Moreno ou Beck são os "fundadores" destas terras é algo totalmente artificial, simplesmente porque, no século XVI, lusitanos e holandeses não estiveram aqui para fundar cidades, mas com a intenção clara de explorar a terra, o que foi feito, aliás, com a morte de milhares de indígenas. Fortaleza surgiu espontaneamente, aos poucos, não sendo fruto da ação intencional de uma única pessoa em determinada data.

Fortaleza e o Ceará, como conhecemos hoje, são o produto da fusão de várias sociedades e culturas, e do esforço, da dor e da alegria de milhares de pessoas ao longo dos séculos. Fortaleza e Ceará para serem e existirem precisaram de muito para acontecer: duras lutas; guerras; confrontos; traições; derrotas; frustrações; façanhas; uma epopeia; necessitou-se de audácia, força, criatividade e bastante, trabalho.

6 Coube ao vereador Idalmir Feitosa a criação do projeto de Lei 7573, de 16 de junho de 1994 instituindo a data de 13 de abril de 1726 como o do aniversário de Fortaleza. Curiosamente, o mesmo vereador, ao lado do historiador Aduino Leitão, suscitaram nova polêmica na imprensa em 2007, ao defenderem uma mudança na data, alegando que Fortaleza teria surgido em 1603, a partir do Forte de São Tiago, fundado por Pero Coelho na atual Barra do Ceará. A nova proposta, porém, não foi aceita. Vide MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **O Imaginário Social da Fundação de Fortaleza**. In <http://cienciasocialceara.blogspot.com/2010/04/o-imaginario-social-da-fundacao-de.html>.

7 SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Fortaleza, Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

1.3 O POVOADO DO FORTE



A atual 10^a. Região Militar encontra-se no local onde fora erguido o Forte de Schoonenborch, rebatizado em 1654 de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção pelos portugueses.

Os sertões cearenses foram conquistados em função da pecuária, a partir das últimas décadas do século XVII e, sobretudo, no começo do século seguinte, num processo violentíssimo e que levou ao assassinato de milhares de indígenas. Esses buscaram resistir pelas armas, a exemplo da chamada "Guerra dos Bárbaros", mas foram em boa parte dizimados e jogados nos chamados aldeamentos, áreas em que se construíam aldeias artificiais para os nativos serem cristianizados, a exemplo de Caucaia, Parangaba, Messejana, Barurité⁸.

Em um tempo relativamente curto, os sertões cearenses foram devastados pelos colonos, cuja produção se voltava, especialmente, para os mercados consumidores de Pernambuco e Bahia. Por isso, a capitania do "Siará" foi "cortada" por "várias estradas sertanejas" (na verdade, precários caminhos sertão afora, surgidos e ampliados, conforme as necessidades), por onde se deslocavam os rebanhos na direção da Zona da Mata pernambucana e baiana. Nos "cruzamentos" dessas estradas, nas proximidades de fazendas, igreja, rios, surgiram várias das atuais cidades cearenses, a exemplo de Icó (ponto de encontro das duas maiores vias do Ceará, a estrada geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas), Sobral

⁸ CORDEIRO, José. **Os Índios no Siará, massacre e resistência**. Fortaleza: E. A., 1989.

(surgida em torno da fazenda Caiçara) e Quixeramobim (onde se encontravam a Estrada da Caiçara e a Estrada Nova das Boiadas).

Com a produção e comercialização do charque (carne seca salgada ao sol), no século XVIII, Aracati, situada na foz do rio Jaguaribe, tornou-se o principal núcleo urbano cearense, permanecendo até o século XIX. Observe-se, no entanto, que a prosperidade aracatiense não se deu somente em virtude do charque, mas, também, à função de entreposto comercial que desempenhava como porta de entrada de produtos vindos de Pernambuco e Portugal, revendidos sertão afora, especialmente por Icó; e como ponto de exportação dos gêneros produzidos no vale do Jaguaribe. O eixo Aracati/Icó foi tido como um dos mais dinâmicos da economia cearense do século XVIII e primeira metade do século XIX⁹.

Igualmente importante era o eixo Sobral/Acaraú, com características semelhantes ao de Aracati/Icó. Sobral funcionava como entreposto exportador da produção do norte cearense e até do Piauí, e como centro importador e distribuidor de gêneros para aquelas áreas. A saída e a chegada dos produtos, no caso, realizavam-se pelo porto de Acaraú, que, dessa forma, também conheceu certa prosperidade, embora, no século XIX, tenha perdido um pouco do dinamismo para o porto de Camocim, em virtude da construção da Estrada de Ferro de Sobral¹⁰.

Ressalte-se que as "estradas sertanejas" e os eixos mais dinâmicos da economia colonial deixavam, ao largo, a zona que abrigava o povoado que surgia em torno da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, cujo peso econômico era então pequeno.

Historiadores dão conta da penúria reinante no povoado, chamada de "aldeia do Siará". A área em torno de Fortaleza não era a das melhores para se pensar em colonização. Os solos não eram bons; não apresentava um grande rio e o litoral, inadequado, tornava difícil a atracagem de navios. Era local de gente muito humilde, que vivia de atividades de subsistência, cultivando mandioca, caçando, pescando, adotando os hábitos dos nativos e "vivendo em pecados" com as índias.

As principais preocupações dos colonos que moravam no Forte, ou nas suas proximidades (...) consistiam na procura e obtenção da subsistência e na defesa contra os índios. Alguns mais ousados adquiriam terras e procuravam explorá-las, introduziram animais domésticos (...). A matéria-prima não excedia ao que se produzia: – plantações de mandioca, com que fabricavam a farinha de pau,

9 JUCÁ, Clovis Ramiro. **Urbanização do Ceará Setecentista**. Salvador: Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/ UFBA, 2007.

10 SOARES, José Teodoro. **A Ideia de Modernidade em Sobral**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

*ou diminutos tratos de cana-de-açúcar, com que se preparavam as rapaduras. (...) O mais vinha das atividades extrativas, da caça e da pesca (...). As redes [de dormir, evidenciando a influência indígena] (...) eram feitas (...) com fios de algodão, saídos dos fusos tangidos pelos dedos das mulheres. A pesca no mar reclamava balsas, que logo se foram transformando em jangadas, de começo [construídas] por marceneiros vindos de Pernambuco (...). Não se fundiam metais, mas ferreiros trabalhavam o ferro batido, importado do Reino, através do Recife (...). Madeiras nativas forneciam meios para o conserto de embarcações (...). Faziam-se com elas carros de bois e alguns móveis grosseiros, portas e janelas. O madeiramento das casas era, via de regra, tirado do estípite da carnaúba, a qual também proporcionava a palha das cobertas (...). Tijolos e telhas eram raros, importados em muitos casos, pois o produto local não era bom (...)*¹¹.

O próprio Forte, todo de madeira, pelo péssimo estado de conservação sofreria, ao longo dos anos, diversas reformas, até ser reconstruído em alvenaria no começo do século XIX. A guarnição militar, na maioria negros, indígenas e mestiços era, anualmente, substituída por outra, enviada de Recife. Curioso que muitos desses soldados eram "elementos" tidos como indisciplinados em Pernambuco e punidos como se fosse um "degrado" para o Ceará! Os soldados andavam descalços, quase despidos, salvo um ou outro com camisas e ceroulas de algodão, tecidos mesmos na capitania. Um bando de maltrapilhos, cujos soldos, comumente, atrasavam seis meses ou mais (daí as constantes deserções). O armamento, uma vergonha – meia dúzia de velhas carabinas, inutilizadas, amarradas com cordas, quase sem munição¹².

Na verdade, a pobreza apresentava-se em quase toda a capitania. Eram persistentes as lamúrias dos capitães-mores (autoridades maiores das capitanias) a Portugal, solicitando meios e providências para a mais trivial sustentação da distante e pequena colônia. As autoridades sequer encorajavam-se em trazer as famílias para a chamada "Aldeia do Siará", pois entendiam não ser conveniente jogá-las, em meio a mil percalços, num lugarejo mísero, perdido no litoral.

A capitania do "Siará Grande" continuaria a ocupar uma posição periférica em relação aos interesses econômicos e geopolíticos de Portugal, ao longo de boa parte do século XVIII.

11 GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 32 e 33.

12 SOUSA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950.

A pecuária, com sua baixa rentabilidade e produtividade, não despertava maiores interesses da Coroa portuguesa. Se houve motivações estratégicas para a instalação dos portugueses no litoral do "Siará Grande", no começo do século XVII, tais motivações não estavam mais presentes nas décadas iniciais do século XVIII, afinal, desde a expulsão dos holandeses em 1654, a soberania portuguesa no Ceará já não era mais ameaçada por estrangeiros. Além disso, constatou-se à época que era bem mais fácil alcançar o Maranhão, o Pará e a Amazônia vindo pelo mar diretamente de Lisboa, do que cruzando o Ceará. Não se pode esquecer, ainda, a visão preconceituosa e o desprezo dos portugueses para com o interior nordestino, tido como "selvagem e infestado de índios", uma verdadeira "Terra de Bárbaros", de clima quente e calor quase infernal e alvo de constantes secas, que destruíam a produção, matavam bichos e gentes¹³.

13 SILVA, Marilda Santana da. A "Reinvenção" do Ceará em Fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa. Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), V.9,Nº 24 de set/out.2008.

Capítulo 2

A Vila

2.1 A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA VILA DO “SIARÁ”

No início do século XVIII, os “civis” (entenda-se, os grandes proprietários) passaram a participar da administração da capitania, com a instalação da primeira vila do Ceará e a respectiva Câmara de Vereadores – até então, a capitania era administrada, apenas, por um capitão-mor governador, designado pela Coroa Portuguesa e subordinado ao governo de Pernambuco. Pela ordem régia de 13 de fevereiro de 1699 determinava a Coroa a criação de uma vila no Ceará – a de São José do Ribamar –, cuja localização foi motivo de muita controvérsia entre Fortaleza e Aquiraz, como se verá adiante.

As câmaras apresentavam funções de ordem administrativa, econômica, policial e judiciária, como:

(...) regulamentar as feiras, os mercados e o trânsito; fiscalizar a construção de estradas, pontes e calçadas; fiscalizar a construção dos edifícios e o exercício do comércio e arborização das ruas e praças, e muita coisa mais relacionada com o bem comum, inclusive representar em benefício deste às autoridades superiores e mesmo ao rei¹⁴.

Compunham-se por dois juízes ordinários (leigos, eleitos como os demais membros da Câmara), servindo um de cada vez, ou um juiz de fora (bacharel em direito nomeado pela Coroa), e por três vereadores, todos eleitos entre a elite local, os chamados homens bons, indivíduos de posse, geralmente rudes e analfabetos, que figuravam em listas especialmente elaboradas para este fim. Estudos recentes¹⁵ mostram que a quase totalidade dos vereadores de Aquiraz e de Fortaleza, entre 1700-26, eram de grandes senhores rurais, os quais tinham como atividade econômica principal a pecuária. Por “coincidência”, após ocuparem os cargos de vereadores, muitos deles conseguiram aumentar o patrimônio, obtendo a concessão de mais sesmarias para si ou familiares.

14 GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 48.

15 PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, p.72

Nos primeiros tempos da colônia, as câmaras possuíam muita autonomia, pronunciando-se não poucas vezes sobre assuntos que ultrapassavam sua competência, contrariando a Coroa. Depois, aos poucos, tiveram limitados seus poderes.



Aquiraz disputou com a "Aldeia da Fortaleza" a localização da primeira vila do Ceará.



As câmaras constituíam espaços essenciais na articulação e defesa dos interesses dos proprietários de terras. Não por acaso, uma das preocupações constantes dos vereadores, no período colonial, era o uso da mão de obra indígena – numa região pobre como a do Ceará, onde escasseavam recursos para comprar africanos escravos, era importante a exploração do trabalho nativo.

Embora proibida pela legislação do século XVIII, a escravidão e a exploração dos nativos continuavam na prática, sob a "brecha legal" da "guerra justa", ou seja, os índios poderiam ser escravizados legalmente caso estivessem "ameaçando" os colonos – não raras vezes, eram os brancos que provocavam os nativos, esperando uma reação destes para poderem, legalmente, escravizá-los! Os proprietários reclamavam constantemente

do apoio que os padres jesuítas davam às fugas dos índios (tidas como um “entrave” à prosperidade do Ceará) e do posicionamento do Juiz da Liberdade dos Índios, de Recife (a quem cabia julgar questões envolvendo os indígenas locais), quase sempre favorável aos nativos – pela distância da capital pernambucana, ficava difícil aos latifundiários estarem presentes para defender seus interesses quando de julgamentos. Daí, então, a forte pressão dos vereadores junto à Coroa para que aquelas pendências passassem a ser julgadas pela Ouvidoria do Ceará, o que acabou acontecendo a partir de 1733 – logicamente o ouvidor cearense (autoridade responsável pela aplicação das leis) poderia ser pressionado ou corrompido para decidir a favor dos proprietários locais e contra os povos nativos¹⁶.

2.2 RAZÕES PARA A CRIAÇÃO DA VILA

Ao contrário de outras vilas criadas no Brasil Colônia, a questão da arrecadação de impostos não foi tão decisiva assim para a instalação da primeira vila no Ceará, pois no final do século XVII a maneira como se dava o recolhimento de tributos dispensava um núcleo urbano fixo onde se instalasse uma estrutura arrecadadora maior – os impostos eram pagos diretamente nas feiras de gado da Zona da Mata e depois passaram a ser alvos do sistema de arrematações¹⁷.

O objetivo oficial da criação da vila seria o de “amenizar as violências, abusos e arbitrariedades” dos capitães-mores governadores e melhor “administrar” a justiça.

De fato, enquanto não haviam sido os sertões cearenses conquistados, foi dispensável um melhor corpo administrativo e judiciário – com todos os seus limites, a guarnição militar do Forte de Nossa Senhora da Assunção pôde garantir a “ordem” na capitania. Entretanto, à medida que as terras foram sendo conquistadas com a atividade pecuária, apareciam questões (disputas entre fazendeiros por terras, atritos entre colonos e jesuítas por

16 PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, p. 81.

17 No sistema de arrematações leiloava-se nas sedes das vilas um “contrato”, dando a um particular, mediante o mais alto valor pago ao erário, o direito de cobrar os impostos, ficando ele com a quantia que pudesse arrecadar por conta própria. Vide PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território**. In SOUZA, Simone (organizadora). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

índios, assaltos, homicídios) que não poderiam ser solucionadas apenas por uma tropa militar. Assim, para resolver tais atritos, instalou-se na capitania uma vila e respectiva Câmara Municipal que, com seus juízes e vereadores, serviria, pelos menos teoricamente, de instrumento de aplicação dos princípios da justiça e contraponto aos poderes do capitão-mor governador (eram recorrentes as informações sobre o abuso de autoridade deste)¹⁸.

Havia, igualmente, quanto à criação da vila, uma preocupação de controle social, na medida em que a vila serviria para as autoridades coloniais policiarem as populações e administrarem as áreas próximas, impondo as leis da Coroa, fosse aos grandes proprietários, fosse à "ralé de facínoras, matadores e vagabundos", como eram então tachados os setores populares. Lembre-se que, com o sistema econômico pecuarista baseado na concentração fundiária, existia toda uma população de brancos pobres, pardos, negros, índios aculturados, sem-terra e sem trabalho, vagando pelos sertões e povoados da capitania, incomodando autoridades e elites. Nas representações das câmaras às autoridades do Reino, percebem-se muitas reclamações àquelas pessoas, acusadas de praticar roubos, furtos, agressões e mesmo assassinatos de latifundiários e moradores (embora várias delas fossem igualmente protegidas pelos senhores de terra)¹⁹.

A criação de vilas era ainda uma maneira de tornar a população mais "produtiva" – caberia aos administradores das vilas reunir e fixar os "desocupados" e "vadios", obrigando-os a trabalharem e produzirem, vinculando-os à necessidade de alimentos para o mercado interno (a fome era uma preocupação constante à época) e, depois (a partir do final do século XVIII), à necessidade de cultivar algodão para atender ao mercado externo (entenda-se, Revolução Industrial inglesa)²⁰.

Por que a primeira vila foi instalada no litoral, se a atividade econômica básica da capitania, a pecuária, estava nos sertões? Ao que parece, foi uma criação artificial, ligando-se à lógica anterior de conquista da porção setentrional do Brasil, na qual o Ceará seria um ponto estratégico para a ocupação e defesa do Maranhão/Norte brasileiro. Além disso, a criação de vilas dependia

18 LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 29.

19 SILVA, Marilda Santana da. **A "Reinvenção" do Ceará em Fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa**. Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

20 PINHEIRO, Francisco José. Op. cit., p. 196 e seguintes.

sempre da existência anterior de um aglomerado, por menor que fosse – o que, no início, era difícil ante a dispersão populacional da atividade pecuarista; mas, no litoral, em torno do fortim, havia uma pequena população, estimada pelo capitão-mor Pedro Lelou em mais de duzentas pessoas, por volta do ano de 1696²¹.

2.3 A LOCALIZAÇÃO DA PRIMEIRA VILA

O documento régio de 1699 que determinava a criação de uma vila no “Siará” dava margem a dúvidas sobre o lugar exato em que deveria ser instalado o pelourinho (uma coluna de madeira, ferro ou tijolo que provava simbolicamente a autonomia municipal). Em consequência, verificaram-se sérias disputas entre as autoridades da capitania e uma cômica mudança do pelourinho entre a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (na chamada “aldeia do Forte” ou “aldeia do Siará”, onde habitavam os militares e as autoridades coloniais e eclesiásticas, capitães-mores governadores e padres), a barra do rio Ceará (no local denominado de Vila Velha, pois ali se estabeleceram as primeiras fortificações portuguesas na capitania, onde viviam, sobretudo, indígenas aculturados em miseráveis condições de existência), Aquiraz; e, extensivamente, o Iguape, na foz do rio Pacoti (área em que residiam grandes senhores da terra, os cha-



O pelourinho da vila ficou alguns anos na Barra do Ceará.

21 STUDART, Guilherme. **Datas e Fatos para a História do Ceará**. Fortaleza: Typographia Studart, 1896, p. 145.

mados homens bons, a "elite local", se é que se pode usar a palavra ante a pobreza geral da capitania).

As disputas pela vila não passavam de uma maneira dos envolvidos, sobretudo dos fazendeiros, de tentarem aumentar seus poderes e influência. Para os homens bons de Aquiraz, ter a Câmara junto a si representava acessar posições de controle administrativo e reforçar os poderes econômico e político que tinham como senhores de terra e vereadores, além de contraporem-se e protegerem-se dos capitães-mores governadores, únicos representantes da Metrópole na capitania (mas distantes de um maior controle da Coroa ou das autoridades pernambucasas), que tomavam decisões, muitas vezes, contrárias aos interesses dos potentados, sobretudo no que toque ao uso da mão de obra indígena.

Queixas dos fazendeiros contra os capitães-mores que se apropriavam da produção de farinha para alimentar índios ocupados na construção de fortificações, e de gados para alimentar tropas (...), e dos capitães e missionários contra fazendeiros, que escravizavam nativos, ilustram as disputas e sugerem que na raiz delas estava o poder dos capitães e dos missionários advindo do controle que exerciam sobre os índios²².

Ao mesmo tempo, a defesa realizada pelos capitães-mores e pelo padre João de Matos Serra para a constituição em vila, da "Aldeia do Forte" serviria aos representantes de Portugal e da Igreja uma maneira a mais de controlar a capitania e os donos de terra, que gozavam então de muita autonomia.

A 25 de janeiro de 1700, os três vereadores eleitos e os dois juizes instalaram a vila no arraial do Iguape, alegando que este local era mais conveniente. A decisão, entretanto, não agradou as autoridades metropolitanas. Consultado sobre o local da vila, o governador de Pernambuco respondeu que esta deveria se localizar onde "atualmente assiste essa pequena povoação", isto é, próximo ao fortim. Assim, a 25 de maio de 1700 o Capitão-Mor Francisco Gil Ribeiro instalou a vila de São José do Ribamar junto a Fortaleza de N. S. de Assunção, "debaixo das armas dela", apesar dos protestos dos vereadores que consideravam Iguape um local mais "conveniente" – usavam como argumento a longa distância da "Aldeia do Siará" (eram eles de Aquiraz) e as "condições poucos favoráveis desta" (porto ruim, terras impróprias para a agricultura, falta de boas fontes d'água).

²² LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 31.

Sucederam-se, então, outras mudanças, conforme a pressão dos vereadores e capitães-mores. O Capitão-Mor Francisco Gil Ribeiro, em 1702, transferiu o pelourinho para um local mais distante ainda: a barra do rio Ceará. A vila ficaria ali por quatro anos, até 1706, quando o novo Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago (1706-10) fez retorná-la para o forte, não sem os protestos dos homens bons, que insistiam pela escolha de Aquiraz, como sede da vila. Estes, apelando às altas autoridades coloniais e ao próprio rei português, obtiveram em 1711, Ordem Régia determinando a mudança do pelourinho para Aquiraz. A 27 de junho de 1713, agora sob os protestos dos moradores da fortaleza, a vila foi definitivamente instalada em Aquiraz – daí por que muitos consideram esta a primeira capital do Ceará.

2.4 A INSTALAÇÃO DA VILA DE FORTALEZA

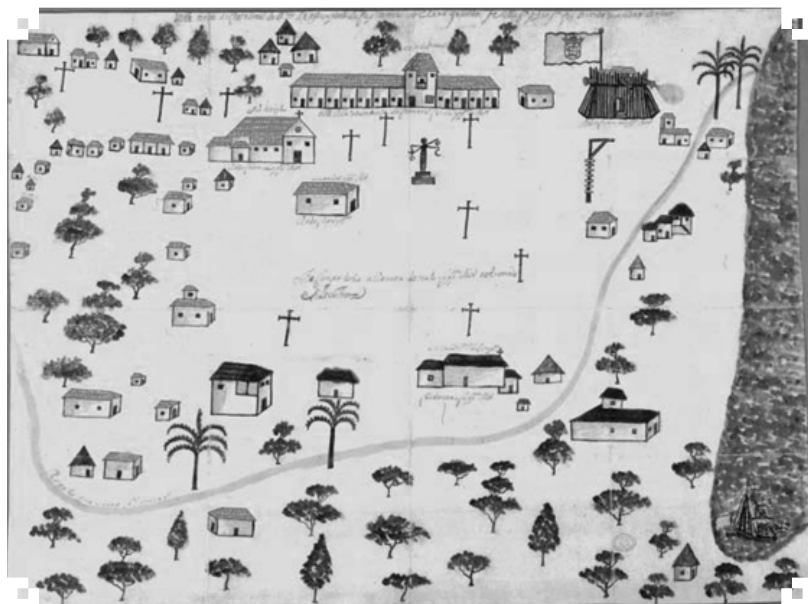
O deslocamento da vila para Aquiraz não foi muito feliz. Em agosto de 1713, os índios, no desenrolar da chamada “Guerra dos Bárbaros”, atacaram aquela comunidade, ocasionando muita destruição e mortes (cerca de duzentas pessoas perderam a vida), levando muitos habitantes a buscarem a proteção dos canhões do fortim de N. S. de Assunção. Com isso, teve início o predomínio da “Aldeia do Siará” sobre a rival Aquiraz²³.

Finalmente, a 13 de abril de 1726, foi instalada a vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção pelo Capitão-Mor Manuel Francês (nessa data, comemora-se, hoje, o aniversário da cidade). O argumento usado, também, para a instalação dessa segunda vila foi o de incentivar o desenvolvimento da capitania. Não obstante, numa decisão “salomônica”, conservou-se o pelourinho de Aquiraz e cada Câmara ficou com seu espaço de poder: em Aquiraz, estaria a sede da ouvidoria; e, em Fortaleza, a morada do capitão-mor governador do Ceará.

Fortaleza acabou se impondo enquanto capital cearense; afinal, reunia um conjunto de signos de poder, a exemplo do Forte (expressão da autoridade e da ordem naquela “terra bárbara”), e da presença do capitão-mor governador (o principal representante da Coroa). Era dali que, a rigor, saíam as principais decisões administrativas.

23 STUART FILHO, Carlos. **Os Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

Mesmo assim, a vila de Fortaleza, longe dos sertões da pecuária, continuaria sendo, por mais de um século, um mero aglomerado sem sustentação econômica ou expressividade política. Persistia o descaso português para com o "Siará Grande". Eram comuns os ofícios enviados por capitães-mores e vereadores à Coroa com reclamações e pedidos vários. Muitos desses ofícios sequer chegavam a Portugal, perdendo-se na burocracia.



Planta de Fortaleza em 1726, quando de sua elevação à condição de vila, em desenho atribuído ao capitão-mor Manuel Francês. Observe o Forte de N. S. da Assunção no lado direito, com canhões apontados também para a terra, na intenção de "garantir a ordem". Abaixo, a forca, como símbolo da repressão. Na parte superior, ao centro, a casa maior é da Câmara de Vereadores. No mais, destaque para a igreja, a desordenação das casas e o reduzido tamanho do núcleo urbano.

A situação financeira de Fortaleza e de outras vilas criadas ao longo do século XVIII (em 1736, Icó; Aracati, em 1748; Viçosa do Ceará, Vila Nova de Soures/Caucaia e Vila Nova de Arronches/Parangaba, em 1759; Messejana/Paupina, em 1760; Monte-Mor-Novo/Baturité e Crato, em 1764; Quixeramobim em 1789; Sobral, em 1773; Granja, em 1793) era de indigência e de penúria. Para se ter ideia das dificuldades, em 1799, a Câmara de Fortaleza desculpou-se perante o governo português por não ter recursos para custear a vinda ao Ceará de um médico, um cirurgião, e de

hidráulicos e topógrafos, em virtude dos poucos recursos financeiros da vila e do estado lastimável da pobreza da população, em decorrência ainda da pesada seca de 1790-93²⁴.

2.5 FORTALEZA E A SEPARAÇÃO DE PERNAMBUCO

A partir da segunda metade do século XVIII, ante sua crise e decadência, Portugal passou a adotar várias medidas de reestruturação administrativa no Brasil. As intenções da Coroa eram, sobretudo: obter uma racionalização e eficácia da máquina pública; aumentar e diversificar as riquezas coloniais a serem apropriadas pela Metrópole; e ampliar a arrecadação de impostos. Nessa nova conjuntura, o Ceará passou a receber mais atenção de Portugal – daí a criação de várias vilas naquele momento para atender ao novo projeto administrativo lusitano e à própria desvinculação cearense de Pernambuco, situação que vinha desde 1656²⁵.

Não por coincidência, nesse momento, final do século XVIII, o Ceará conheceu uma grande expansão da cotonicultura (cultivo do algodão), produzido em larga escala, para atender à demanda internacional, em virtude da Revolução Industrial que, então, se iniciava na Inglaterra (as fábricas têxteis, típicas do início da Revolução Industrial, usavam algodão para a confecção de tecidos). Com isso, a economia cearense, até então centrada na pecuária, charque, couro, e voltada para o mercado interno colonial, passou a vincular-se diretamente ao mercado externo e ao capitalismo, que se expandia e se consolidava na Europa. Por mais de duzentos anos a economia cearense teria, na exportação do algodão, sua mais importante atividade²⁶.

A submissão a Pernambuco era prejudicial à capitania do Ceará. Recife não dava muita assistência ao desenvolvimento material da terra cearense e, muitas vezes, as modestíssimas riquezas locais eram escoadas tanto para Lisboa, como para Pernambuco, uma "bi-exploração", portanto. Eram comuns os ancoradouros precaríssimos, as estradas rudimentares, a penúria das vilas. Constituíam-se preocupação constante nas localidades interioranas do Ceará a

24 GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 58.

25 SILVA, Marilda Santana da. **Por uma Nova Forma de Escrever e Ensinar sobre as Práticas Políticas e Administrativas do Ceará no Período Colonial**. In: LOPES, Régis. LUCENA, Regina (organizadores). *Tempo no Plural*. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

26 LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará**. Fortaleza: Secult, 1994.

falta de moeda (daí o regime do escambo imperante). Impressionava a situação de miserabilidade da maioria da população²⁷.

Sendo capitania subordinada, o "Siará Grande" não podia comercializar diretamente com Portugal – suas exportações faziam-se pelo porto do Recife, o que era mais um empecilho à economia local. Com a expansão do plantio do algodão no final no século XVIII, essa intermediação obrigatória por Pernambuco tornou-se alvo das críticas dos cotonicultores e comerciantes cearenses (muitos dos quais portugueses instalados na capitania, atraídos exatamente pelo algodão), sobretudo os de Fortaleza e de áreas próximas – havia gastos adicionais com o frete, os impostos pagos em Pernambuco, o aluguel de armazéns e a submissão aos preços impostos pelos negociistas recifenses.

Assim, naquele momento se intensificaram os apelos feitos por capitães-mores, produtores, vereadores e (os poucos) comerciantes de Fortaleza para que o Ceará ganhasse autonomia administrativa e o direito de comercializar diretamente com Portugal. Tal desejo seria atendido pela Carta Régia, de 17 de janeiro de 1799, em que a rainha D. Maria (a "Louca"), "amor e delícia de seu povo", "guiada pela sua inata beneficência", separou o Ceará oficialmente de Pernambuco (também emancipou a Paraíba), possibilitando a navegação direta da capitania com o Reino.

Com isso, houve toda uma mobilização dos vereadores e das pessoas gradas de Fortaleza para que a vila fosse confirmada oficialmente como capital da capitania independente (embora na prática já fosse há décadas), em detrimento das "rivais" Aquiraz, Aracati e Icó. A Câmara de Fortaleza chegou a elaborar e enviar uma carta à Coroa, enumerando as vantagens estratégicas (localização na porção média do litoral, facilitando a convergência da comercialização de produtos vindos de todas as regiões cearenses) e naturais (ausência de enchentes e secas, "bons rios", possibilidade de ser dotada de um bom porto, "solos férteis" para agricultura) da vila – note-se que esta era então composta por várias freguesias e sua extensão se estendia até a serra de Uruburetama, região produtora de algodão. A empreitada foi vitoriosa, pois no mesmo ano de 1799 a Coroa Lusitana confirmou a Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, como sede da administração cearense²⁸.

27 GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000, p. 101 e seguintes, 1947.

28 VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre o Futuro e o Passado**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

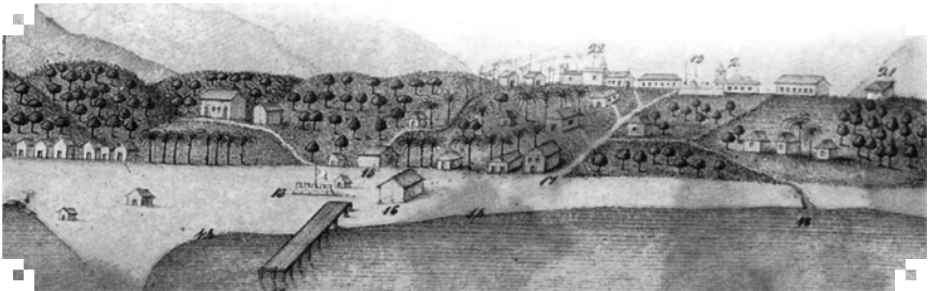
Capítulo 3

A Lenta Expansão

3.1 O COMEÇO DA EXPANSÃO

Predomina na historiografia cearense a ideia de que, com a separação de Pernambuco em 1799 e o desenvolvimento do comércio exportador algodoeiro, criaram-se condições econômicas e administrativas para se iniciar o longo processo que tornaria Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o principal núcleo urbano do Ceará, rompendo a hegemonia até então de Aracati²⁹.

Há de se notar, contudo, que, de início, a permissão para comercializar diretamente com Portugal não livrou a capitania da intermediação de Recife – muitos comerciantes locais continuaram a negociar por meio de Pernambuco, mesmo porque o Ceará não possuía ancoradouros adequados para receber os novos navios a vapor, de calado maior (informes acerca do porto de Fortaleza, por exemplo, descrevem-no em situação precária no começo do século XIX)³⁰.



Perspectiva da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção ou Porto do Siará, em gravura atribuída a Francisco Antônio Marques Giraldes, de 1811.

29 LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993. SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados Não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

30 JUCÁ, Gisafran Nazareno. Revendo as Datas e Fatos e complementando as Notas para a História do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**: Fortaleza, S.E., 1998, p. 104. Apenas em março de 1803 que chegou a Fortaleza a primeira embarcação comercial a realizar a rota direta Portugal-Ceará, a escuna Flor do Mar. Os negócios com a Europa seriam intensificados após 1808, quando Portugal decretou a abertura dos portos brasileiros “às nações amigas”. Em fevereiro de 1809, saía a primeira embarcação de Fortaleza rumo a Londres, transportando, sobretudo, algodão, açúcar e couros salgados. GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 67.

Percebe-se que foi um crescimento fortalezense lento. Os relatos que se têm sobre o povoado, fossem de autoridades ou de viajantes estrangeiros (sobre os quais serão comentados adiante), apontavam, nas décadas iniciais do século XIX, uma vila pequena, sem despertar tanto a atenção. Em um documento elaborado pelo primeiro governador cearense pós-separação de Pernambuco, Bernardo Manuel de Vasconcelos (período entre 1799/1802), sobre as condições gerais da capitania, Fortaleza era tida como:

(..) Um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas, onde existe falta absoluta de todas as coisas de primeira necessidade, estando a riqueza depositada nas mãos de dois ou três dos seus moradores, reputados ricos por possuírem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consistente em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses³¹.

Em 1810, a vila não se destacava ainda pela prosperidade material:

A capital estava dividida em dois planos, em cujo primeiro, junto ao mar, se encontrava a ponta do Mucuripe, guarnecida por um fortim que servia de vigia e por mais três pequenos fortes (S. João do Príncipe, Carlota e S. Bernardo). Junto as estas edificações se achava uma casa de pedra que servia como quartel e um armazém de pólvora. Entrando na enseada em forma de semicírculo, [um] viajante veria uma légua de praia até a entrada da vila [propriamente dita]. O trecho era pouco habitado e continha apenas “06 casas de palha em alinhamento” e três outras próximas ao mar – esta área recebeu o nome de Prainha (...). “Ao norte destas residências ficava uma ponte de desembarque, e ao lado desta um pequeno reduto de madeira, cheios de vãos de areia, um verdadeiro entrincheiramento com duas peças [canhões] de pequeno calibre”. Junto à ponte subiam dois caminhos principais até o segundo plano da vila, espalhadas pelos caminhos algumas casas em estado sofrível. Caminhando pelas duas veredas alcançava-se a parte alta da vila de Fortaleza. Do desembarque na Prainha era possível avistar-se esse plano, onde se localizava [a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção] e a maioria das casas – quase todas feitas de taipa e cobertas de telha. (...)”³²

31 Apud GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000, p. 178.

32 VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre o Futuro e o Passado**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 27e 28.

Nesse momento existia um esforço por parte das autoridades coloniais de centralização do poder (o que perduraria por todo o século XIX), de tornar a presença da Coroa mais forte por todo o Brasil e também no Ceará, buscando diminuir a autonomia gozada pelos senhores proprietários, que, como se viu no capítulo anterior, não raras vezes, tomavam decisões que contrariavam os interesses metropolitanos. Aqueles eram momentos difíceis e conturbados na Europa (Revolução Francesa de 1789, Período Napoleônico) e na América (Independência das 13 Colônias/Estados Unidos, do Haiti). Portugal necessitava “estar mais presente” no Brasil, sua principal colônia, o que, por outro lado, poderia trazer mais rendimentos econômicos para a decadente Coroa Lusitana³³.

Nessa conjuntura, a capital cearense passou a ser mais valorizada, fosse com benefícios de ordem material e administrativa, ou como centro de poder, de onde saíam as decisões e vontades da Coroa para todo o território da capitania. Em outras palavras, afora os aspectos econômicos (entenda-se, a exportação de algodão), a influência de Fortaleza sobre o Ceará era reforçada pela política de centralização do poder que ora se intensificava, ampliando-se consideravelmente no Período Imperial Brasileiro (1822-89)³⁴.

O que se afirma fica evidente quando se percebe algumas medidas tomadas pelas autoridades cearenses no começo do século XIX. Desse período datam: a instalação de Mesas de Inspeção de Algodão (para garantir maiores vendas por meio da garantia da qualidade do produto, uma das exigências dos importadores ingleses), não apenas nos portos de Aracati e de Acaraú (este vinculado a Sobral, como se viu no capítulo anterior), até então os dois mais movimentados do Ceará, mas igualmente no precário e pouco dinâmico porto de Fortaleza; erguimento de um molhe e de um trapiche para embarque e desembarque no litoral de Fortaleza (na Prainha, em frente à vila), cuja precariedade era criticada; a construção de estradas ligando a capital ao interior (para melhor escoar a produção sertaneja e igualmente impor mais autoridade governamental sobre os latifundiários, o que ampliava igualmente o raio de influência de Fortaleza); a decretação, em 1803, de lei determinando a redução de 50% nas tarifas alfandegárias dos produtos exportados por Fortaleza;

33 PAIVA, Maria Arair Pinto. **A Elite Política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. SILVA, Marilda Santana da. **A “Reinvenção” do Ceará em Fins do Século XVIII e as Negociações políticas com a Coroa Portuguesa**. Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out. 2008.

34 LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

A meta, na adoção deste modelo, era a expansão ilimitada, sendo fundamental, a escolha de terreno plano. Fortaleza adaptava-se com perfeição ao tipo de traçado, em função da topografia aplainada de seu solo. A proposta de Paulet consistiu, basicamente, no estabelecimento de uma linha reta, ao longo da parede sul do Forte, onde a partir dela, a noventa graus, deveriam iniciar-se as ruas no sentido norte-sul, o que ocorreu quando da abertura das ruas: Barão do Rio Branco (rua Formosa), Major Facundo (rua da Palma) e Floriano Peixoto (rua das Belas). A estas, incidiram, ortogonalmente, as ruas de sentido leste-oeste. Conforme se observa em plantas posteriores, Fortaleza adotou o traçado em xadrez proposto, e continuou a expandi-lo em novas áreas³⁶.

Desejava-se com a Planta de Paulet, é verdade, disciplinar o crescimento da vila. Contudo, organizar e "aformosear" Fortaleza não podem ser dissociados de uma forma de mostrar a força dos governantes, afinal, era da capital que emanavam as decisões que deveria controlar a vida da população.

3.2 FORTALEZA CIDADE

Nas três décadas iniciais do século XIX, enquanto Fortaleza marchava para se tornar o principal centro urbano cearense, a agitação política tomava conta do Brasil, acontecendo o envolvimento e tendo reflexos no Ceará. Em 1817, os liberais cearenses, capitaneados pela família Alencar, do Crato, aderiram à "Revolução" Pernambucana, na intenção de obter a independência em relação a Portugal e criar de uma República. Em 1822, o Ceará foi alvo de disputas armadas entre os favoráveis à independência brasileira e os defensores da permanência dos laços com Portugal – os primeiros, vencedores, chegaram a mandar tropas para ajudar triunfar a causa emancipacionista no Maranhão e Piauí.

O apoio cearense ao "Grito do Ipiranga" levou o imperador D. Pedro I, em 1823, a decretar Ato Régio, elevando Fortaleza à categoria de cidade, com o nome pomposo de Fortaleza de Nova Bragança, numa "modesta" homenagem à família do monarca, embora a nomenclatura não tenha durado muito³⁷. A elevação do *status* da capital não pode deixar de ser vista como

36 FREIRE, Gerardo Régis de Paula (Coordenação). **Fortaleza Evolução Urbana**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza/Administração Luiz Nogueira Marques, S. D., p. 19.

37 NOBRE, Geraldo. **A Capital do Ceará**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p.167.

um reconhecimento ao crescimento da Cidade e à importância política que apresentava.

Em 1824, em Fortaleza, atracou a esquadra do mercenário inglês Lord Cochrane para intensificar a repressão à Confederação do Equador, movimento separatista que visava criar, no que hoje chamamos de Nordeste, uma República Independente – bom lembrar que à época não havia uma identidade nacional ou um Estado nacional brasileiro consolidado, sendo perfeitamente compreensível que várias revoltas tivessem caráter separatista. O movimento foi brutalmente sufocado, em um “banho de sangue”. A unidade territorial brasileira, imposta a partir do atual Sudeste, foi implantada com enorme truculência. Inúmeros os que foram assassinados durante a revolta – embora famosos ficaram os partícipes integrantes das elites, fuzilados no Campo da Pólvora (onde depois seria construída a Praça dos Mártires/Passeio Público) e cujos nomes ainda hoje ilustram logradouros da capital (Pe. Mororó, Pessoa Anta, Carapinina...), pois foram considerados heróis e mártires de uma história positivista do povo cearense³⁸.

Não se pode, exagerar acerca da prosperidade material da então “Cidade do Forte”. Historiadores apontam a pobreza, as grandes deficiências estruturais da cidade, e os problemas enfrentados pelos fortalezenses na primeira metade do século XIX. Pode-se notar as próprias demandas por mais estruturas urbanas como um sinal da lenta expansão da capital, evidenciando, também, o descompasso entre o crescimento econômico, a administração pública e o aumento da população, embora imprecisos, estima-se o número de habitantes, em 1808, em 9.624 pessoas³⁹; em 1816, cerca de 12 mil moradores⁴⁰; e em 1863, mais de 16 mil⁴¹.

Em relatório do presidente da Província⁴² do Ceará, de 1839, o porto de Fortaleza apresentava-se extremamente precário; e sabe-se, pelos relatos de viajantes estrangeiros, que o embar-

38 FELIX, Keile Socorro Leite. **Espíritos Inflamados: A Construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ UFC, 2010.

39 MENEZES, Luis Barba Alado. **Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará**. In: **Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1998, p. 52.

40 PAULET, Antônio José da Silva. **Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará**. In: **Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1998, p. 17.

41 BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 91.

42 Os atuais estados brasileiros eram chamados de província durante o Império (1822-89), sendo administrados por um presidente nomeado pelo governo monárquico central. CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos**. São Paulo: Annablume, 1997.

que e desembarque de mercadorias constituía-se quase uma aventura, havendo vez por outra acidentes e mortes. O acesso ao denominado Porto da Prainha (na verdade, um trapiche situado na Prainha, defronte da vila) era complicado, pelo número de áreas pantanosas nas proximidades, e pela má conservação desse trapiche. As estradas, embora algumas delas tenham sido abertas nesse período (a exemplo daquelas ligando Fortaleza a Messejana, Aracati, Icó e Crato), eram ainda em número insuficiente para escoar a produção sertaneja, sem falar que a conservação dessas estradas, igualmente, deixava bastante a desejar (eram comuns buracos, avanço de matos e queda de árvores). As ruas da cidade não tinham pavimentação e eram constantes as reclamações em textos da época acerca do "areal frouxo", no qual atolavam os carros de bois; e das rajadas de ventos, que atingiam os transeuntes.

A capital apresentava várias áreas pantanosas (como as da Prainha e as margens do rio Cocó), verdadeiras ameaças à saúde pública, e escasseava o dinheiro para aterrâ-las. As pontes eram poucas e, também, encontravam-se em péssimo estado de conservação, o que dificultava a passagem de cavaleiros, pedestres e carroças com produtos.

O relatório de 1850, do presidente cearense Fausto Aguiar falava do problema e solicitava parte do orçamento provincial para contorná-lo. Havia reclamações constantes sobre a escuridão das ruas da capital e sobre a necessidade de iluminação artificial, concebida não apenas como adorno do "progresso", mas, sobretudo, como matéria de segurança, visto que "gatunos" agiam com frequência. Com muito esforço, o governo provincial comprou em 1838, cinquenta lâmpões, os quais, porém, por anos ficaram sem funcionar, pois a Câmara de Vereadores não tinha recursos para comprar azeite, material fundamental para a efetivação da luminária. A população que procurasse soluções, com suas lamparinas, velas toscas e mal cheirosas, e tratasse de se recolher cedo às casas, fechando bem as portas e janelas.

O comércio continuava frágil e, apesar do crescimento dos negócios envolvendo a lavoura algodoeira de exportação, até fins da década de 1840 a maior parte da renda da província vinha das negociações internas envolvendo a pecuária. Isso ajuda a entender o porquê de Fortaleza ter essa prosperidade material tão lenta na primeira metade do século XIX⁴³.

43 VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre o Futuro e o passado**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 29 e seguintes.

3.3 OLHARES ESTRANGEIROS

Alguns viajantes estrangeiros estiveram no Ceará ao longo do século XIX, deixando registros históricos para melhor compreender as mudanças urbanas pelas quais passava Fortaleza, no lento processo que a levaria tornar-se a principal cidade cearense.

Um desses foi o inglês Henry Koster, que havia se instalado no Recife no ano de 1809, por motivo de saúde – na época, não havia cura para tuberculose e recomendava-se aos doentes morar em locais de clima quente. Em Pernambuco, Koster chegou a tornar-se dono de terras e de escravos. Em 1810, o britânico fez viagem a cavalo do Recife à "vila de Fortaleza do Ceará" (visitou Aracati, Aquiraz e aldeias indígenas também). De regresso à Inglaterra em 1815, Koster publicaria no ano seguinte o livro *Travels in Brazil*, em que fala de suas andanças na colônia e que virou importante fonte histórica acerca do período, embora não se possa esquecer que o olhar desses viajantes expressava um modo de ver o mundo, não raras vezes com profundo etnocentrismo, de destacar os "exóticos" e os "estranhos" locais e mostrá-los como "inferior" e "atrasado" em relação às culturas de seus respectivos países de origem⁴⁴. Koster voltaria novamente a Pernambuco, falecendo em 1827, aos 34 anos.

A capital cearense não impressionou o inglês, que até questionou por qual razão fora escolhida aquela vila como sede administrativa:

A Vila de Fortaleza do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas (...). As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento (...). Tem três igrejas, o palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns 1.200 (...). Não é muito para compreender-se a razão da preferência dada a este local. Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso difícil (...). Um navio estava descarregando durante minha estada. A carga consistia principalmente em pequenos sacos de farinha de mandioca. A canoa se aproximava o mais possível da terra, sem encalhar, e os sacos eram transportados na cabeça dos carregadores. Deviam pô-los nos solo, passando através das vagas e quando uma delas o alcançava, molhava completamente. Poucos sacos chegavam à praia inteiramente enxutos (...). O porto

44 OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. **Livros de Viagens: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809 - 1826).** Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

*é exposto e mau. (...) Os edifícios públicos são pequenos e baixos, mas limpos e caiados (...). Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência (...). A dificuldade de transportes, terrestres, particularmente nesta região, e a falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. O comércio do Ceará é limitado e, provavelmente, não tomará grandes impulsos (...)*⁴⁵.

O francês Louis François de Tolenare, instalado em Recife, entre 1816 e 1817, com fins comerciais, igualmente fez uma viagem ao Ceará. Sobre tal visita, anotou em seu diário (publicado no Brasil apenas no começo do século XX com o título de *Notas Dominicais*):

*A cidade do Ceará, capital da capitania do mesmo nome, não contém mais de 1000 a 1200 habitantes; o seu porto é péssimo, o ancoradouro não oferece as mesmas garantias que o de Pernambuco (...). O desembarque das mercadorias também é penoso; os negros entram n'água para tirá-las das chalupas, e frequentemente ficam avariadas. As secas, um mau porto, os poucos meios de comunicação com o interior, tais são os obstáculos à prosperidade do Ceará, que, no entanto, pode produzir em abundância algodão, mas não açúcar. Os seus produtos são enviados ao Maranhão e ao Recife. Dois ou três navios aparecem todos os anos. A guarnição consta apenas de uma companhia de 120 homens; tem hoje à testa de sua administração um jovem governador muito empenhado no progresso da civilização de seus subordinados*⁴⁶.

Outro que esteve no Ceará foi o missionário norte-americano Daniel Kidder, em 1839. Com a intenção de propagar a religião metodista, Daniel chegou ao Brasil em 1837, com sua mulher, Cynthia Russel Kidder. Permaneceu até 1940 no país, quando, então, voltou aos Estados Unidos, em virtude do falecimento da esposa. Ali organizou suas anotações na obra *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (obra que depois foi ampliada por seu colega e pastor James Fletcher). Sobre sua visita a Fortaleza, o missionário destacou os coqueiros a enfeitar a paisagem, a precariedade do porto local e as dificuldades de desembarcar na praia, que se realizava numa "paviola", espécie de cadeira presa a duas travas e conduzida por quatro homens. Descreveu ainda o "areal" sobre o qual estava a vila, dificul-

45 KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 171/172/173.

46 CARVALHO, Alfredo de. **Trechos das Notas Dominicais de Tonelare que se Referem ao Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. V. 22, p. 274, 1908.

tando as caminhadas, molestadas pelo vento ou “queimando os pés” quando o sol estava a pino. Kidder, contudo, atestou certo “ar de progresso” da vila, citando os muitos prédios em construção. Destacou, também, as ruas largas e as praças amplas. Falou da instalação da iluminação pública com lampiões, embora alertasse sobre a falta de verbas para comprar o querosene. Disse, ainda, da ausência de cemitérios, ocorrendo os enterros numa única igreja (do Rosário) da cidade, que se tornara “um foco de putrefação e pestilência”⁴⁷.

Em 1865, os naturalistas suíços Luis e Elisabeth Agassiz, na viagem que faziam Brasil afora, passaram pela capital cearense. O casal publicaria depois um texto (*Viagem ao Brasil*) não apenas com observações de caráter científico, mas com interessantes visões sobre as pessoas, a vida social e a cultura da terra. Sobre Fortaleza, os suíços ressaltaram o crescimento da cidade, já bem visível na década de 1860, como se verá no capítulo seguinte:

*(...) Gostei do aspecto da cidade do Ceará. Agradaram-me as suas ruas largas, limpas, bem calçadas, ostentando toda sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas dos mais variados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de moças com alegres toaletes, e os grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade. Fora da cidade, o traçado das ruas se continua através dos campos, que belas montanhas limitam ao longe: as serras Grande e Baturité. Na frente da pequena cidade, corre uma extensa praia e o barulho do mar, batendo nos recifes, chega até o quarteirão central. Assim colocada entre a montanha e o mar, Ceará deve ser uma cidade salubre: é com efeito a reputação de que goza (...)*⁴⁸.

Mesmo assim, Luis e Elisabeth Agassiz denunciaram em seu texto problemas citados, igualmente, por outros viajantes, a exemplo da inexistência de um cais, a dificuldade nos desembarques, a areia incômoda, as precariedades sanitárias e os surtos de epidemias (febre amarela, disenteria).

47 KIDDER, Daniel, FLETCHER, J.C. **O Brasil e os Brasileiros**. São Paulo: Nacional, 1941, p. 205.

48 AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000, p. 408/409.

Capítulo 4

A Hegemonia

4.1 AS RAZÕES DE UMA CIDADE

Ao verificar-se a história das atuais grandes cidades brasileiras com origem no período colonial, percebe-se que, boa parte delas, situadas no litoral, nasceram hegemônicas, isto é, como os centros urbanos mais importantes política e economicamente dos seus respectivos estados. Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Belém... Eram, desde o início, pontos de nucleação da produção para o mercado externo e sede do aparato burocrático e militar, impondo sua influência sobre as áreas vizinhas. Mas esse não foi o caso de Fortaleza. Ao contrário, a atual capital cearense não apresentou, durante boa parte de sua história, a hegemonia urbana do Ceará.

Foi ao longo do século XIX que se verificou o processo de hegemonização de Fortaleza – tornou-se apenas na segunda metade daquele século o principal núcleo urbano, político, econômico e social do Ceará. E por que isso aconteceu?

As razões são muitas e estão interligadas. A professora Maria Auxiliadora Lemenhe, no livro *As Razões de uma Cidade* diz-nos que o "triunfo" da cidade não deve ser desvinculado do sistema político-administrativo do Império, que criou os mecanismos favoráveis à hegemonia de Fortaleza, ao beneficiar as capitais provinciais.

Sabe-se que o período monárquico brasileiro, sobretudo o II Reinado (1840-89) caracterizou-se pelo centralismo político. Isso significava que as elites do Sudeste brasileiro e o governo imperial (cuja sede encontrava-se naquela região, no Rio de Janeiro), visando conservar a integridade territorial do País, conter as revoltas que eclodiam vez por outra, conservar e fazer prevalecer seus interesses, sobrepuseram-se ao resto do País, submetendo as oligarquias regionais.

Houve, por parte da Monarquia, a postura intencional de tornar as capitais das províncias verdadeiros núcleos a serviço da "ordem social" e da unidade territorial desejadas contra qualquer pretensão autonomista/separatista que as oligarquias regionais possuíssem. De certo modo, reproduziu-se nas pro-

víncias com suas respectivas capitais o centralismo que havia no Rio de Janeiro em relação ao resto do Brasil.

O Império tomou diversas medidas para estimular e reforçar o papel das capitais provinciais como grandes centros locais do poder político, econômico, militar e administrativo – aquelas capitais, por isso, tornaram-se, em cada província, os núcleos urbanos que mais recebiam investimentos e obras, mais recolhiam a produção interiorana para exportação, mais captavam tributos para o governo. E quanto mais as capitais prosperavam, mais investimentos e poderes elas obtinham, observando-se mais prosperidade e hegemonização urbana, enquanto as outras vilas e cidades das províncias eram esvaziadas.

Daí, entende-se por que ao longo do século XIX, em especial na segunda metade deste, teve-se uma série de obras; e tomadas de decisões administrativas, beneficiando Fortaleza: obras no porto (no exato momento em que a “rival” e decadente Aracati reclamava da erosão de seu porto e da inadequação deste para navios de maior calado); abertura e melhorias de estradas ligando a capital a áreas produtoras próximas (enquanto nenhum recurso era despendido com o melhoramento da via Aracati-Icó, a mais importante para o comércio aracatiense); o estabelecimento do monopólio do comércio exportador por Fortaleza (fechou em 1851 a alfândega de Aracati, que assim ficou excluída do comércio internacional); aumento das taxas cobradas em Aracati sobre a comercialização de bens negociados com outras províncias brasileiras (a cidade da Foz do Jaguaribe foi, dessa forma, perdendo para a capital a condição de núcleo principal nas transações comerciais com o resto do País); contratos do governo imperial com companhias de navegação costeira privilegiando o porto de Fortaleza (mais navios e maior frequência nas atracagens), entre outras decisões. Ao que consta, a renda obtida com o aumento da arrecadação provinciana no século XIX foi em boa parte aplicada em Fortaleza.

Uma outra obra que mostrava a hegemonização de Fortaleza (e ao mesmo tempo contribuía também para ela) foi a construção da Estrada de Ferro Baturité, a partir de 1870. Esta incrementou a posição da capital como grande centro coletor e exportador da produção interiorana (sobretudo de algodão). A posterior expansão dessa Ferrovia – em 1926 atingiria o Crato – aumentou consideravelmente a função comercial de Fortaleza. O raio de ação da capital ampliou-se para além das zonas produtoras de

Uruburetama e Baturité, atingindo o oeste e sul do Ceará, isto é, acompanhou a própria expansão da cotonicultura (cultivo do Algodão, a base da economia cearense então, voltada para atender sobretudo a demanda da Revolução Industrial inglesa).

Outra razão para o crescimento de Fortaleza relacionou-se ao comércio de exportação da produção agrícola cearense, que conheceu grande expansão na segunda metade do século XIX, principalmente do algodão (além do café, couro, açúcar), o qual seria, em boa parte, escoado e revendido pelo porto da capital. Não é coincidência que o auge da cotonicultura cearense na década de 1860 (em virtude da diminuição da oferta internacional de algodão vinda com a Guerra Civil dos EUA-1861/65) seja também o momento em que Fortaleza completa sua hegemonização!

Como se fosse pouca essa estrutura de transportes (estradas, porto, ferrovia), foi ainda Fortaleza beneficiada por sua proximidade geográfica em relação às áreas produtoras agrícolas principais (Maranguape e Baturité com o café, Itapipoca, Caucaia, Cascavel, com o algodão). Menores distâncias significavam menores fretes e mais lucros para os senhores proprietários e comerciantes. Até a pecuária (rebanhos, produção de couro...) beneficiou Fortaleza, pois cresceu em maior percentual nas áreas influenciadas pela capital.

Percebe-se que não bastava apenas o algodão para o crescimento de Fortaleza – o produto poderia muito bem ser exportado, também, pelos portos de Aracati, Acaraú, mas não foi, pois dentro da postura centralizadora imperial, criaram-se mecanismos, como visto, dando à capital as condições estruturais para dominar a economia local e ser o centro coletor/exportador da produção interiorana⁴⁹.

A cidade cresceu em termos populacionais igualmente em função do êxodo rural, sobretudo de camponeses obrigados a migrar pela estrutura latifundiária sertaneja ou pelas secas – buscavam em Fortaleza melhores condições de vida (em virtude da prosperidade da cidade) ou de assistência (muitos não regressavam mais aos sertões após o fim das estiagens). Instalaram-se, também, em Fortaleza latifundiários, em busca de novos negócios ou de conforto, e comerciantes nacionais e estrangeiros, ligados ao setor de importação/exportação ou à instalação de algumas fábricas, as quais serviam de atração para a

49 LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

mão de obra interiorana também. Não se pode esquecer ainda o fascínio que a cidade exercia sobre as “massas” sertanejas, com seu dinamismo e possibilidades de acesso à “modernidade”, consumo, lazer.

Apesar da precariedade dos recenseamentos, contabilizava-se a população da cidade: em 1837, em 16.557 habitantes; em 1872, um número de 21.372 moradores; e atingindo, na virada para o século XX, 48.369 pessoas, num crescimento considerável e sinal claro da hegemonia urbana fortalezense no Ceará⁵⁰. Por volta de 1867, a capital limitava-se ao norte pelas ruas da Praia e da Misericórdia. A leste, pela Rua de Baixo, a atual Conde D’Eu; ao sul pela D. Pedro I e a oeste, pela Rua Amélia, atual Senador Pompeu. Fora dessa área, só havia o Palácio do Bispo, o Colégio das Irmãs de Caridade, o Seminário da Prainha e alguma outra casa⁵¹.

4.2 CIDADE E “PROGRESSO”

Fortaleza foi, aos poucos, diferenciando-se das demais vilas do Ceará não só pelo crescimento populacional, mas, também, pela expansão das edificações privadas e públicas. O centralismo imperial, as rendas provinciais, os lucros do comércio exportador/importador e os investimentos estrangeiros – essa era a época da expansão imperialista internacional, na qual os grandes monopólios europeus aplicavam seus capitais em países pobres do mundo, obtendo lucros extraordinários – possibilitaram uma “modernização” e “aformoseamento” da cidade.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 1850, Fortaleza passou por profundas mudanças em sua infraestrutura e equipamentos urbanos, visando atender as novas demandas, disciplinando espaços e controlando a popu-

50 Sobre o processo de hegemonização urbana de Fortaleza podem ser vistos também: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993. JUCÁ, Gisafran. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2000. SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão da cidade**. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995. COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. CHAVES, Gymlar. VELOSO, Patrícia. CAPELO, Peregrina. **Ah, Fortaleza!** Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

51 NOGUEIRA, João. **Iluminação de Fortaleza**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. V. 53, p 144, 1939.

lação. Viveu-se uma explosão de “modernidades” e “aformoseamentos” (embelezamento) quando os discursos e as práticas sociais buscavam imitar a “civilidade europeia”. Fortaleza, então, colocou-se entre as maiores cidades do País.



Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875), de autoria de Adolfo Herbster: o traçado de xadrez como característica da estrutura urbana da cidade.

Assim, teve-se calçamento nas ruas centrais (1857), canalização de água potável (em 1867, ao encargo da inglesa *Ceará Water Company Limited*), bondes à tração animal (inaugurados em 1880 pela Cia. Ferro Carril e depois transferidos para *The Ceará Light and Powers*), iluminação a gás carbônico (em 1867, implementada pela *Ceará Gás Company Limited*, com sede em Londres), linhas de navios a vapor para a Europa e Rio de Janeiro (a partir de 1866), melhoria no porto (o chamado Porto das Dragas, entre 1870 e 1886), biblioteca (1867), jornais, diversas praças arborizadas, clubes para lazer, fábricas de tecidos (1883), hospital (Santa Casa de Misericórdia, em 1861), asilo para alienados (1886), Mercado Público com estrutura metálica (1897), estrada de ferro ligando a cidade ao interior, telégrafo (1879), telefone (1883), caixas-postais (1889), bons educandários (o Liceu do Ceará desde

1845, o seminário da Prainha e o colégio Imaculada Conceição em 1864), entidades intelectuais e cemitérios.

Um dos marcos dessa "modernização", e que evidenciava a preocupação das autoridades com a marcha urbanística ocorrente, foi a elaboração e implementação de um novo plano urbanístico (1875), o qual objetivava sistematizar a expansão da cidade através do alinhamento de suas ruas e da abertura de novas avenidas. O plano foi elaborado pelo engenheiro pernambucano Adolfo Herbster, que fora contratado em 1855 como Diretor de Obras da Província, e em 1857, nomeado arquiteto da capital pelo presidente da Câmara Municipal, Antônio Rodrigues Ferreira, o famoso Boticário Ferreira⁵².

O plano urbanístico de Herbster não era totalmente original, pois mantinha o sistema de traçado em xadrez estabelecido pelo engenheiro Silva Paulet, no começo do século. Não obstante, teve uma enorme importância, pois estabelecia e ampliava o traçado da cidade para além dos limites de então e criava, inspirando-se na cidade de Paris, três *boulevards* (avenidas) para facilitar o fluxo de pessoas e produtos, os quais correspondem hoje às avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel.

*O plano, de traçado expansionista, levava o sistema de xadrez, muito além da parte construída, e estendia a cidade para leste, até a rua da Aldeota (Nogueira Accioly); para o sul, até a rua dos Coelhos (Domingo Olímpio), e para oeste até as praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados. (...) A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza, que até hoje o Centro principal da cidade está circunscrito aos limites das avenidas por ele projetadas.*⁵³

Intentava-se com o plano urbanístico de Herbster não só razões de natureza estética ou de disciplinamento da expansão

52 Antônio Rodrigues Ferreira (1801-1859), chamado de Boticário, era um carioca vindo em 1825 para Fortaleza, onde passou a exercer a profissão de farmacêutico prático – figura importante numa sociedade quase sem médicos. Com sua popularidade, elegeu-se vereador sucessivas vezes a partir de 1842, ocupando a presidência da Câmara Municipal, que à época tinha funções de executivo. Faleceria em 1859 (o nome da atual Praça do Ferreira é uma homenagem ao Boticário). NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1998. p. 151.

53 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: **Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). Ceará: Um Novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 59.

da cidade (e de fato conseguiu até a década de 1930⁵⁴) e do fluxo das pessoas e produtos, mas, igualmente, uma estratégia de controle social por parte do poder público, ou seja, vigiar e controlar a população. Temiam-se as revoltas e “desatinos” que pudessem ser realizados pela crescente população de pobres, mendigos e prostitutas, vistos como “perigosa ameaça” aos setores dominantes. Era necessário vigiar, prevenir e punir!

Conforme Ponte (1993, p.27):

Esse modelo de traçado urbano foi utilizado desde Alexandre, o Grande, passando por colonizadores romanos, ingleses e espanhóis nas cidades de seus respectivos impérios, como também nas “vilas novas” do fim do período imperial. Concebido para fins de dominação e ordenamento da expansão urbana, o mesmo corrigia becos, desvios e ruas desalinhadas que facilitavam a ocorrência de motins urbanos, substituindo-os por vias alinhadas, longas e cruzadas em ângulos de 90° que favoreciam a vigília do poder sobre as cidades.⁵⁵

4.3 FORTALEZA BELLE ÉPOQUE

Com o dinamismo econômico vivido por Fortaleza, emergiram novos atores sociais de poder econômico na cidade. Em geral, eram indivíduos ligados ao setor comercial, fortalecidos pelas atividades de importação e exportação, bem como profissionais liberais (bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas) formados em estabelecimentos de ensino superior, espalhados pelo Brasil e até exterior. Eles, afora comungar com as ideias de “modernidade e progresso” que, então, grassavam no Ocidente, buscavam símbolos e comportamentos que evidenciassem sua ascensão ou condição social.

Da mesma forma que em outros locais, verificou-se um “afrancesamento” de Fortaleza na segunda metade do século XIX e começo do século XX, ou seja, uma forte influência cultural da França. A cultura europeia, em especial a francesa, era bastante valorizada pelos setores dominantes e setores médios locais, como sinal de “modernidade”, de rompimento com o “provin-

54 CASTRO, José Liberal. **Fatores de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977, p. 35.

55 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993, p. 27.

cianismo" e os costumes tradicionais "atrasados", até então presentes na sociedade. Não por acaso, aquele era o momento do domínio econômico, político e cultural da Europa sobre o mundo, em decorrência, sobretudo, da expansão capitalista. Tal período ficou tradicionalmente conhecido como *Belle Époque*.

Paris era vista como o centro por excelência da "civilidade", assim, não surpreende que os segmentos urbanos dominantes buscassem imitá-la. Considerava-se "chique" e "refinado" falar francês ou usar termos desse idioma onde fosse possível. O caso mais evidente era o das lojas que vendiam objetos, roupas e quinquilharias de luxo e afins, importados de Paris: chamavam-se *Au Phare de La Bastill, Louvre, Bon Marché, Grande Nouveante de Paris*. O mesmo ocorria com farmácias, hotéis, restaurantes, fotógrafos – havia mesmo alguns anúncios inteiros em francês nos jornais!

As correntes europeias de pensamento filosófico, científico e estilo literário influenciavam bastante a produção intelectual da época⁵⁶. Recitar versos ou citar frases em francês era comum nos "meios do saber". As famílias mais ricas passavam temporadas de férias na Europa ou enviavam seus filhos para lá estudar. Ocorreu uma onda consumista pelas "novidades" vindas do Velho Mundo. A moda, especialmente a feminina, e mesmo chegando com atraso aqui, era a de Paris ou Londres. A utilização de figurinos, tecidos, chapéus e demais adereços de vestuário era a maneira dos segmentos urbanos endinheirados distinguirem-se dos demais grupos sociais, ostentando sua ascensão/condição socioeconômica e o culto do "bom gosto e modernidade". Tinha-se um povo vestido de ternos, luvas e cartolas a balbuciar palavras em francês sob o sol escaldante dos trópicos.⁵⁷

A principal área de lazer e sociabilidade de Fortaleza no final do século XIX e início do seguinte, e que servia também de "vitrine" para o desfile da "elegância civilizada europeia", era o Passeio Público. Zelosamente cuidado e bastante arejado, com ampla vista para o mar, foi inaugurado em 1880 (e ampliado depois), constituindo-se verdadeiro cartão de visita da cidade. Situado no lugar do antigo Campo da Pólvora e, oficialmente, chamado de Praça dos Mártires (1879), o Passeio Público contava com bancos, canteiros, jardins, réplicas de esculturas clássi-

56 OLIVEIRA, Almir Leal de. **Universo Letrado em Fortaleza na Década de 1870**. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

57 FILHO, José Ernesto Pimentel. **A Aristocratização Provinciana em Fortaleza (1840-90)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 1995.

cas e três planos ou “avenidas” – uma, para o gozo das elites (o Passeio propriamente dito, chamado de Avenida Caio Prado⁵⁸); a segunda, para as classes médias (Carapinima, sem nenhum embelezamento e que se tornou um campo de futebol no início do século XX); e uma terceira, para os populares (Padre Mororó, muito arborizado, com aspecto de sítio).



A Avenida Caio Prado, no Passeio Público, era o local frequentado pelas pessoas mais abastadas de Fortaleza.

Não fosse proibido a um indivíduo transitar entre os planos do Passeio, as questões de classe e de cultura se impunham na divisão espacial e nos contatos – uma pessoa de menos recursos não tinha as roupas “chiques”, o “ar elegante”, a “refinada educação” ou a amizade de alguém dos setores mais abastados. Então, o normal era que ficasse na “sua” avenida, com “seus iguais”, conforme o pensamento da época, especialmente das elites – o que não quer dizer que não ocorresse de pessoas menos abastadas frequentar o primeiro plano.

58 *No primeiro plano, arborizado e entouceirado de bambus, fez um lago artificial, alimentado por um braço do rio Pajeú, tendo no centro uma ilha bela, onde colocaram estátuas de Netuno. Havia animais soltos nesse pequeno e encantador parque; emas, veados, cutias, cisnes, patos, etc. Havia também uma árvore, espécie rara de tronco enorme, o baobá, que foi trazido da África pelo Senador Pompeu.* In CUNHA, Maria Noélia Rodrigues de. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990, p. 270.

Outro ponto de sociabilidade de Fortaleza era a Praça Pedro II (antiga Feira Nova⁵⁹ e atual Praça do Ferreira), a qual viu sua importância crescer pela ação do boticário Ferreira (que ali promovia o entrudo – carnaval popular – e imaginava mil e um pretextos, a fim de chamar a atenção de todos para o logradouro onde se encontrava sua farmácia), pela instalação, a partir de 1880, de pontos de estacionamento de bondes à tração animal em seu redor, e pela concentração de grande quantidade de estabelecimentos comerciais na área. A Praça do Ferreira ganhou, ainda, no último quartel do século XIX quatro quiosques de madeira (demolidos na década de 1920), os quais serviam de ponto de encontros para os boêmios, intelectuais e políticos⁶⁰. Desses quiosques, o mais famoso foi o Café Java, pertencente ao folclórico Mané Côco e onde, em 1892, seria fundada a célebre Padaria Espiritual⁶¹.

O ar cosmopolita e “europeu” de Fortaleza ampliava-se com a instalação de vários comerciantes estrangeiros (ingleses como *Robert Singlehurst*, *William Studart*, *Henry Ellery*, dentre outros, e franceses a exemplo dos influentes irmãos judeus *Boris*, *Gradwohl*, *Levy...*), os quais, com suas riquezas, ganharam destaque no meio social⁶².

4.4 BEM MORAR E DIVERTIR-SE

Os emergentes grupos médios e dominantes igualmente voltaram-se para a construção de novas e belas edificações, as

59 No local se realizava as feiras semanais. Também foi conhecida como Largo das Trincheiras, pois haveria acontecido no local um confronto entre portugueses e holandeses nos tempos coloniais ou porque ali morara o senhor Cavalcante, apelidado de “Trincheira” e responsável por animas reuniões e folguedos. *Ibidem.*, p. 154.

60 SILVA, Elizete Américo. **Espaços Públicos e Territorialidades**: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006.

61 A Padaria Espiritual foi uma entidade literária existente entre 1892-98. Fundada por Antônio Sales, contou ao longo de sua existência com a presença de figuras destacadas no campo intelectual, como Rodolfo Teófilo, Lopes Filho, Adolfo Caminha, Henrique Jorge, dentre outros. A Padaria Espiritual ficou famosa pela ironia e irreverência, criticando as instituições e valores da época. Sua preocupação nacionalista teria antecipado o modernismo da Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922. Com o jornal *O Pão* e um pilhérico programa de instalação, a Padaria chegou a ter alguma repercussão em outros estados do País. Vide AZEVEDO, Sânzio. **Aspecto da Literatura Cearense**. Fortaleza: Edições UFC/Academia Cearense de Letras, 1982. COSTA FILHO, Cícero João da. **Padaria Espiritual**: cultura e política em Fortaleza no Final do Século XIX. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/USP, 2007. CARDOSO, Gludson Passos. **Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)**. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza**: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

62 TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: as Origens do Capital Estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN/ Ed. Universitária, 1995.

quais evidenciavam seu poderio econômico e alinhamento com a estética da “modernidade”. Foram surgindo luxuosos e espaçosos prédios e casas, inclusive sobrados, rompendo a até então horizontalidade de Fortaleza:

As casas baixas, proletárias, de beira e sub-beira, portas lisas e sem bandeirolas nem persianas, aos poucos eram substituídas por outras elegantes e burguesas, de climalhas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões ogivais, varandas ou balcões de ferro (...). Multiplicavam-se os sobrados, quebrando a horizontalidade da capitalzinha⁶³.

Apareceram também, elegantes prédios públicos, como os da Estação da Estrada de Ferro de Baturité, em 1880, e da antiga Assembleia Provincial (que abriga atualmente o Museu do Ceará), erguido entre 1856 e 1871.

Surgiram espaços para o lazer das classes dominantes e médias. No ano de 1867, fundou-se o Clube Cearense, a primeira grande agremiação mundana da cidade, contando inclusive com sede própria e seletos sócios – embora antes, em 1851, houvesse surgido um primeiro esboço nesse sentido, a Recreação Familiar Cearense, fundada pelo engenheiro Caetano de Gouveia e por Lourenço de Castro e Silva, um dos primeiros médicos locais que regressaram a Fortaleza após se formarem nas escolas de medicina de Salvador e Rio de Janeiro.

Com sede (inaugurada em 1871) defronte à área onde depois surgiria o Passeio Público, o Clube Cearense oferecia festas suntuosas, jogos de recreação, novas danças e atividades culturais para um seletto corpo de associados, composto pelos mais notáveis homens de negócios locais e estrangeiros. Apresentava um caráter elitista e exclusivista, negando o acesso a estranhos, mesmo os que tivessem algum prestígio na cidade.

Tal postura irritava os grupos médios emergentes. Os “excluídos”, então, reagiram criando outra sociedade recreativa em 1884, o Clube Iracema, nome inspirado no então afamado romance de José de Alencar. A partir daí os clubes passaram a “disputar” para ver qual deles organizava os melhores eventos.

O Clube (Iracema), pela força social e intelectual dos grupos que representava, significou muito mais que um mero espaço para as diversões refinadas, pois logo se transformou em um núcleo irradiador de expressivo movimento sociopolítico e círculos de saber em Fortaleza no

63 GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985, p. 106.

*final do século (XIX): com sua popularidade de origem, o clube Iracema tornou-se logo, um centro de atividades reformistas entroncando os movimentos de reivindicação política e social, que germinaram como precursores da libertação dos escravos e da República*⁶⁴.

Nesses clubes, havia diversos tipos de bailes (políticos, patrióticos, de máscaras), que se iniciavam em torno das 20h, com bandas. Era convencional servir chá por volta de meia-noite e uma mesa farta e refinada à uma hora da madrugada. A seguir, então, ocorriam os discursos, especialmente nos bailes políticos.

No período apareceram as recreações esportivas, recomendadas pelo saber médico para melhorar a saúde e a "raça": a patinação (no Passeio Público - 1877); ciclismo (1900); *turfe* (corrida de cavalos - 1895) ; e o *foot-ball*, para deleite dos setores dominantes e médios⁶⁵.

A "boa sociedade" frequentava ainda os bailes carnavalescos realizados pelos clubes elegantes, nos quais, obviamente, os segmentos populares não podiam ingressar. Eram bailes nos moldes do carnaval veneziano – da cultuada "civildade" europeia, portanto, caracterizavam-se como uma festividade "bem comportada", luxuosa e com o uso de fantasias de modelos importados (pierrôs, arlequins, colombinas). A partir dos anos de 1880 percebeu-se uma aguçada competição entre os clubes e suas respectivas sociedades carnavalescas (o Clube Cearense, com os Dragões do Averno e o Iracema, com os Conspiradores Infernais) para saber qual promoveria os melhores bailes "mominos" em seus salões e nas praças – no caso destas, as festas ocorriam numa alameda cercada dentro da Praça do Ferreira, sem acesso para os populares. Realizavam, igualmente, nos moldes venezianos, desfiles de pomposos carros alegóricos pelas ruas.

4.5 DISCIPLINANDO CORPOS E MENTES

Com o crescimento de Fortaleza, verificou-se uma preocupação do poder público e das elites em controlar e disciplinar – na época dizia-se "civilizar" – as camadas populares da cidade. A

64 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**; Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda. 1993. p.140-141.

65 PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do Passeio Público à Ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904-45). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

capital cearense crescera e a economia dinamizava-se, porém, com as contradições do capitalismo: havia uma inquietante tensão social provocada pela diferença abissal entre os setores dominantes e os mais pobres. A cidade apresentava uma multidão de pobres e desvalidos, os quais, quando tinham casa, habitavam os subúrbios, em casebres e palhoças, em condições precárias. Era comum tais casas populares sofrerem incêndios em virtude de acidentes domésticos (fazia-se a iluminação com velas e lamparinas), com grande quantidade de crianças e idosos mortos ou feridos por queimaduras, o que aumentava o suplício daquelas pessoas maltratadas pela miséria.

Afora a quantidade considerável de escravos urbanos que andavam e trabalhavam pelas ruas, encontrava-se uma massa de livres pobres, composta por vendedores de rua, "vadios", loucos, trabalhadores informais, meretrizes, retirantes da seca, crianças abandonadas. Eram todos chamados pelas elites de "canalha", "gentinha das areias" e "canelau", um povo "desclassificado" e "vagabundo", que vivia a "bater pernas pela cidade, falar da vida alheia, praticar desatinos e rir amolecadamente do que desse motivo", para fúria e constrangimento das "pessoas de bem".

Em outras palavras, aqueles populares eram vistos pelos setores proprietários, numa ótica preconceituosa e racista, como "incapazes, ignorantes e perigosos". Fazia-se necessário, portanto, racionalizar Fortaleza e também disciplinar/reprimir "corpos e mentes" de seus habitantes, ou "regenerá-los moralmente", de modo a saírem do "atraso, barbarismo, ociosidade e debilidade" em que se encontravam e ingressarem no mundo da "modernidade" e da "civilização"/ capitalismo que então se consolidava⁶⁶.

Os segmentos abastados preocupavam-se, sobretudo, com a questão da "vadiagem", afinal, a "ociosidade" chocava-se frontalmente com a ideia de "trabalho produtivo" que as classes dominantes e o capitalismo exaltavam. Não por acaso, nesse período, foi construída a Cadeia Pública de Fortaleza (1866) e tentou-se melhor estruturar o aparelho policial, por meio da criação de subdelegacias, distritos policiais, gabinete de identificação civil

66 SANTIAGO, Pádua. **A Cidade como Utopia e a Favela como Espaço Estratégico de Inserção na Cultura Urbana (1856-1930)**. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.1, n. 2, p. 115-130, 2002. MOTTA, Felipe Ronner Pinheiro Imlau. **Progresso, Calamidade e Trabalho: Pobreza e Urbanidade Incipiente na Cidade em Fins do Oitocento**. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.2, n. 4, p. 155-183, 2003. SAMARA, Eni de Mesquita, e SOUSA, José Weyne de. **Morar e Viver no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, séc. XIX. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.4, n. 7, p. 41-67, 2006. FILHO, José Ernesto Pimentel. **Aristocratização Provinciana em Fortaleza (1840-90)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História/ UFPE, 1995.

e criminal, obtenção de mais armas, melhor seleção e preparo de policiais. Era constante a ação da polícia identificando, vigiando e reprimindo os "vagabundos" e pobres, surrando e detendo-os de maneira arbitrária, embora agisse diferente contra os brancos dos setores urbanos emergentes, pois estes poderiam ter ligações políticas com as oligarquias dominantes⁶⁷.

Os códigos de posturas e leis de Fortaleza passaram a trazer medidas regulamentando o espaço público, tratando de limitar e ordenar a circulação das pessoas, e o uso dado por este às ruas e logradouros, impondo certas regras para a realização do comércio (horário, lugar, procedência dos produtos, meios de transportes), regulando a produção de lixo das casas (não podia mais ser posto na rua) e o uso de água, e até "salvaguardando o decoro, a moral e os bons costumes". É o caso de uma resolução de 1865, pela qual *"ninguém (poderia) andar nessa cidade se não vestido honestamente, trazendo pelo menos camisa e calça, sem que deixe parte do corpo que ofenda a moralidade pública"* – esta e outras medidas no mesmo sentido explicam-se em parte, pelo costume dos rapazes e pobres se banharem nus na lagoa do Garrote, atual Parque da Liberdade⁶⁸.

A cada ano se criavam novas medidas, englobando novos segmentos da vida das pessoas, enrijecendo o controle e a punição contra aqueles que afrontavam as normas. Em 1870, uma lei condenava o que chamava de "vozerios e ofensas à moral pública", ou seja, proibia indivíduos de andarem alcoolizados pelas ruas e discutirem em via pública, resultando ou não em briga. Em 1861, chegou-se ao extremo de estabelecer medidas quanto à largura e altura, de portas e janelas, e cobrar-se multa de dez mil réis ou prisão de dez dias na Cadeia Pública, ao proprietário que pintasse a frente ou a travessa da casa de cor branca ou encarnada!!! Vale ressaltar que a preocupação com a disciplina também visava se fazer presente dentro da residência dos fortalezenses (ou seja, nos espaços privados) – por exemplo, o Código de Postura de 1879 proibia *comportamentos desonestos dentro da própria casa, sob ameaça expressa de penas criminais e multas de 5\$000 réis*. Chegou-se a aprovar norma, em 1867, padronizando os espelhos a serem colocados nas salas das casas⁶⁹!

67 MARIZ, Silvíana Fernandes. "Oficina de Satanás": a Cadeia Pública de Fortaleza (1850 – 1889). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004.

68 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão da cidade**. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 30.

69 VIEIRA, Tanísio. **Seca, Disciplina e Urbanização**: Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

4.6 CARNAVAL

Na segunda metade do século XIX, buscou-se combater as "velhas e arcaicas mentalidades", impondo "modernos e civilizados comportamentos" à população. Uma das expressões populares que mais se tentou controlar foi o carnaval. Este, de origem no entrudo português (de *introitum*, entrada da Quaresma), caracterizava-se, nas perspectivas das elites, como uma festa popular "sem limites". Mais ou menos entre os anos 1830 e as décadas de 1870 e 1880, Fortaleza apresentou animados carnavais, a ponto dos contemporâneos dizerem que a cidade "virava ao avesso". Aos gritos e risos, os brincantes traziam baldes d'água para molhar os transeuntes nas ruas e praças, usando cuias, canecas, "chiringas" de longo alcance, "laranjinhas" de borracha ou de cera. Chegavam a invadir residências particulares e não perdoavam nem os doentes, pintando-lhes os rostos com zarcão e saindo em disparada depois, deixando móveis quebrados e a maior sujeira!

Pior para os que resistissem à brincadeira: recebiam o "batismo" (isto é, banho total) ou tinham a cabeça introduzida à força nos recipientes (detalhe: com roupas completas). Conta-se que um mais fervoroso brincante do entrudo era o Boticário Ferreira, presidente da Câmara Municipal. Além d'água, os grupos populares "enfrentavam-se" com pós diversos e até com o "conteúdo" de penicos.

Para os senhores proprietários o entrudo era uma "brincadeira de vagabundos, vadios e moleques", inadequado a uma cidade de que desejava "civilizada e moderna" – exigiam "providências" contra aquela "orgia pública".

Após 1870 os agentes "civilizadores e disciplinadores" da sociedade fortalezense começaram a combater, paulatinamente, o entrudo, até proibi-lo em definitivo. Naquele mesmo ano, por exemplo, exigiu-se que em vez de bacias d'água e do "batismo", deveriam os brincantes utilizar apenas "laranjinhas" de borracha com água de cheiro. Depois veio a obrigação de se usar apenas os inofensivos confetes, as serpentinas e os lança-perfumes na festa.

O entrudo, contudo, ainda resistiu por alguns anos até desaparecer – na verdade, o carnaval era uma válvula de escape social de agrado popular: esquecer, por alguns momentos, as dificuldades da vida, quebrar a rotina e divertir-se. Em 1893, a

Secretaria de Justiça baixava edital proibindo o entrudo, e, em 1905, o intendente (prefeito) Guilherme Rocha reiterava a proibição. Percebe-se, claramente, que essas recorrentes normas decretadas pelo poder público enquadravam-se na lógica das elites de "combater os comportamentos incivilizados" da população e discipliná-la, e evidenciavam, por outro lado, a resistência das massas em manter seus costumes⁷⁰.

4. 7 O SABER MÉDICO E A CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIOS

Como se disse, o controle e disciplinamento abrangeram várias tradições populares. Isso fica claro quando se percebe a sobrevalorização do saber médico oficial no período, desprezando-se as tradições e culturas da massa. Os "homens de ciências", técnicos e doutores (e estes eram poucos em Fortaleza) acreditavam-se representantes do Iluminismo nos trópicos e lutavam para "elevar" a província à altura da "civilização europeia". Não era coincidência, por isso, a presença de médicos em várias instituições intelectuais da época. Um dos exemplos mais evidentes desse "poder médico" foi o combate ao hábito de enterrarem-se os mortos nas igrejas (como ocorria no Ceará até meados do século XIX) e a defesa da construção de cemitérios.

Para o saber médico-científico, a decomposição dos cadáveres tornava os templos focos de doenças. Assim, para adequar a cidade às recomendações da "boa e civilizada ciência", em 1848, foi edificado o primeiro cemitério público de Fortaleza, o São Casimiro, também chamado Croatá, localizado no lado leste da atual Praça Castro Carreira (mais conhecida como Praça da Estação). Veja-se que, dessa forma, o saber médico e racional estava se impondo sobre a tradição religiosa e a fé – daí entende-se alguma resistência de setores católicos contra a novidade, afinal, era uma perda de influência da Igreja sobre os indivíduos.

Houve, igualmente, alguma resistência dos segmentos dominantes em relação à medida, o enterro nas igrejas era símbolo de *status*, pois na verdade, ali aconteciam os enterros das "pessoas proeminentes", visto que as pessoas humildes eram inumadas pelo areal da cidade. Isso, de certo modo, continuou a ocorrer nos

70 OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. **Fortaleza: Velhos Carnavais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997. BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **A Cidade das Máscaras: Carnavais na Fortaleza das décadas de 1920 e 1930**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado/História, 2007.

cemitérios, pois túmulos e mausoléus grandes e adornados passaram a ser erguidos, mostrando ou reafirmando o poder político ou o prestígio econômico do defunto e de sua família.

Mesmo com a construção do cemitério, a Igreja Católica ainda conservou sua influência na "hora da morte", afinal, no São Casimiro havia uma área reservada e "marginal" para os que não professassem a fé católica ou atentassem aos princípios desta (judeus, suicidas...). Importante ressaltar que foi igualmente construído um cemitério dos ingleses (ou seja, para os protestantes), vizinho ao São Casimiro e mantido pela rica casa de importação e exportação *Singlehust & Cia*, de *Henrich Brocklehurst*.

Nos anos 1860, discutiu-se a necessidade de construir um novo cemitério, pois o São Casimiro, além de pequeno, estava sendo soterrado pelas areias e ficando muito próximo do perímetro urbano, pois Fortaleza se expandia para o oeste. Em 1866, mesmo inacabado, foi inaugurado o cemitério São João Batista (seria concluído em 1880), para ali sendo lentamente removidos os mortos do Croata. O cemitério dos ingleses continuou a funcionar, até ser demolido em 1880 em virtude da construção de armazéns e da Estação da Estrada de Ferro Baturité – daí em diante, para os enterros protestantes, foi dedicado um terreno nos fundos do cemitério São João Batista. Numa visita hoje a este cemitério, percebe-se claramente uma divisão de classe em seus espaços: da metade para trás do São João Batista, estão enterrados as pessoas das camadas médias e populares, enquanto na parte da frente encontram-se os belos jazigos das classes dominantes⁷¹...

Outro aspecto constantemente reclamado pelos setores influentes da cidade era a saúde pública e a necessidade de maior controle das doenças infectocontagiosas – afinal, uma cidade "civilizada que se prestasse" deveria "cuidar" dos seus doentes. A seca de 1845 e as epidemias de febre amarela (1851) e de cólera (1862-64) com milhares de vítimas foram em grande parte responsáveis pela construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia (1861) e do Lazareto da Lagoa Funda (1856), a sete quilômetros do centro de Fortaleza (no atual Pirambu, funcionando até 1900). Único hospital público da capital até a década de 1930, a Santa Casa de Misericórdia foi o principal espaço para tratamento e cura da população pobre (salvo os casos de moléstia, tratados no Lazareto).

71 BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na Vida*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

Para cuidar dos loucos e mendigos, edificou-se em 1878 o Asilo de Mendicidade (no Outeiro, atual Aldeota) e em 1886, o Asilo de Alienados São Vivente de Paulo (este na Parangaba). O surgimento desses asilos, sob a fachada do assistencialismo e da caridade, escondia o desejo das elites de proteger a "racionalidade e civilidade urbana do incômodo, perigo e improdutividade" que a presença de loucos e pedintes trazia à cidade⁷².

4.8 FORTALEZA E A SECA DE 1877-79

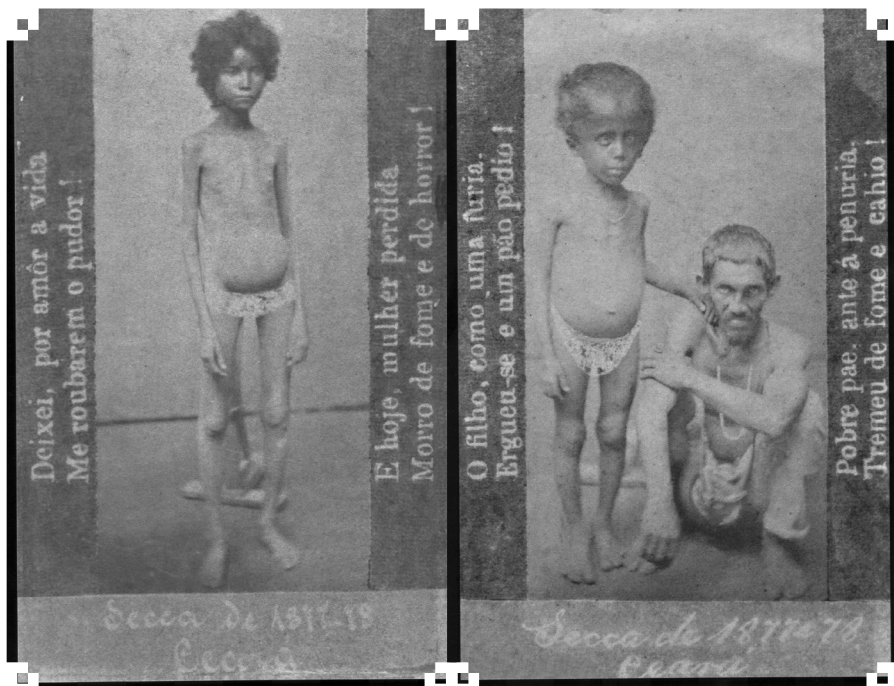
O disciplinamento que se desejava de Fortaleza foi severamente abalado durante a tragédia que marcou a cidade quando da grande seca de 1877-79. A estiagem forçou mais de cem mil sertanejos a migrarem para a capital em busca de auxílio – a cidade em 1877, note-se, possuía aproximadamente trinta mil habitantes!

As contradições sociais da cidade acentuaram-se, incomodando os setores dominantes. A maior parte daqueles flagelados famintos e depauperados ficou localizada na periferia, em casebres de madeira e palha ou em abarracamentos erguidos pelo governo (onde eram precariamente assistidos), ou ainda debaixo de árvores e perambulando pelas ruas da cidade. A mendicância, a prostituição e os furtos cresceram. A ameaça à "ordem" e à propriedade privada levou o governo a aumentar o policiamento da cidade. Era grande a tensão social.

Ao calor infernal, à carência de comida e às precárias condições higiênicas, juntavam-se surtos de doenças. A multidão de retirantes acabou devastada por uma fulminante epidemia de varíola que se alastrou por toda a capital. Segundo o farmacêutico Rodolfo Teófilo, contemporâneo dos fatos, em apenas dois meses de 1877 morreram 27.378 pessoas, e no ano seguinte, 24.849 foi o total de mortos. Chegou-se em um só dia a enterrar 1.004 vítimas da doença – era 10 de dezembro de 1878, que ficou conhecido como o "dia dos mil mortos". A partir de 1879, com algumas chuvas caindo, o número de mortos passou a di-

72 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza.** História, Ciência, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. Vol.11 (1): 57-74, jan- abr.2004. GARCIA, Ana Karine Martins. **Para Onde Sopram os Ventos: Tentativa de Higienização e Salubridade em Fortaleza na Segunda Metade do século XIX.** In: Moanga Revista dos Alunos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, vol. 01, n 2, p. 74-86, 2007. OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (In)salubre: ideia e prática médicas em Fortaleza 1838-53).** Fortaleza: Dissertação em História/UFC, 2007.

minuir. Em 1880, o inverno consolidado cessou a endemia, embora casos esporádicos continuassem a ocorrer.



A seca de 1877 trouxe milhares de sertanejos para Fortaleza, dificultando o processo de normatização desejado pelas elites da cidade. Fotos de Joaquim Antônio Correia, que foram publicadas no jornal "O Besouro", no Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1878 consideradas o início da foto-denúncia.

Se, com o fim da seca a maioria dos retirantes regressou para o interior, vários ficaram pela cidade, especialmente as viúvas, órfãos e mulheres abandonadas, em decorrência da mortalidade e da migração de muitos homens para a Amazônia. Eram adultos, jovens, crianças, velhos, alguns cegos, outros chaguentos, a perambular pelas ruas da cidade, esmolando (colocavam-se em lugares estratégicos, para provocar a comoção e a caridade pública), prostituindo-se ou cometendo pequenos furtos – grupos de crianças órfãs e pobres atacavam transeuntes nas ruas e praças para furtarem, gerando pânico na população.

Muitas mulheres de famílias pobres, enviuvadas durante a grande seca, assumiram a chefia das famílias, passando, para sobreviver, a trabalhar como domésticas nas residências das classes abastadas ou costurando, vendendo bolos, doces, carnes verdes

pelas ruas. Muitos meninos e meninas, ao ficarem sós nas choupanas, acabavam estuprados quando os pais saíam para trabalhar. Ocorria igualmente de órfãos serem levados para morar com famílias da periferia e acabarem explorados – crianças eram empregadas em serviços domésticos ou na prática da mendicância⁷³.

4.9 CEARÁ MOLEQUE

Obviamente afirmar que havia normas de condutas e disciplinamento não significa dizer que existia a obediência das mesmas pelas pessoas – ao contrário, a massa reagia a essas normatizações, por vezes abertamente, outras vezes usando táticas para burlar ou desprezar ao que, autoritariamente, era imposto “de cima para baixo” e limitava seu modo de ser. Assim, por exemplo, era grande a reincidência e consequente detenção por “vadiagem” de pessoas que haviam assinado o chamado “Termo de Bem Viver, documento assinado em juízo onde o acusado reconhecia sua “má conduta” e se comprometia a não mais praticar, sob pena de ser preso em caso de repetição⁷⁴.

Outra forma de resistência podia ser encontrada na compulsão dos populares ao deboche, ironia e sátira. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX ficaram famosos em Fortaleza “tipos populares” que riam e faziam rir de qualquer coisa jocosa que acontecesse nas ruas – daí tal comportamento, profundamente censurado pelas elites e classes médias, ter ganhado a alcunha de “Ceará Moleque”, expressão inclusive existente já à época.

Os tipos populares eram na maioria das vezes pessoas pobres, desocupadas ou sem trabalho fixo, depauperadas e maltrapilhas, que perambulavam pelas ruas, apresentando aparência ou comportamentos “excêntricos e cômicos”. Entre eles, destacaram-se:

73 OLIVENOR, José. “**Metrópole da Fome**”: A cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza**: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. VILLA, Marco Antônio. **Viagem e Morte no Sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2000. VIEIRA, Tanísio. **Seca, Disciplina e Urbanização**: Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza**: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. SAMARA, Eni de Mesquita, e SOUSA, José Weyne de. **Morar e Viver no Nordeste do Brasil**: Fortaleza, séc. XIX. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.4, n. 7, p. 41-67, 2006.

74 MARIZ, Silviana Fernandes. “**Oficina de Satanás**”: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História / UFC, 2004, p. 67.

(...) O “Casaca de Urubu”, que em 1915 causava rebuliço público quando ouvia coró de pessoas entoarem “casaca de urubu... bu... bu” – lutara na Guerra de Canudos quando moço e chegou a ser oficial de justiça, sendo expulso do emprego por ser epiléptico. O “De Rancho”, que munido de uma velha carabina desativada saía pelas calçadas gritando e “metralhando” os pedestres – inclusive o automóvel de um presidente estadual que, assustado com o “atentado”, mandou que o prendessem imediatamente –, teria enlouquecido durante a Primeira Guerra Mundial. (...) O “Pilombeta”, que odiava a palavra “trabalho”, fora agrimensor em Minas Gerais, era exímio jogador de xadrez e sabia tocar piano. O “Tertuliano”, que se vestia de beato e fazia pregações engraçadíssimas pelas praças, era dono de uma pequena venda. Assumira aquele furor místico depois de ficar ferido em violenta luta com policiais que o prenderam por não ter atendido a uma intimação policial⁷⁵.

Existia ainda o “Chaga dos Carneiros”, ferrenho monarquista, que andava sempre conduzindo três carneiros pintados, cada qual, em uma sátira à República, apelidados com nomes de alguns presidentes. Exemplo maior, contudo, foi o legendário Bode “Ioiô”. O animal, trazido por um flagelado da seca de 1915 para Fortaleza, acabou comprado pelo dono da firma exportadora *Rosbach Brazil Company* (situada na Praia do Peixe, hoje Praia de Iracema) e, em vez de virar uma suculenta buchada, foi mantido vivo, passando a perambular como “boêmio” pela cidade, com grande simpatia e carinho da população, sem ser molestado. Em 1931, “Ioiô” morreu, de velhice, causando grande consternação pública e merecendo até destaque na imprensa. Seu “corpo” foi embalsamado e oferecido ao Museu Histórico do Ceará, onde ainda hoje pode ser visto⁷⁶.

O local preferido para as manifestações e “excentricidade” do povo era a Praça do Ferreira – logo ali, o “coração da cidade”, por onde passavam bondes, gente com as últimas modas e novidades, os sisudos senhores proprietários e onde se encontravam as lojas mais elegantes, os principais cafés! Qualquer pessoa ou episódio que “quebrasse a rotina” eram pretextos para a divertida molecada soltar vaias, gracejos, palavrões ou imaginar os apelidos e escárnios, os mais engraçados. Imaginasse o ódio das camadas “destacadas da sociedade” ao terem seus nomes como alvos das chacotas do “canelau”...

75 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf. Editora Ltda. 1993, p. 177.

76 MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1992.



O Bode Ioiô foi exemplo da irreverência e resistência popular num momento de intenso esforço por parte das elites em disciplinar Fortaleza.

Pode-se entender os tipos populares e o “espírito amolecado” do povo – em outras palavras, a irreverência popular –, num momento de disciplina e higienização da cidade, como uma forma de alívio ante a pressão social representada pelas más condições de vida e trabalho daquela massa de pobres, bem como uma expressão de descontentamento perante a normatização urbana que as elites tentavam impor. Ao serem “feios”, sujos, anti-higiênicos, “estranhos, exóticos e diferentes”, os tipos populares e o comportamento jocoso do povo chocavam-se, frontalmente; e, ofendiam os padrões “civilizados” que os grupos médios e dominantes se esforçavam em estabelecer para acompanhar os valores “modernos” da *Belle Époque*. Na verdade, era uma tática de resistência popular⁷⁷.

⁷⁷ Uma outra abordagem sobre o humor popular poder ser vista em SILVA, Marcos Aurélio Ferreira da. **Uma Fortaleza de Risos e Molecagem**. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

Capítulo 5

Cidade Agitada

5.1 A “MODERNIDADE” AVANÇA

Nas décadas iniciais do século XX, Fortaleza continuou a passar por transformações sociourbanas que ampliaram, ainda mais, sua condição de principal centro político e econômico do Ceará. Posição que, como se viu no último capítulo, já estava consolidada no final do século anterior. Na virada do século, a cidade apresentava cerca de cinquenta mil habitantes e contava com uma série de equipamentos urbanos (bonde a tração animal, iluminação a gás carbônico, telégrafos, telefonia, calçamentos nas ruas centrais) que a colocava entre as principais do Brasil.

Era uma cidade bem diferente daquela descrita pelo primeiro governador do Ceará no início do século XIX. Conforme Meneeses (1895), Fortaleza estendia-se, principalmente, para o oeste e para o sul, sendo cortada e dividida em duas partes pelo riacho Pajeú (sendo a parte do leste denominada Outeiro da Praia), onde havia um pequeno açude que servia para abastecer as chácaras de seu entorno. Meneeses (1895) detalha ainda que:

(...) A área média da cidade até onde tem chegado a construção alinhada pela câmara municipal contém 5 km² e 985.000 m² em 34 ruas, que se dirigem proximoamente do norte a sul, e 27 de nascente a poente, todas paralelas e bem alinhadas (...), formando quadras, cuja regularidade lhes imprime certo ar de elegância e harmonia. (...) Tem ainda 3 boulevards [Avenidas da Conceição/hoje Dom Manuel, do Livramento/Duque de Caxias e D. Pedro II/Imperador], ruas largas (...) Muitas destas ruas são empedradas [pavimentadas com pedras toscas] e as casas, em grande parte de agradável construção (...), sendo todas pintadas de cores alegres, que atraem a simpatia dos visitantes (...). Tem 14 praças, algumas devidamente arborizadas (...). A mais notável de todas e a dos Mártires, ocupada hoje pelo Passeio Público (...). Segundo o último lançamento para a cobrança da décima urbana, conta com 6.154 prédios de tijolo alinhado (...).⁷⁸

⁷⁸ MENESES, Antônio Bezerra. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, 2ª Ed., p. 35, 36 e 37.

A 15 de novembro de 1889, findou-se a Monarquia brasileira, sendo proclamada a República. No Ceará, após certa instabilidade, o comando do Estado ficou nas mãos do grupo político comandado por Nogueira Accioly. Durante a chamada República Velha (1889-1930), a oligarquia Acciolina permaneceu no controle do Ceará por 16 anos, precisamente entre 1896 e 1912, quando foi deposta por uma revolta popular ante seus desmandos e autoritarismo⁷⁹.

Com o advento da República, afora a Câmara de Vereadores, Fortaleza passou a contar com um intendente, que teria funções parecidas com as dos atuais prefeitos (de início, o Intendente era escolhido entre os integrantes da Câmara e, a partir de 1895, passou a ser indicado pelo governo estadual). O representante do acciolismo no controle de Fortaleza foi o coronel Guilherme César da Rocha, Intendente da cidade, entre 1892-1912.

Ao longo de seus vinte anos de Intendência, Guilherme Rocha mostrou-se perfeitamente alinhado aos pensamentos e anseios das elites por “modernidade”, “progresso” e “civildade” de Fortaleza, afora a preocupação de controlar e reprimir os crescentes setores populares, vistos com enorme desprezo – era o “povinho das areias”, numa clara referência aos locais onde morava a “massa”, nos subúrbios distantes, sem equipamentos urbanos básicos, a exemplo de calçamento.

A aglomeração populacional, a proliferação de casebres, os surtos epidêmicos, a grande presença de trabalhadores, pobres, “desocupados”, mendigos, loucos e menores abandonados (estes últimos “sem produtividade econômica” na perspectiva do capitalismo) incomodavam as elites. Assim, apoiando-se em valores supostamente técnico-científicos, os poderes públicos adotaram ao longo dos anos várias medidas na intenção de racionalizar a expansão da cidade: embelezá-la (“aformoseamento”); saneá-la/higienizá-la; e disciplinar a sua sociedade.

*Considerado “homem de fino trato e integrado na vida social elegante”, Guilherme Rocha, assim como os demais agentes modernizadores de seu tempo, considerava que a remodelação do ambiente urbano, via embelezamento espacial e construção de belos monumentos e edificações públicas, efetivamente concorria para introjetar, na coletividade, a adoção de virtudes cívicas e modos civilizados.*⁸⁰

79 ANDRADE, João Mendes. **A Oligarquia Acciolina**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 1986. ALENCAR, Maria Emília da Silva. “**A Sombra das Palavras**”: a oligarquia Acciolina e a imprensa (1896-1912). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2008.

80 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão da cidade**. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 39.



Cruzamento da Rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) com Travessa Municipal (Guilherme Rocha), em 1906 – o “velho” (a carroça) e o “moderno” (o bonde) na cidade.

Como o intendente inspirava-se nas reformas urbanas ocorridas na capital francesa, a oposição, com desdém, chamava Guilherme Rocha de “Nosso *Haussmann*” (o Barão de *Haussmann* administrara a capital francesa), já que sua obsessão “modernizadora” parecia querer fazer de Fortaleza uma Paris.

Logo em 1893, ainda no período inicial da gestão, Rocha obteve a aprovação de um novo Código de Postura para Fortaleza, que vigoraria por toda a República Velha. O intendente buscava seguir à risca o Código, na intenção de tornar possível a sonhada “modernidade”. Dentre outras medidas o Código estabelecia a construção de platibandas nas fachadas externas dos edifícios novos ou reformados, e que as esquinas das edificações apresentassem formas arredondadas – isso não só por estética, mas para permitir uma maior visibilidade para as esquinas da cidade; e, conseqüentemente, controlar a população.

Em 1897, o intendente construiu o Mercado do Ferro, atualmente dividido em dois: Mercado da Aerolândia; e Mercado dos Pinhões. Fabricado na França (o que mostraria sua “sintonia com a modernidade”) e marcando, na capital, a introdução do uso do ferro em construções, o Mercado foi inaugurado em grande solenidade e enfáticos discursos, que o apontava como um das provas do “progresso”, então vivido pela capital cearense. O Mercado do Ferro situava-se na Rua Floriano Peixoto (a alguns quarteirões da Praça do Ferreira) e sua intenção era

*"resolver de forma confortável e higiênica o problema de abastecimento de carnes e verduras da municipalidade"*⁸¹.

Rocha remodelou as principais praças de Fortaleza, com destaque para a Praça do Ferreira, em 1902, e a Marquês de Herval (antiga Praça do Patrocínio⁸², após 1929, chamada de Praça José de Alencar), em 1903, dotando-as de: "avenidas" (como se chamava à época as passarelas existentes nos logradouros); jardins exuberantes; pavimentação (antes eram de terra batida); vasos importados; cópias de estátuas de deuses gregos; refinados cafés (quiosques que serviam de ponto de encontro para os "elegantes" e intelectuais); pavilhões para bandas musicais; ginástica infantil e patinação (evidenciando a atenção com o esporte, apontado à época como importante para melhorar o físico e a "raça"). Vale ressaltar que, afora o efeito estético e de símbolos de modernidade, as praças endossavam o convívio social (apesar de persistirem os espaços "destinados" a ricos e pobres) e as práticas políticas – historicamente a Praça do Ferreira (o "Coração da Cidade") foi um local de grande agitação política, comícios, reuniões, passeatas e de ações violentas ante às disputas partidárias/ideológicas, como se perceberá nas páginas seguintes deste livro.

Ainda no período de Guilherme Rocha, o governo Accioly erigiu, talvez, a mais importante obra arquitetônica de Fortaleza, o Theatro José de Alencar, inaugurado, em 1910, em meio a muito alarde. Foi logo considerado um dos mais belos teatros do Brasil e tido como um elemento decisivo para alavancar o "progresso" em Fortaleza, como símbolo de "civilidade e cultura". Era, sem dúvida, um triunfo para os defensores da "causa civilizadora" cearense – a construção foi elogiada até pelos opositores de Accioly que, normalmente, criticavam as realizações da oligarquia. Para deleite ainda dos apaixonados pela "modernidade", a estrutura metálica do Theatro José de Alencar foi importada da Escócia, apresentando linhas neoclássicas e *Art-Nouveau*⁸³.

81 Ibidem. p. 40.

82 Praça do Patrocínio em virtude do logradouro ficar defronte à Igreja de N. S. do Patrocínio.

83 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993. p. 36 e seguintes.

5.2 A REVOLTA POPULAR DE 1912

As obras modernizantes da oligarquia Acciolina, porém, não foram suficientes para contornar a grave crise política que o Ceará então vivia. Era exatamente em Fortaleza onde se encontravam os maiores opositores de Accioly, englobando setores médios, oligarcas dissidentes e mesmo segmentos populares, tão maltratados pelo governo.

Para as eleições governamentais de 1912, influenciados pelo contexto nacional da Política das Salvações⁸⁴, os opositores lançaram um candidato, o Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo. A disputa política acirrou-se ainda mais, pois a oligarquia não desejava abrir mão do poder estadual. Sucederam-se, então, vários atos de violência, agressões e atentados, numa das mais tensas disputas eleitorais da terra cearense.

Essa tensão atingiria o ápice em janeiro de 1912. No entardecer do domingo, 21 de janeiro de 1912, os rabelistas promoveram uma grande passeata com crianças, em apoio à eleição de seu candidato. Cerca de oito mil pessoas acompanharam o desfile entre as praças Marquês de Herval (Praça José de Alencar) e a do Ferreira, em grande expectativa devido a boatos de que o governo de Accioly iria intervir.

Quando a manifestação se aproximava da Praça do Ferreira, dois piquetes da cavalaria atacaram-na; sucedeu-se um tumulto geral. Pessoas em pânico deixaram o local de forma desordenada, provocando tropeços e quedas. Crianças foram pisoteadas pela multidão e patas dos cavalos. Houve troca de tiros entre a polícia e os rabelistas. Não se sabe, exatamente, quantas foram as vítimas do massacre. Dupy, uma testemunha dos fatos, conta

84 Em 1910 chegava à presidência do Brasil o marechal gaúcho Hermes da Fonseca, com apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do influente senador gaúcho Pinheiro Machado, após derrotar a candidatura “civilista” de Rui Barbosa, patrocinada por São Paulo e Bahia. Naquela administração (1910-14), segmentos das classes médias urbanas e do Exército, unindo-se a oligarquias dissidentes, iniciaram um movimento para “moralizar” o País e “salvar” a República – era a chamada Política das Salvações, a qual consistiu em revoltas armadas ocorridas em alguns estados, visando derrubar as oligarquias monolíticas governantes, substituindo-as por outras. De início, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado apoiaram as “Salvações”, pois as insurreições aconteceram em estados de oligarquias opositoras ou que haviam apoiado a candidatura de Rui Barbosa; depois, porém, quando as revoltas começaram a ocorrer em estados de oligarquias aliadas de ambos, Hermes e Pinheiro começaram a combater o movimento. A Política das Salvações seria um dos fatores que possibilitaram a queda da oligarquia acciolina no Ceará. Vide LIMA, Marcelo Ayres Camurça. **Marretas, Molambudos e Rabelistas**. São Paulo: Maltese, 1994. PORTO, Eymard. **Babaquara, Chefetes e Cabroeira**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara/Secretaria da Cultura e Desporto, 1988.

que duas foram as crianças mortas, havendo mais cinco delas e 17 adultos feridos⁸⁵.

O episódio "incendiou" de fúria as massas. Os anos de humilhação e opressão explodiram em uma rebelião jamais vista na cidade. Espontaneamente, populares armaram-se com rifles, espingardas, revólveres, facas, facões, paus e pedras e passaram a percorrer a cidade, atacando prédios públicos e bens da família Accioly e do intendente Guilherme Rocha. Janelas, jardins, bancos, placas, estátuas e praças foram destruídos. A cidade ficou quase às escuras; poucos foram os lampiões a gás que escaparam da fúria popular. Bondes foram tombados e incendiados.

Um dos alvos foi a Praça Marquês de Herval, belamente remodelada em 1903, e onde havia a "avenida" Nogueira Accioly, em homenagem ao oligarca. Críticos do acciolismo, como o médico Rodolfo Teófilo, condenaram a destruição daqueles equipamentos urbanos os quais evidenciariam o "progresso" e "civilidade" da cidade:

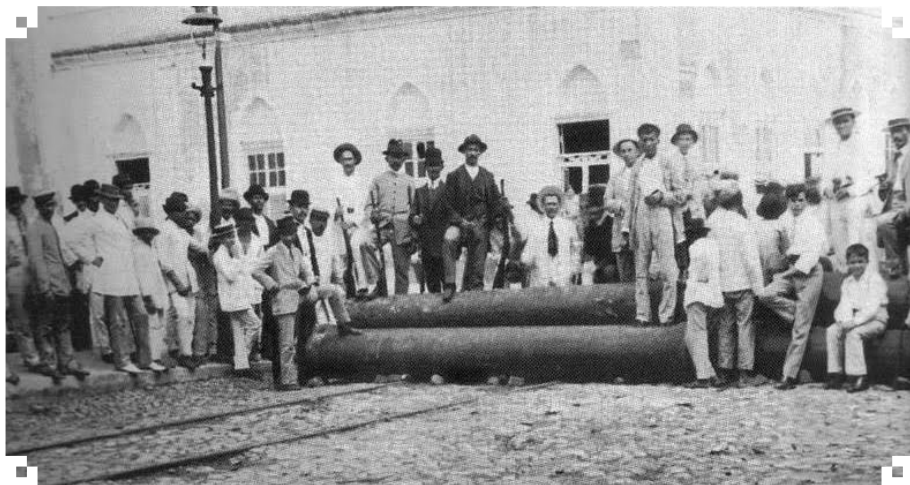
Poucos seriam os governos que tolerassem o que se fez às 4 horas da tarde, na Praça do Marquês do Herval. Imagine-se que a avenida Accioly, um magnífico logradouro público, foi completamente destruída. Nada respeitaram os bárbaros. Estátuas, jarros, bancos, tudo foi quebrado. Quando nada mais faltava para saciar a sua loucura, valeram-se do fogo e incendiaram um dos cafés da praça. Entrei no dia seguinte na avenida, e o meu coração se contranheu diante daquelas ruínas⁸⁶.

Muito simbólico que a população se revoltasse contra os equipamentos urbanos, não apenas porque estes haviam sido construídos pela oligarquia, mas porque não via muitas utilidades neles, afinal, o "embelezamento" da cidade levado a cabo pelas elites e autoridades estava restrito ao Centro de Fortaleza e, a rigor, beneficiava apenas os setores abastados que ali viviam e se divertiam. As reformas urbanas e melhoramentos feitos na cidade não atingiam aos setores maios pobres da sociedade – ao contrário, tais setores eram sufocados por diversas normas as quais buscavam discipliná-los e enquadrá-los no que se imaginava o "mundo da civilidade". Na perspectiva das ca-

85 SOMBRA, Waldy. **A Guerra dos Panfletos**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998, p. 136.

86 TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 123.

mas mais humildes, as mudanças urbanas estavam mudando suas vidas para pior⁸⁷!



Populares pousam para fotografia quando da revolta de 1912 que retirou a oligarquia Accioly do comando do Ceará.

O governo colocou o aparato militar estadual nas ruas, mas não conseguiu intimidar os rabelistas e populares. Nos dias 21, 22, 23 e 24 de janeiro de 1912, Fortaleza virou uma praça de guerra. Trincheiras e barricadas foram improvisadas no Centro, havendo troca de balas nas ruas. Mais de 1500 pessoas cercaram o Palácio do Governo e cortaram o fornecimento de água, luz e alimentos para Accioly, ali refugiado com os parentes. Em pouco, começou a faltar leite, comida e água na cidade. Ouviam-se os ecos dos tiros noite afora.

Com o prolongamento das lutas, os rabelistas e populares ficaram na iminência de invadir o Palácio da Luz, sede do governo. Como última alternativa, após muita relutância, restou a Accioly, para ao menos salvar sua vida, renunciar ao governo.

A notícia foi recebida com euforia pelos fortalezenses. Festa nas ruas, alegria, abraços, lágrimas, sorrisos. Era o fim de 16 anos de oligarquia. Não se tem o número exato de mortos na revolta, mas o já citado Dupuy,

87 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda. 1993, p. 51.

(..) Tão logo terminou o levante, fez um recenseamento das vítimas, junto ao cemitério de São João Batista, à Santa Casa, à enfermaria militar e às farmácias (...) (relacionando) uma centena de mortos e feridos, excluindo-se policiais assassinados por populares, que foram enterrados no quartel da polícia, no Parque da Liberdade e lugares outros⁸⁸.

Rabelo, a seguir, foi eleito para o governo estadual, perdendo, no entanto, o poder em 1914, quando foi obrigado a renunciar em virtude de uma conspiração na qual participaram o governo do presidente da República Hermes da Fonseca, vários oligarcas (dentre os quais o próprio Nogueira Accioly) e a figura polêmica de Padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro do Norte – era o que ficou conhecido como Sedição de Juazeiro.

Com o fim da oligarquia Acciolina, a Intendência de Fortaleza passou a ser ocupada por Ildefonso Albano (1912-14), apontado como “um dos que mais fizeram pelo progresso da cidade”. As práticas de Albano voltaram-se para o embelezamento, disciplinamento e higienização do espaço urbano, semelhante ao que fizera Guilherme Rocha – algo compreensível, pois, como se disse, o discurso “civilizatório” e normatizador era hegemônico entre as elites da época, conforme o ideário da *Belle Époque*.

As edificações construídas em seu período tiveram que seguir as prescrições artísticas e higiênicas estabelecidas no Código de Posturas. Albano oferecia prêmios para as fachadas mais bonitas e recorria ao auxílio da Inspetoria de Higiene Pública (...) para fiscalizar as reformas ou construções de novos prêmios. Uma das novidades neste sentido foi a canalização das águas pluviais por dentro das paredes e não por fora, em forma de serpentes como era hábito até então. Outra medida inédita (...) foi a uniformização do tamanho do tijolo (...). A intenção era (...) tornar as edificações sólidas e padronizadas. (...) A administração Albanô reorganizou o Serviço de Limpeza Pública (...). Proibiu a venda ambulante de objetos que deixassem detritos (...). Decidiu transferir o aterro de lixo (...) para um terreno mais distante do Centro da cidade (...) entre as estradas do Alagadiço (hoje, estrada de Caucaia) e Urubu (hoje, Avenida Francisco Sá). Concernente ao sistema viário (...) sua maior realização foi a urbanização da Avenida Sena Madureira, antes apenas uma estreita via que conectava o Centro com a Praia do Peixe (Praia de Iracema), então zona portuária. Quanto ao embelezamento de logradouros, Ildefonso Albano marcou sua gestão com a remodelação completa da Praça General Tibúrcio. (...) A

88 SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998, p. 135.

reforma da praça (...) incluiu a construção de balaustradas encimadas por combustores, jarros de bronze e três grandes estátuas de animais (por isso mesmo o logradouro desde então é popularmente chamado de Praça dos Leões)⁸⁹.

Retirado da Intendência com a Sedição de Juazeiro, Albano voltou ao cargo em 1921, apresentando novamente preocupações com o embelezamento urbano. Desse segundo período está a implantação do meio-fio para uniformizar as calçadas e a reforma do Parque da Independência (Parque da Liberdade, mais conhecido pela população como Cidade da Criança – aquele nome era uma referência ao centenário da Independência brasileira), em 1922. Situada onde estava a antiga Lagoa do Garrote (onde costumeiramente a molecada tomava banho e os animais vindos do interior matavam a sede), o Parque da Liberdade virou cima ampla área de lazer, cercada por gradil de ferro fincado sobre muretas e com características coloniais. O portão central do Parque foi adornado com azulejos portugueses e em sua parte superior foi colocada a escultura de um índio partindo correntes (simbolizando, logicamente, o fim do domínio colonial luso)⁹⁰.

5.3 OUTROS SÍMBOLOS DE “PROGRESSO”

Paralelas à agitação política e às reformas promovidas pelos poderes públicos, outras modificações iam ocorrendo na estrutura urbana de Fortaleza. As camadas mais abastadas/emergentes erguiam novas lojas, bancos, hotéis, clubes, mansões, a exemplo da nova sede da Fênix Caixerai, inaugurada em 1905, numa das esquinas da Praça José de Alencar (onde se encontra hoje o edifício do SUS), evidente sinal da prosperidade dos caixeiros (comerciários) ante à expansão do comércio local, da luxuosa sede da Associação Comercial (Palácio Guarani, na esquina da Rua Barão do Rio Branco com Senador Alencar, onde funciona, hoje, uma empresa de telecomunicações), inaugurada em 1908, e do Palacete de Carvalho Mota, de 1907 (erguido como moradia para a família do coronel Antônio Frederico de Carvalho Mota, homens de muitas posses – o prédio fica na Pedro Pereira com General Sampaio e passou depois para o controle do DNOCS).

89 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza**: a gestão da cidade. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 43 e 44.

90 CUNHA, Maria Noélia Rodrigues de. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990.

(...) Prevaleceu nestas construções o “ecleticismo arquitetônico”, estilo de arquitetura dominante na Europa desde meados do século XIX e então em voga no Brasil Republicano. Tais edificações e a arquitetura eclética que as acompanhava (...) conferiram ao conjunto urbano de Fortaleza “Uma notável unidade formal e agradável, gradativamente destruída depois de 1930”⁹¹.

Para os setores dominantes, compostos por: comerciantes; profissionais liberais; intelectuais; políticos e artistas, morar nas ruas principais do Centro da cidade e frequentar os locais “refinados e da moda” eram símbolos de *status* social, demonstrando seu poder econômico e o “nível cultural superior”. Havia uma prática das elites em se deslocar para casas mais luxuosas, às vezes na mesma rua, ou nas proximidades, como uma forma de demonstrar ascensão social dentro do grupo⁹².

Um outro sinal do “progresso” da cidade era o aparecimento de fábricas – pequenas/médias, é verdade, e de peso quase insignificante no contexto da economia cearense, que ainda se baseava no agronegócio. A primeira fábrica de tecidos começou a funcionar em 1883, pertencendo a Antônio Pompeu de Sousa Brasil, Thomas Pompeu de Sousa Brasil (filhos do senador Pompeu) e ao cunhado destes, o depois governador Nogueira Accioly. Ao longo das primeiras décadas do século XX foram aparecendo fábricas de sabão, bebidas, calçados, fogos de artifício, fundição de ferro, refino de açúcar, produtos farmacêuticos, tipografias e oficinas de artistas (como se chamavam, então, os artesãos: marceneiros, alfaiates, sapateiros).

Vale ressaltar que muitas das fábricas se instalariam ao longo da via férrea, que cortava a zona oeste da cidade e no entorno da Estrada do Urubu (Francisco Sá), fazendo aparecer ali um polo industrial que se estenderia até a Barra do Ceará e duraria até os anos 1970/80 – em 1928, por exemplo, a Rede de Viação Cearense estalaria naquela estrada suas oficinas (a chamada Oficina do Urubu)⁹³.

91 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda. 1993, p. 43.

92 SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda**: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004, p. 26.

93 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza**: Expansão Urbana e Organização do Espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). **Ceará**: Um Novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 71.

Com isso, foi, aos poucos, formando-se uma pequena classe operária, vista como potencialmente perigosa pelas autoridades e segmentos dominantes, daí o controle e a repressão dos trabalhadores e/ou a fundação de sindicatos e associações assistencialistas/colaboracionistas. No começo do século, as ideias socialistas, especialmente anarquistas, já circulavam entre os operários cearenses – entre os líderes libertários, nomes como Moacir Caminha e Pedro Augusto Motta, que chegaram a ter destaque nacional dentro do movimento operário. Em 1927, era fundada, sob a fachada do BOC (Bloco Operário e Camponês), a seção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB), evidenciando a organização e movimentação dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e mesmo de superação do capitalismo. Várias greves acontecem em Fortaleza no período da República Velha e as lideranças socialistas participavam de todos os movimentos populares que aconteciam⁹⁴.

Ante à mobilização operária, a crise econômica, o impacto da Revolução Russa de 1917 e a grave crise do liberalismo, os setores capitalistas igualmente arregimentavam-se, como se percebe com a fundação, em 1919, do Centro Industrial do Ceará (CIC).

No começo do século XX, o transporte urbano realizava-se, ainda, com os bondes de tração animal e a iluminação era a gás carbônico. Com a vinda da empresa inglesa *Ceará Tramway Light and Power*, em 1913, iniciou-se o uso da luz e bondes elétricos (os bondes puxados a burro, porém, continuariam ainda por alguns anos, administrados, também, pela *Light*). Os bondes elétricos, tidos como verdadeiros “símbolos da modernidade” (para andar neles, necessitava-se vestir-se “com decência”: paletó, colarinho, e sapatos grande parte da população, exceto os muito pobres, usavam no dia a dia, paletós), eram mais compatíveis com a velocidade exigida pelo ritmo urbano da época e passaram a cobrir pontos mais distantes da cidade, visando atender a crescente demanda dos fortalezenses por transporte⁹⁵.

94 GONÇALVES, Adelaide (organizadora). **Ceará Socialista**: Anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001. GONÇALVES, Adelaide. SILVA, Jorge. **A Imprensa Libertária no Ceará**. São Paulo: Imaginário, 2000. GONÇALVES, Adelaide. BRUNO, Allyson. **O Trabalhador Gráfico**. Fortaleza: Editora UFC, 2002. RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

95 A Usina Elétrica da Light, que fornecia energia elétrica aos bondes e eventuais consumidores particulares, foi construída em 1913 no terceiro plano do Passeio Público. Os serviços de bondes elétricos iriam durar até 1947, quando foram desativados pela prefeitura. Vide LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

Em 1909, chegou o primeiro automóvel a Fortaleza, um *Rambler* adquirido em segunda mão nos Estados Unidos pelo industrial Júlio Pinto – imagine-se como esse símbolo da “modernidade” foi impactante entre as pessoas da época⁹⁶! A quantidade de carros cresceu, consideravelmente, nos anos seguintes⁹⁷. Com a presença dos bondes e carros alterou-se o cotidiano da cidade, no que toque ao comportamento dos pedestres e à organização do trânsito e pavimentação das ruas.

Os serviços de transporte Público (assim como os da iluminação) oferecidos pelas *Light* deixavam muito a desejar, conforme se depreende da imprensa da época. Atrasos dos bondes, horários inconvenientes e alto valor das passagens irritavam os usuários do transporte. Não por acaso, aconteceram casos de revoltas da população contra a empresa, como se deu em setembro de 1925.

Indignado com o aumento do preço das passagens dos bondes e com os novos horários implantados pela *Ceará Transway, Light and Power* – esta estava colocando em circulação nos momentos de maior fluxo de trabalhadores os bondes de primeira classe, cuja passagem custava mais – o povo, enfurecido, resolveu quebrar os bondes, entrando em confronto com a polícia. Tendo como espaço de resistência a Praça do Ferreira, a população por dias protestou, ocasionando o fechamento do comércio de Fortaleza, suspensão das aulas no Liceu do Ceará, a intensificação do policiamento e o recolhimento dos bondes. O Centro da cidade quase que parou, o que levou o então governador Jose Moreira da Rocha (mais conhecido como Desembargador Moreira – 1924-28) a intervir junto à empresa inglesa. A revolta – que igualmente deve ser vista como uma manifestação contra as más condições de vida e trabalho – foi parcialmente vitoriosa, pois a *Light* acabou cedendo e modificando de novo o horário dos bondes⁹⁸.

96 Formou-se, ao redor do veículo (...) uma verdadeira procissão de curiosos, que o acompanhou religiosamente rua afora, observando-lhe os menores movimentos, notando-lhe o funcionar das rodas e, fato curioso, que desde logo chamou a atenção espevitada dos garotos, admirando o ruído barulhento de sua buzina que era nada menos que um apito estridente. MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 130.

97 Eduardo Campos, ao comparar as estatísticas de importação de gasolina (principal combustível da época), diz que, em 1919, aproximadamente, uma tonelada fora importada; já em 1929, cerca de 267.000 quilogramas do produto chegaram aos portos do Estado. CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Cotidiano**: breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 31.

98 SOUZA, Simone. OLIVEIRA, Francisco de Assis. **O Movimento Operário na Primeira República**. Fortaleza: NUDOC, sem data, p. 23.

5.4 A CIDADE SE DIVERTE

Igualmente provocou sensação em Fortaleza a inauguração, em 1917, do Cine *Majestic*, o primeiro grande e "moderno" cine da capital, situado na Praça do Ferreira (seria destruído num incêndio em 1968). Antes, existiam pequenos cinematógrafos (pequenas salas de exibição) pela cidade, a exemplo do Rio Branco, do italiano Henrique Mesiano, do popular Cassino Cearense, de Júlio Pinto (ambos de 1909), e do Cine Polytheama, de José de Oliveira Rola (1911). Os filmes eram, então, voltados às camadas populares, sobretudo, ao público masculino, como um divertimento barato.

Depois, a partir da década de 1910, como em outras cidades do mundo, o cinema tornou-se mais elitizado, direcionado para os setores abastados e com filmes dirigidos também ao sexo feminino. Deixou de ser mera curiosidade para virar um negócio lucrativo, o que explica a fundação de cinema de luxo a exemplo do citado *Majestic* e do Cine Moderno, em 1921 (também situado na Praça do Ferreira). Somente em 1940 e em 1958 surgiriam em Fortaleza cinemas de igual porte, o Diogo e o São Luís, respectivamente.

Eram prédios luxuosos, visando atender ao "bom gosto" das elites em seu lazer. Os referidos cinemas de luxo foram criados por um dos negociantes mais conhecidos no país, no ramo de exibições cinematográficas: Luís Severiano Ribeiro, cearense de Baturité, e durante décadas foram bastante frequentados por jovens das elites locais.



O Cine Majestic, na Praça do Ferreira, foi o primeiro e "moderno" cinema da capital cearense.

O cinema, talvez, possa ser considerado um dos elementos da "modernidade" de maior impacto em Fortaleza na primeira metade do século XX, por possibilitar o rompimento dos hábitos mais reclusos, principalmente os da mulher, e por difundir valores, condutas e comportamentos europeus e norte-americanos – os filmes despertavam entre as pessoas os sonhos e os desejos de se comportarem como as atrizes e galãs, buscando imitá-los no modo de vestir, corte de cabelo e até pensamentos (falar-se-á mais sobre isso no capítulo seguinte)⁹⁹.

As opções de lazer eram poucas. Praias eram frequentadas somente pela "molecada" que tomava banho despida muitas vezes. Era no mar que se jogavam os detritos das casas, e ficar "bronzado" ia contra o modelo de beleza europeia, o qual exaltava a pele clara, sem falar que se associava mar a mortes, em virtude dos naufrágios. Para os adultos, ir à praia constituía-se um aborrecimento, ocorrendo só por prescrição médica – os homens banhavam-se, rapidamente, de camisa e ceroulas, as mulheres, com longos camisolões de algodão. Os banhos de mar, porém, intensificaram-se na década de 1920.

Conforme o Historiador Francisco Carlos Jacinto Barbosa, nas primeiras décadas do século XX, era comum na capital cearense a realização de festas, nas quais participavam tanto as camadas privilegiadas como as mais humildes, o que ajudava a quebrar a rotina/monotonia diária da vida. Não obstante, existia uma clara diferenciação nos tipos de divertimentos, a qual cada camada tinha acesso e como eles eram vistos:

Marcadamente dominado pela moderação com que aconteciam, as festas "chiques", promovidas pelas elites fortalezenses, em muito se diferenciavam das que os populares costumavam fazer. Sem contar com humildade, estas eram caracterizadas pelo exagero e o desregramento. Bebia-se bastante, dançava-se muito e, não raro, acontecia alguma briga séria, motivo pelo qual a imprensa as olhava com um tom de nojo e reprovação moral¹⁰⁰.

99 SILVA, Marcio Inácio da. **Nas Telas da Cidade**: salas de cinema em Fortaleza nos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

100 BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A Força do Hábito**: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930). Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC (Universidade Federal do Ceará), 1997, p. 162-163.

Obviamente que os "excessos" das festas populares iam justamente contra as regras de "civildade", tão almejadas e defendidas pelos setores dominantes. Apesar de continuarem a existir os tradicionais eventos religiosos, as festas que realmente atraíam as atenções dos fortalezenses pobres eram os *batuques* ou, como se costumava falar, os *forrobodós*. Geralmente aconteciam em bairros mais afastados do centro e, nem sempre, com a autorização da polícia¹⁰¹.

Numa sociedade de forte tradição católica, o hábito de ir à missa era de extrema importância, pois denotava a devoção religiosa publicamente, ainda que, também, servisse para as pessoas demonstrarem sua "elegância" e condição social:

As igrejas dividiam seus horários de missa de acordo com a audiência da elite e demais camadas, organizando tempos específicos para cada classe. Com essa segregação de horários, os templos católicos tornavam-se espaços de distinção de classes sociais. Aos domingos, no horário das 9:00h da manhã, a Igreja do Patrocínio, ainda situada na Praça José de Alencar, possuía uma das missas mais frequentadas pela elite, que tinha como parada final da manhã o "footing" no Passeio Público¹⁰².

Não raras vezes, porém, a Igreja poderia servir para outros tipos de sociabilidade que não apenas a devoção religiosa. Pessoas conheciam-se, firmavam amizades, inteiravam-se das "últimas fofocas" ou mesmo se aproximavam de solteiros(as), viúvo(as) e até "comprometidos(as)" para um eventual e futuro enlace amoroso...

Os clubes (surgidos no final do século XIX, mas que ganharam maior importância a partir da década de 1920) eram também destacados espaços de lazer e símbolos de influência social, na medida em que reforçavam o *status* dos indivíduos – afinal, os clubes eram criados por grupos específicos que se afirmavam economicamente e tentavam ganhar maior projeção social. Os clubes proporcionavam um lazer exclusivo para as elites, pois para acessá-lo era preciso ser sócio e pertencer ao grupo estabelecido. Nos anos 1920, os maiores eram o Iracema (surgido em 1884), o Clube dos Diários (do começo do século)

101 Ibidem, p. 63.

102 SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda**: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004, p. 59.

e o Maguari (de 1924), todos situados no Centro de Fortaleza – em 1929, apareceria o Náutico e em 1931, o Ideal¹⁰³.

As praças, como o Passeio Público, continuavam ainda bem frequentadas, como espaço de convívio social, lazer e de evidência da “civilidade”. A partir do final da década de 1910/começo dos 1920, porém, o Passeio Público passou a sofrer a “concorrência” do cinema. Na verdade, o Passeio começou a perder sua atratividade entre os anos 20/30. Era uma consequência dos deslocamentos dos setores abastados em direção a novas áreas urbanas mais confortáveis, seguras e com maior privacidade para residir. Desses deslocamentos resultaram os primeiros bairros elegantes de Fortaleza, como o Jacarecanga (nos anos 1920 ainda), Praia de Iracema e Aldeota (nos anos 1930 e 1940), delineando com mais visibilidade os novos espaços das camadas dominantes e reforçando a segregação sócioespacial entre ricos e pobres na cidade¹⁰⁴. Falaremos mais sobre isso nos próximos capítulos.

5.5 A CIDADE VELOZ

Ao longo da década de 1920, a população de Fortaleza cresceu de 77 mil em 1919, para cerca de 123 mil habitantes em 1929. Apesar de persistir a atenção com o “aformoseamento”/ higienização da cidade, as autoridades e setores dominantes tiveram que se preocupar com outros problemas, destacadamente a questão do transporte, em virtude do crescimento da frota de carros, inclusive com o aparecimento dos primeiros caminhões e ônibus. Assim, a administração municipal implementou reformas urbanas visando desobstruir e alargar ruas e avenidas, abrir novas ruas e fazer a pavimentação adequada, o que, no entanto, sempre ficava a desejar. Eram constantes as reclamações nos jornais dos anos 1920 sobre como se tornara obsoleto o antigo calçamento da cidade, a pavimentação das ruas com paralelepípedos, e, das vias mais movimentadas, com concreto, seria empreendida em reforma do gestor municipal Raimundo Girão, em 1933¹⁰⁵.

103 PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A Cidade dos Clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-70.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

104 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a Gestão da Cidade.** Fortaleza: UFC / NUDOC / Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 46

105 NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, Progresso, Memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta.** Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006, p. 31.

Outro problema passou a assustar a cidade com o aumento do número de veículos em circulação: o perigo de ser colhido por um automóvel, ao atravessar uma rua ou descer de um bonde, era considerável.

(...) Entravam em cena os atropelamentos, tragédia inaugurada pela modernidade. Quem folheasse o jornal, naqueles tempos de mudança, por certo ficaria alarmado ante a frequência com a qual ocorriam: automóveis, auto-ônibus e bondes elétricos cotidianamente produziam numerosas escoriações, fraturas e mortes, inclusive. (...) Os periódicos de hoje pouco se ocupam em noticiar os "desastres de rua" (uma vez que já fazem parte de nossa rotina), mas aquele tempo deixou vestígios de como eram percebidos: o espaço que lhes era dedicado indica que se constituíam em eventos extraordinários que irrompiam na calma da vida de uma cidade pacata, até há pouco¹⁰⁶.

Para gerenciar aquela nova realidade, foi criada a Inspetoria Geral de Veículos. O órgão buscou coibir a "volúpia" de velocidade dos *chauffeurs*, determinando normas e punições (da multa à suspensão da licença para guiar, e até mesmo a prisão). Em 1930, foram estabelecidos limites de velocidade: a marcha dos automóveis no perímetro central era de no máximo 10 km/h; 20 e 30 km/h, para as áreas urbana e suburbana, respectivamente; e 40 km/h, na área rural. Não obstante, a tecnologia de carros em 1929 já os permitia alcançar os 120 ou 130 quilômetros horários¹⁰⁷.

O maior fluxo de veículos acontecia no entorno da Praça do Ferreira, logradouro com intensa concentração de pessoas pelas atividades comerciais da área e que virou ponto de estacionamento de carros particulares e "de aluguel" (vale lembrar que as casas, normamente, não apresentavam garagens, o que obrigava os proprietários a deixarem os veículos nas ruas ou em espécies de estacionamentos privados). Não por coincidência, a Praça do Ferreira foi o ponto de partida para várias intervenções, visando a melhorar a circulação de pessoas e carros. Em 1925, na gestão do intendente Godofredo Maciel (1924-28), a Praça do Ferreira sofreu uma radical remodelação na intenção de racionalizar o espaço. Para facilitar o deslocamento dos pedestres, foram demolidos os famosos cafés (quiosques) existentes desde o final do século XIX (onde, comumente, se reuniam os boêmios e intelectuais), sendo colocadas fileiras de bancos

106 Ibidem, p. 35.

107 Ibidem, p. 36.

e árvores nas laterais e apenas um coreto no centro – assim, a praça ficou mais espaçosa, com vãos livres. A reforma estabeleceu também “recortes” nas laterais da Praça, permitindo o estacionamento de bondes e carros e, conseqüentemente, desafiando o trânsito nas ruas laterais.

Também foram abertas novas vias, como as que ligavam o Centro à Praia do Peixe (chamada de Praia de Iracema a partir de 1928), onde se localizavam a Alfândega, os armazéns de importação/exportação e a nova ponte de desembarque portuária (reinaugurada igualmente em 1928, era feita de concreto, em vez de metal como a existente antes – embora tenha permanecido com o nome popular de Ponte Metálica¹⁰⁸). Vale ressaltar que estas vias já estavam previstas na planta urbanística feita por *Adolf Herbster* em 1875, com seu traçado de xadrez – a planta de *Herbster*, porém, começaria a perder sua força sistematizadora principalmente a partir da década de 1930.

Prolongou-se ainda a Avenida Bezerra de Menezes (antiga Estrada de Soure/Caucaia), devido sua importância como via de saída da cidade para o norte cearense. Também foram feitas as primeiras vias interligando bairros (e assim, diminuindo a circulação de veículos no Centro), a exemplo da conexão entre os bairros Fernandes Vieira (atual Otávio Bonfim) e Urubu (Álvaro Weyne), o que levou, inclusive, à desapropriação de várias propriedades.

Observe-se que:

O desenvolvimento dos meios de transporte possibilitou aos moradores habitar fora do núcleo central e propiciou o surgimento e fortalecimento de vários bairros em Fortaleza. As diferentes tecnologias de transporte permitiram às pessoas morar em zonas mais distantes, porém interligadas a seus locais de trabalho em áreas centrais. Os bondes, e

108 Foi um “drama” a questão portuária da capital cearense. Após muitos projetos, obras iniciadas e paralisadas, em 1897 o governo Accioly encampou as obras realizadas no Porto de Fortaleza, na Prainha, pela empresa inglesa *Ceará Harbour Corporation* – o que foi acidamente criticado pelos opositores, pois o porto estava inoperante e o Estado pagou cem mil libras em ouro à construtora! Em 1906, para atenuar o problema, concluiu-se a construção de um viaduto, com estrutura e piso de madeira e ferro, a chamada “Ponte Metálica” (também denominada Ponte da Alfândega). Esta, dotada de escada móvel para descida e subida de passageiros, não oferecia a menor segurança, verificando-se vários acidentes. Os navios ficavam ao largo e o percurso até a ponte e vice-versa efetuava-se por lanchas e botes. Por cerca de vinte anos a “Ponte Metálica” prestou serviços, mas, deteriorada gradativamente, foi reconstruída em 1928. Outra ponte, a dos Ingleses, foi iniciada em 1922, mas logo depois acabou abandonada, pois a cidade de Fortaleza necessitava de um porto maior, seguro e acostável. Em 1938, o governo federal deliberou, finalmente, pela construção de um porto digno na enseada do Mucuripe, após muita polêmica sobre o local ideal. Com acidentes, falta de recursos, paralisações por razões técnicas, o Porto começou a funcionar precariamente em 1947, sendo concluído em 1951 e ampliado na década de 1960. Vide ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, Jangadas e Navios: uma história portuária.** Fortaleza: OMNI, 2007.

posteriormente os ônibus e trens, tornavam alguns bairros mais acessíveis em termos de transporte, o que levou várias famílias e pequenos comerciantes a se instalarem ao longo e no final das linhas. Ao implantar infraestrutura e serviços urbanos, o poder público direcionava o crescimento da cidade e incorporava novos espaços à malha urbana¹⁰⁹.

Dessa forma, Fortaleza crescia em direção aos arrabaldes, destacadamente para as zonas oeste e sul e em oposição ao litoral (no começo do século a população ainda não valorizava o mar). No lado leste, o riacho Pajeú era um obstáculo natural à expansão da cidade. Se a expansão acontecia no sentido do interior, ela se fazia, principalmente, acompanhando as antigas estradas – assim, ainda nos anos 1920/1930 passaram a surgir os bairros de Fortaleza, a exemplo dos refinados Jacarecanga (na estrada homônima) e Benfica (Estrada de Arronches/Parangaba), e de Farias Brito/atual Otávio Bonfim (Estrada de Soure/Caucaia) e Joaquim Távora (Estrada de Aquiraz)¹¹⁰. Falar-se-á mais sobre essas áreas no capítulo seguinte.

Ainda na gestão de Godofredo Maciel, em 1926, foi inaugurado o serviço de abastecimento de água da capital cearense, obra, aliás, que se arrastava desde o começo do século XX, e que evidenciava a preocupação de encontrar uma solução higiênica e racional para o fornecimento de água – era comum (e continuou sendo nos anos seguintes nas áreas suburbanas) que as pessoas buscassem tirar água de cacimbas nos quintais ou comprassem água de vendedores em carroças e mulas. Para o sistema de água da cidade, foram construídas na atual Praça Clóvis Beviláqua (antiga Praça do Encanamento/Praça de Pelotas) caixas d'água, ainda hoje em pé, embora sem mais utilidade – vale lembrar que na citada praça (mais conhecida pela população como Praça da Faculdade de Direito, cujo prédio ali foi inaugurado em 1938) funcionou por anos o matadouro público e o curral do açougue, até serem transferidos para a estada do Soure, na segunda metade do século XIX, em mais uma medida de caráter “civilizador e higiênico” adotadas pelos poderes públicos¹¹¹.

109 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Op. cit., p. 63.

110 Ibidem, p. 67.

111 Esse matadouro da Estrada do Soure (atual Avenida Bezerra de Menezes) ficava perto da estação de Trem do Otávio Bonfim e foi transferido em 1926 para onde hoje se encontra o Colégio Paulo VI, no Jardim América. Era o chamado Matadouro Modelo, desativado e demolido em 1959, com a criação do antigo Frigorífico Industrial de Fortaleza (Frifort), situado no já município de Caucaia, na BR-222. Comentários de Raimundo Girão em MENESES, Antônio Bezerra. MENESES, Antônio Bezerra. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, 2ª Edição, p. 208 e 209. AZEVEDO, Miguel Angelo de (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p. 118 e 245.

A educação não ficou esquecida pelos setores dominantes, afinal, dentro dos anseios de se criar uma sociedade “moderna e progressista”, era necessário um trabalhador “competente, produtivo e civilizado” – daí a construção de novos prédios escolares, o aparecimento de vários estabelecimentos de ensino privados e públicos e até uma reforma educacional feita pelo educador paulista Manuel Bergstrom Lourenço Filho em 1923, no governo estadual de Justiniano de Serpa (1920-23). Também se buscou preparar, intelectualmente, as elites locais no período, como pode ser percebido pela instalação dos primeiros cursos superiores: Faculdade de Direito (1903); Faculdade de Farmácia e Odontologia (1917); e Faculdade de Agronomia (1918)¹¹².

Compete ressaltar que apesar de todo o esforço em “modernizar” Fortaleza, persistiam na população hábitos rurais, tachados por muitos elementos das classes em ascensão social como “arcaicos e provincianos” – a expansão urbana levou grupos dominantes a apresentarem uma visão de desprezo pelo interior, tido como local de “atraso e matutos”. Qualquer coisa que lembrasse costumes interioranos era considerada provinciana, a exemplo de quermesses, rodas de calçadas, festas em terreiros, etc.¹¹³

Não obstante, aqueles hábitos rurais (os quais se manteriam por décadas, com alguns elementos ainda hoje presentes, a exemplo da quantidade de restaurantes de “comidas típicas e regionais” existentes na cidade) podiam ser percebidos como a presença de pomares, galinheiros e até pequenas plantações agrícolas nos quintais das casas, ou o hábito da população de comprar leite mugido “na hora”, de leiteiros que tangiam vacas de porta em porta ou ainda pela presença de carroças e pessoas que se deslocavam montando em cavalos e jumentos. Isso era algo normal, afinal, muitas dos habitantes de Fortaleza vinham do interior ou tinham origens familiares no interior, guardando tradições rurais. Os laços com o interior não eram completamente rompidos, pois, por exemplo, muitas pessoas iam visitar os parentes “lá do sertão” quando podiam, era hábito nas épocas de recessos escolares pais e filhos passarem as férias (em julho e dezembro) nas propriedades e cidades interioranas de pais e avôs ou acontecia, ainda, de parentes sertanejos virem à

112 CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (organizadora). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

113 SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda**: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004, p. 30.

capital trazendo presentes (redes, potes, pássaros, comida) para o deleite de filhos e netos. As tradições persistiam¹¹⁴.

5.6 O OUTRO LADO DA “MODERNIDADE”

A “modernidade” que os setores dominantes e autoridades tanto desejavam trazia em seu bojo enormes problemas, alterando o cotidiano igualmente das pessoas. Afora a questão dos atropelamentos citada no tópico anterior, agravaram-se em Fortaleza, ao longo da República Velha, as problemáticas sociais, os vícios, a violência, sobretudo entre os setores mais pobres e nos locais onde estes residiam. Isso, por sua vez, endossava ainda mais o discursos dos poderes públicos da necessidade de reprimir, controlar e disciplinar aquela “massa mal-educada e vagabunda”.

Na verdade, a cidade era palco/reflexo de um crescimento econômico concentrador de riqueza, que deixava fora do processo a maioria absoluta da população. Havia uma enorme diferença entre a “Fortaleza que se queria” e a “Fortaleza que se tinha”. Os embelezamentos e melhorias estavam concentrados no centro da cidade, onde residiam as elites – a “outra” Fortaleza, das “areias”, pela periferia e arrabaldes, onde moravam os mais pobres, continuava praticamente desassistida pelos poderes públicos. Acontece, porém, que os problemas da “Cidade das areias” não deixavam de atingir e repercutir nas áreas nobres. Populares, não raras vezes, afrontavam e subvertiam a ordem urbana almejada, resistindo ao controle e repressão. Não surpreende, assim, a tensão social que a cidade passou a viver e que apenas se intensificou nas décadas seguintes.

É comum encontrarmos pessoas com uma visão idílica do passado, como se este fosse uma realidade perfeita e harmoniosa. Ora, nosso passado como o presente são permeados por contradições e choques. Acerca de Fortaleza, isso é muito fácil de ser percebido. O memorialista Eduardo Campos, tratando sobre a cidade nas primeiras décadas do século XX, fala da “sociedade indesejada que o progresso trazia” – denunciou que o consumo de éter e cocaína já era praticado na capital cearense, afora o aumento da criminalidade (principalmente entre os me-

114 OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano.de. **Uma Cidade em Construção**: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. In Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, no. 1, p. 26.

nores de idade) e do número de parturientes solteiras, muitas das quais, igualmente, de menor idade. Um levantamento estatístico, realizado entre os anos de 1915 e 1926, teria detectado 2.329 parturientes solteiras contra 2.710 casadas¹¹⁵.

O Professor Juarez Leitão ratifica essa ideia, lembrando que a cidade do começo do século não era tão cor-de-rosa como pintam os romances e, apesar dos disfarces pretendidos, já soltava as “tranças com inteira desenvoltura”:

Sempre houve a preocupação das famílias com a presença de prostitutas na cidade. Documentos do século XIX e começo do século XX referem-se à necessidade da retirada das chamadas “mulheres de vida fácil” do convívio da “sociedade limpa”. (...) Em 1918 o chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara baixava várias medidas de moralização, dentre elas, o deslocamento das meretrizes para lugares afastados. Entretanto, em 1925, num relatório de outro Chefe de Polícia, José Pires de Carvalho, pode ser lido: “Infelizmente não foi possível realizar o grande serviço de localização do meretrício em ruas determinadas desta capital (...)”. No ambiente da zona (...) se brigava muito (...). Num relatório de 1919, o delegado José Amaro Coelho Cintra assinala que estavam se tornando comum cenas de violência, envolvendo mulheres da vida e seus amantes. E cita o caso de duas “decaídas” que feriram gravemente os parceiros, uma delas cortando à navalha os órgãos genitais do amásio (...). Em 1923 o delegado Adauto Alencar, em sua prestação de contas anual, relatava 550 prisões por desordem, 500 por embriaguês, 408 por vagabundagem e 38 defloramentos. Denuncia, ainda, que as meretrizes e seus frequentadores estavam se drogando com éter, “substância que causa gozos espasmódicos e delírios nervosos”¹¹⁶.

Esses delitos irritavam profundamente os setores abastados e conservadores, que recorriam, sistematicamente, ao lado da influente Igreja Católica cearense a um discurso repressivo e moralizante, de resguardar os “bons valores cristãos e das boas famílias”. Era necessário combater a bebedeira, as festas e danças “imorais”, os batuques, as prostitutas, as roupas indecentes.

Havia uma atenção redobrada para com as mulheres, especialmente se estas fossem pobres e não brancas. A barreira que

115 CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Cotidiano**: breve memória da cidade de Fortaleza.. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 31 e 32.

116 LEITÃO, Juarez. **Sábado, Estação de Viver**: histórias da boemia cearense. Fortaleza: Editora Premiús, 2000, p. 237. Pode ser visto ainda FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **Crimes Passionais em Fortaleza**: o cotidiano construído nos processos crimes nas primeiras décadas do século XX. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/ PUC, 2007.

separava a tida mulher “honesta” da “prostituta” era muito tênue e qualquer gesto “inadequado” poderia torná-la alvo de comentários, ficando a moça “falada” – ter muitos namorados, por exemplo, era inaceitável e até mesmo algumas profissões eram atribuídas a prostitutas, como a de manicure. Padres chegavam a não dar a hóstia às mulheres de vestido de alcinha, na missa! Mulheres andando só ou com frequência pelas ruas igualmente não eram benquistas, pois até a segunda década do século XX o hábito de frequentar as ruas era quase que reservado aos homens e às mulheres pobres que necessitavam trabalhar. Embora relativamente mais toleradas, apesar do constrangimento que provocavam nas famílias, as moças de melhor condição social “avançadinhas” eram consideradas “loucas e desvairadas”, sendo recomendado um “bom casamento” para “ajeitá-las”¹¹⁷.

No fundo, era uma grande contradição daquela sociedade que sonhava com a “modernidade” e a “civildade europeia”, exaltava a moda, o consumo e os aperfeiçoamentos técnicos, mas que se revelava, ao mesmo tempo, conservadora e machista, no tocante aos costumes. Na “modernidade” desejada, a mulher deveria continuar cumprindo as normas e etiquetas tradicionais e ser submissa aos homens...¹¹⁸.

Fica evidente que a cidade mudava, alterando aspectos diversos do cotidiano das pessoas. Tais mudanças, contudo, estavam eivadas de contradições, pois não conseguiam romper completamente com as tradições e ao beneficiar, sobremaneira, os setores abastados, trazia uma série de novas problemáticas urbanas, que envolviam/atingiam, principalmente, os mais pobres. Tais contradições e problemáticas só aumentariam ao longo dos anos e existem ainda hoje na cidade.

117 SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda: Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História / UFC. 2004, p. 41. Nos anos 1920, algumas mulheres escandalizaram a sociedade local aos usarem as últimas modas da Europa, a exemplo de vestidos curtos (um pouco abaixo dos joelhos) e sem mangas, e o corte de cabelo curto, igual aos dos rapazes (o cabelo *à la garçonne*), afora “novos e inquietantes” comportamentos, como a intensificação da prática do “flerte”, o pouco interesse por relacionamentos amorosos sérios e a reivindicação pelo direito do voto e de maiores oportunidades de trabalho, inclusive em profissões dominadas por homens. PONTE, Sebastião Rogério. Op. cit., p. 159-160.

118 SILVA, Erotilde Honório. FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. **A Mulher na Mira do Discurso Disciplinador do Jornal o Nordeste (1920 A 1940)**. In www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/.../R2374-1.pdf. VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As Mulheres na Expansão Material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

Capítulo 6

***Tempos de Centralismo
e Guerra***

6.1 FORTALEZA E A ERA VARGAS

Em 1930, com a denominada "Revolução de 30", setores oligárquicos e militares derrubaram o presidente Washington Luis e entregaram o comando do governo federal ao gaúcho Getúlio Vargas. Com aquele episódio, convencionou-se estabelecer o fim da República Velha e o começo da Era Vargas. Era um momento conturbado não só no Brasil, mas no mundo, em virtude da crise/falência do capitalismo liberal/quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, grande depressão, agravamento das disputas entre as potências, expansão do nazifacismo na Europa e do movimento socialista. Não por acaso, no final da década, estouraria a Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Com a chegada de Vargas à presidência, o "jogo político" nacional e local acabou reorganizado. Getúlio implementou várias reformas trabalhistas (bastante simpáticas aos operários), ampliou o nacionalismo e a intervenção do Estado na economia e impôs um intenso processo de centralização político-administrativo. Em 1937, com apoio do Exército e das elites, Vargas deu um golpe de Estado e implantou a ditadura do Estado Novo (1937-45).

A essa conjuntura, os municípios não ficaram imunes. Conforme as diretrizes federais, os estados e municípios brasileiros foram perdendo autonomia. Isso ficou claro logo no começo da Era Vargas, quando um decreto, de novembro de 1930, estabeleceu que os estados fossem administrados por Interventores (nomeados e fiéis obviamente a Getúlio), cabendo a estes indicar os prefeitos (antigos intendentes) dos municípios.

O primeiro interventor cearense da Era Vargas, Fernandes Távora determinou em 1931 uma reforma administrativa com pretensões de "moralizar a coisa pública". Tal reforma tinha nítida tendência centralizadora, pois entre suas determinações estava uma que exigia o número mínimo de 15 mil habitantes e uma renda anual não inferior a trinta mil contos de réis para a constituição de um município. Centralizando-se o poder, imaginava-se que ficaria mais fácil evitar os desmandos das oligarquias municipais, como acontecia comumente, na República Velha – e que, no entanto, continuariam a acontecer depois....

Dessa forma, reduziram-se de 85 para 51 os municípios cearenses. A medida foi fortemente criticada, por ferir os interesses de grupos oligárquicos municipais e por fazer exigências muito pesadas, sobretudo no quesito renda mínima, visto que trinta mil contos era tida como uma quantia muito elevada em virtude da pobreza dos municípios cearenses.

Outras medidas igualmente centralizadoras se sucederam nos anos seguintes. Em 1932, na gestão do Interventor Carneiro de Mendonça (1931-34), foi criada o Departamento dos Negócios Municipais, para fiscalizar as contas dos municípios – no caso de Fortaleza, porém, suas contas eram feitas diretamente perante uma comissão nomeada pela interventoria. Em 1933, foi estabelecido que os municípios recolhessem para o governo estadual 10% e 5% de suas rendas para os serviços de educação e higiene, respectivamente, sob o argumento do desleixo com que os municípios tratavam a instrução e a saúde pública.

Em 1932, Vargas decretara o chamado Código dos Intervenitores, mais um instrumento do centralismo e autoritarismo getulista. Os interventores continuariam nomeando os prefeitos dos municípios e, na ausência de Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores (todas dissolvidas com a “Revolução” de 30), seriam auxiliados em temas econômicos e administrativos por um Conselho Consultivo, órgão composto por cinco ou seis membros, escolhidos pelo próprio interventor (embora referendados pelo Ministério da Justiça). O caminho da perda da autonomia municipal avançava¹¹⁹.

Em 1936, na esteira de novas mudanças nacionais (“Revolução Constitucionalista” de São Paulo de 32 e promulgação da Constituição democrática de 1934), os municípios cearenses puderam escolher seus novos prefeitos pelo voto direto da população (inclusive, com voto feminino). No ano anterior, havia sido eleito (indiretamente) para o governo do Estado, substituindo os interventores, Menezes Pimentel, da Liga Eleitoral Católica (LEC – organização conservadora ligada à Igreja Católica). Era um momento de acirramento ideológico, em virtude da instabilidade política e social que todo o Ocidente vivia. Por tal razão, diante do abismo e tensões sociais da cidade, não surpreende que a imprensa, a Igreja Católica e demais setores conservadores enfatizassem uma obsessiva campanha anticomunista¹²⁰.

119 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza**: a gestão da cidade. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 53 e 54.

120 PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das Trevas**: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE/1922 - 1932). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2005.

Nas ruas e praças de Fortaleza (destacadamente na Praça do Ferreira) havia mobilizações, comícios e não raras vezes, confrontos entre militantes de esquerda, ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL); e de direita, fascistas, ligados à Ação Integralista Brasileira (AIB). Ficou famoso o episódio ocorrido a 4 de março de 1935, último dia de carnaval, na Praça do Ferreira, quando um tiroteio promovido por membros da AIB deixou mortos três populares e feridas várias outras pessoas¹²¹. Em Camocim, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram assassinados¹²² e vários outros foram presos e torturados por todo o estado, sendo usado como pretexto a fracassada Intentona Comunista, de 1935, acontecida em Natal, Recife e Rio de Janeiro¹²³.



Praça do Ferreira na década de 1920, com destaque para o coreto no meio do logradouro.

121 GALENO, Alberto Santiago. **A Praça e o Povo**. Fortaleza: Multigraf, 2000, p. 14.

122 Em julho de 1936, soldados da polícia, na pretensão de combater “subversivos”, cercaram uma residência em Camocim e fuzilaram os comunistas Miguel Pereira Lima (o Amaral) e Luis Miguel dos Santos (Luis Pretinho), torturando e abusando de um terceiro, Raimundo Ferreira de Souza (o Raimundo Vermelho), que também, em consequência das agressões, faleceria meses depois. Vide SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços da Cidade (Camocim – 1923-1950)**. Fortaleza: Banco do Nordeste/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007. PARENTE, Francisco Josénio Camelo. **Anauê – os camisas verdes no Poder**. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

123 Segundo o *Jornal do Brasil* de 7/5/1936, mais de duas mil pessoas foram presas nesse período, só em Fortaleza. Tropas do 23º BC foram enviadas para dominar o levante comunista em Natal. Vide RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

Nesse clima tenso, Fortaleza elegeu seu prefeito, aliás, o primeiro escolhido pelo voto popular de sua História¹²⁴. Em meio a intensa campanha nas ruas, e também, nos jornais e, em mais uma "novidade maravilhosa", no rádio¹²⁵, os candidatos lançaram-se a tentar obter o voto dos cidadãos da cidade. Com apoio do governador Menezes Pimentel, Raimundo de Alencar Araripe venceu a eleição – foram eleitos também os 15 vereadores da Câmara Municipal.

Essa brevíssima experiência democrática seria interrompida com a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Daí em diante, os municípios perderam o resto de autonomia que ainda tinham. Os órgãos legislativos do País a exemplo das Câmaras de Vereadores, foram fechados, passando o prefeito a ser nomeado mais uma vez pelos governadores/interventores do Estado. As atribuições dos prefeitos ficaram sob a tutela e controle dos interventores, mesmo quando de obras e ações feitas à custa das rendas municipais. No Ceará, Menezes Pimentel foi mantido no poder, agora como interventor (1937-45), e este conservou Raimundo de Alencar Araripe na prefeitura de Fortaleza¹²⁶.

6.2 AINDA EM BUSCA DA "MODERNIDADE"

Com mais de cem mil habitantes, no início da década de 1930, os problemas de Fortaleza e suas contradições agravaram-se. Os discursos dos governantes continuavam enfatizan-

124 AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia Ilustrada de Fortaleza*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p. 155.

125 Tradicionalmente, apontava-se a fundação da Ceará Rádio Clube, a famosa PRE-9 ("pê-erre-nove" para a população) em 1934 como a primeira emissora de rádio cearense, iniciativa do comerciante João Demétrio Dummar, sírio que migrara para o Ceará, em 1910. O pesquisador Edgard Patrício, contudo, em seu trabalho de doutorado de 2006, questionou o pioneirismo da referida emissora e do negociante. Segundo Patrício, anos antes, possivelmente em 1924, já estava funcionando em Fortaleza, uma pequena emissora de radiotelefonia (como se chamava à época a radiofonia), a Rádio Educadora Cearense. Esta seria, inclusive, uma das primeiras emissoras do Brasil (a radiofonia iniciou-se em 1922, com Roquete Pinto, no Rio de Janeiro). Como seu nome sugere, tinha um caráter educativo e pertencia a uma sociedade de cinquenta pessoas encantadas com a radiofonia. De qualquer forma, João Dummar deu grande impulso à radiofonia local, num sentido comercial. Dummar fez experiências para instalar uma emissora de rádio local desde 1931, pelo menos (vale lembrar que mesmo não tendo ainda emissoras no Ceará, as pessoas podiam captar emissoras de outros estados e do exterior). A PRE-9 começou a funcionar, precariamente, em 1933, sendo oficializada a 30 de maio do no ano seguinte. Vide PATRÍCIO, Edgard. *A Voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Club de 1954 a 1948*. Fortaleza: Tese de Doutorado em Educação/UFC, 2006.

126 SOUZA, Simone. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930-35)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ PUC, 1982.

do a necessidade de “modernizar e embelezar” a cidade – sonhava-se com uma “modernidade” que nunca era alcançada... Na verdade, o discurso da “modernidade” visava dotar a cidade com equipamentos que beneficiassem os setores econômicos influentes, disciplinasse a expansão urbana e controlasse a crescente população pobre e a tensão social.

Praças e jardins foram construídos, enquanto outros eram remodelados. Na Praça do Ferreira, o coreto foi demolido e substituído pela Coluna da Hora (1933), monumento bem mais adequado a uma cidade de ritmo cada vez mais intenso, veloz e “moderno”, que “não tinha tempo a perder”. Ruas foram ampliadas, a exemplo da Liberato Barroso, ou interligadas, como Avenida Visconde do Rio Branco e Sena Madureira, na intenção de facilitar o tráfego urbano. Ainda no que toque ao trânsito, foram pavimentadas as ruas centrais com paralelepípedos ou concreto (as vias mais movimentadas) e criada a Inspetoria de Tráfego. Em 1934, a antiga e deficiente iluminação pública a gás (tinha-se por hábito não acender as luzes da cidade em noite de lua cheia...) foi trocada pela iluminação elétrica, em mais um efeito de “modernidade” exaltada pelos jornais da época¹²⁷. A cidade entrou na “era dos arranha-céus”, quebrando sua horizontalidade, com a inauguração do Excelsior Hotel, em 1931, na Praça do Ferreira, suntuoso prédio com impressionantes sete andares para a época (era tido como o “melhor hotel do Norte e Nordeste”)¹²⁸. Também foram erguidos prédios suntuosos, a exemplo de um novo Mercado Municipal, do prédio da Faculdade de Direito e da Empresa Telefônica. No final da década de 30 iniciaram-se as obras do Porto do Mucuripe, apontando

127 *É nesse contexto histórico (...) que se coloca o episódio do rompimento de contrato com a inglesa Ceará Gás [que vinha desde 1867 e que deveria terminar apenas em 1958], em drástica decisão da Interventoria Federal para abrir espaço à iluminação pública por energia elétrica. (...) A decisão gerou um amplo questionamento de sua legalidade, com ação da empresa britânica na defesa dos seus direitos. (...) Criada uma situação irreversível, a concorrente inglesa e potencial beneficiária, The Ceará Tramway Light and Power [que agora prestaria os serviços de iluminação pública, pois já o fazia da iluminação domiciliar e fornecimento de força para os bondes] aciona a imprensa, em larga investida promocional.* In LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996, p. 81 e 82. Os serviços da *Light* também foram questionados pela população, sendo constantes as quedas de energia na cidade, o que valeu à empresa a pecha de incompetente e despreparada. In SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 48.

128 O Excelsior Hotel foi construído por iniciativa do negociante Plácido de Carvalho, no local em que havia antes o sobrado do Comendador Machado (datado de 1825 e o primeiro prédio de Fortaleza com térreo e dois andares). Esse sobrado abrigou ainda o famoso Café Riche, demolido em 1927. In ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas Sobre a Cidade Amada.* Fortaleza: Casa de José de Alencar; UFC, 1998, p. 42.

como "fundamental" para o Ceará sair do "atraso", conforme o discurso da imprensa e autoridades¹²⁹.

Desde a planta urbanística de Adolf Herbster, de 1875, a cidade não teve outro projeto global para controlar sua expansão na República Velha, os prefeitos faziam obras sem obedecer a nenhum projeto sistematizado. Diante do problema, em 1931, o então prefeito major Tibúrcio Cavalcante (1931-33) mandou levantar uma planta da cidade e no ano seguinte, elaborou um novo Código de Posturas para a capital cearense (o anterior era de 1891), cujas normas ratificavam a preocupação de se criar uma cidade "aformoseada, disciplinada e progressista", onde todos pudessem "viver bem". No Código, o município foi dividido em quatro zonas (central, urbana, suburbana e rural) e havia regras sobre como se construir casas e prédios (deveriam ser isoladas uma das outras, para garantir a saúde pública, por exemplo), normas sobre higiene e até sobre multas para quem se comportasse de maneira "obscena em público ou dentro de casa"¹³⁰.

O prefeito seguinte, o historiador Raimundo Girão (1933-34), propôs-se a fazer um plano de remodelação da cidade. Em 1933, foi contratado, então, o engenheiro paraibano Nestor de Figueiredo, urbanista com grande experiência por trabalhos em cidades a exemplo de Recife e João Pessoa. O Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza, iniciado por Figueiredo, baseava-se no que havia à época de mais elaborado em urbanística e:

Previa o zoneamento urbano [ou seja, determinar as áreas para localizar as diferentes atividades da cidade: residências, comércio, indústria, educação, etc.], o aumento da população, a solução dos problemas de circulação de pedestres e de veículos (...). Se implantado, teria começado a resolver há meio século, alguns dos problemas de circulação que ainda hoje pesam sobre Fortaleza¹³¹.

129 Os armazéns e depósitos próximos das docas do porto velho [Poço das Dragas, na Prainha] deslocaram-se para as Docas do Mucuripe, na década de cinquenta, a partir da atração do novo porto. Posteriormente, instalou-se, na mesma área, moinho de trigo, indústrias ligadas à exportação, fábricas de asfalto, companhias distribuidoras de derivados de petróleo e indústrias ligadas à pesca. Atraída pelos empregos nos serviços portuários e nas indústrias, a população pobre construiu favelas. A 'zona do meretrício' também se transferiu para o Farol do Mucuripe. In COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000: Expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. 1988. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, USP/FFLCH, 1988., p. 82.

130 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 55.

131 MARQUES, Regina Elisabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Sociologia/ UFC, 1986, p. 95.

O Conselho Consultivo do Estado do Ceará, não obstante, posicionou-se contra a proposta do projeto, pois Fortaleza tinha "outras prioridades" – no caso, alegou-se que a cidade precisava, urgentemente, de um instituto para cuidar de menores abandonados e delinquentes. Condenou-se ainda a suntuosidade do projeto e que a capital cearense estava "muito longe de se equiparar ao tráfego das cidades com milhões de habitantes". Travou-se a seguir uma verdadeira guerra de bastidores entre Raimundo Girão e os conselheiros. Na verdade, havia interesses econômicos privados envolvidos na recusa ao Plano de Nestor de Figueiredo.

Apesar disso, e, em virtude das relações cordiais entre Raimundo Girão e o Interventor Carneiro de Mendonça, os estudos para elaboração do plano foram iniciados – mas não concluídos. Em 1934, Girão deixou a prefeitura e seus sucessores, a exemplo de Álvaro Weyne (1935-36), não se preocuparam em dar continuidade aos trabalhos do Plano. Weyne rescindiu o contrato com Nestor de Figueiredo e deixou de lado até mesmo as ideias ali elaboradas.

Liberal de Castro lamenta:

É provável que nenhuma decisão Municipal tenha proporcionado efeito mais maléfico sobre a cidade do que a rescisão do contrato de Figueiredo, não apenas pelo fato em si, cuja aplicação teria começado a resolver, há meio século, alguns dos sérios problemas que afligem a cidade do presente, mas também pelo momento histórico, caracterizado por total reformulação política, social e econômica do País e, portanto, inteiramente favorável a uma intervenção ordenadora na cidade¹³².

A impotência política, a falta de interesse das camadas dominantes e das autoridades, as oposições e pressões econômicas vindas de vários setores ocorridas nesse episódio de recusa ao Plano de Nestor Figueiredo repetiriam-se em outros momentos da história da cidade no século XX, contribuindo para o agravamento de problemas que ainda se sente hoje.

132 CASTRO, Liberal de. **Cartografia e Planejamento Urbano**. In: Prefeitura Municipal de Fortaleza - A administração Lucio Alcântara; março 1979 / maio 1982. Fortaleza, 1982, p. 50-81.

6.3 DESCONTROLE URBANO

Estudiosos da expansão urbana fortalezense dizem que foi, exatamente, a partir dos anos 1930 que a cidade "explodiu", crescendo desordenadamente, sem plano urbanístico que fornecesse soluções convenientes, com o surgimento de várias favelas, arranha-céus, destruição do perfil arquitetônico harmonioso anterior, aparecimento de fachadas e monumentos de gosto, no mínimo, duvidoso, dentre outras mazelas, frutos, muitas vezes, dos interesses e devaneios das elites locais, da fraqueza e inoperância das gestões municipais, da especulação imobiliária e do impressionante abismo social que separa os ricos e pobres de Fortaleza¹³³.

Segundo Paulo Linhares (1992, p.201):

A partir dos anos 30, o funcional e o social passam a se distinguir em Fortaleza, fortemente e de maneira precoce. Sem dúvida, a cidade se organiza em torno de dois polos: ao leste, a cidade da nova elite e, ao oeste, a cidade industrial e trabalhadora. Com o castelo do Plácido, obra pioneira de residência de alto luxo da cidade, construída na Aldeota (de estilo duvidoso, como a maioria das construções da nova burguesia urbana), a alta burguesia passaria a construir em direção ao leste. Bem longe do centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestígio e aprendendo tropeçadamente uma certa arte de viver¹³⁴.

Estima-se que a área da cidade, calculada em 6 km² no início do século, passou para aproximadamente 40km² (zonas urbana e suburbana) em princípios da década de 1940. No mesmo intervalo de tempo, o número de ruas (61) sofreu um aumento de mais noventa, fazendo um total de 150, enquanto que as 23 avenidas existentes, em meados da década de 1940 faziam a Fortaleza com seus três *boulevards* um "arremedo de cidade"¹³⁵.

133 PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993. JUCÁ, Gisafran. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2000. SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se retiraram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. CASTRO, José Liberal. **Fatores de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

134 LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992, p. 201.

135 SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo**: Fortaleza no tempo da Segunda Guerra Mundial. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 29.

Nesse momento, intensificou-se o abandono no Centro da capital pelos setores mais abastados, processo que havia se iniciado na década anterior – a porção central foi assumindo cada vez mais a característica de zona comercial. A movimentação pública no Centro (carros, lojas, oficinas, clubes), a presença de miseráveis (desempregados, bêbados, loucos, crianças abandonadas, prostitutas), e retirantes das secas, com seus “inconvenientes” (doenças, furtos, assaltos, mendicância) levaram parte das classe média e elite a se deslocarem para outros pontos da cidade, fazendo surgir os primeiros “bairros nobres”. Ainda nos anos 1920, o Jacarecanga, ganhou essa condição – situado na zona oeste, não era um bairro tão distante do Centro, o que permitia ainda aos setores abastados terem acesso às opções de consumo e lazer que, então, se concentravam na porção central da cidade.



Praça Gustavo Barroso (Praça do Liceu): Jacarecanga foi um dos primeiros bairros “nobres” de Fortaleza nos anos 1920/30.

Nas proximidades da estrada do Jacarecanga, perto do riacho homônimo, as elites comerciais e agrárias começaram a instalar grandes e elegantes casarões, vários deles copiando modelos europeus, a exemplo do palacete da família Pedro Filomeno Gomes. Para deleite dessa elite, em 1920, na primeira gestão do Prefeito Álvaro Weyne (1928-30), reformou-se a Praça Coronel Teodorico (após 1965, Praça Capistrano de Abreu, mais conhecida como Praça da Lagoinha – a praça foi construída sobre uma pequena lagoa), situada, exatamente, na entrada do refinado bairro e que virou um local de reunião e passeios das famílias abastadas. Com

a reforma, a praça recebeu uma fonte luminosa colorida, a primeira a ser instalada na capital cearense¹³⁶. Em 1935, inaugurou-se no Jacarecanga a nova sede do prestigiado Liceu do Ceará, na Praça Fernandes Vieira (depois de 1960, Praça Gustavo Barroso, conhecida popularmente apenas como Praça do Liceu).

Nos anos 1930, as elites fortalezenses foram ocupando, em menor escala, a região do Benfica, ao sul do Centro; e, vencendo a "barreira" representada pelo riacho Pajeú, as áreas da Praia de Iracema e Aldeota, ao leste. Nas décadas de 1930 e 1940, ainda não existiam apartamentos na cidade – as famílias tradicionais moravam em grandes e confortáveis casas consideradas como mansões, palácios, solares ou castelos¹³⁷.

Na estrada de Arronches (Parangaba), numa área bastante arborizada e fértil, cujas fontes d'água ajudaram a abastecer Fortaleza até a seca de 1877-79, desenhou-se o que hoje é o bairro do Benfica, ainda no final do século XIX. Aos poucos os setores dominantes foram se instalando, ali, com suas chácaras, sobrados e bangalôs. Em 1918, o banqueiro João Gentil ergueu um palacete para sua moradia, belo, mas totalmente discrepante em relação à arquitetura da cidade. Nos anos 1930, o Benfica foi alvo de várias melhorias na gestão do prefeito Álvaro Weyne e consolidou-se como um dos locais mais "chiques" da capital, atraindo os fortalezenses por seus boques, praça (da Gentilândia – o nome é uma referência ao comerciante), campo de futebol (Prado) e missa na Igreja dos Remédios. Em 1954, foi no Benfica que se instalou a Universidade Federal do Ceará, cuja reitoria ocupa, atualmente, o palacete de João Gentil. Ainda hoje, o bairro conserva alguns de seus casarões antigos e, por sediar vários equipamentos educacionais (faculdades, cursos de línguas estrangeiras) e bares, é tido como um espaço intelectual e boêmio da cidade.

Nos anos 1920 a antiga Praia do Peixe, até então ocupada por humildes pescadores, começou, igualmente, a ser ocupada por setores abastados, predominando casas de veraneio – aos poucos, a visão negativa acerca do mar/litoral ia mudando, conforme se apresentará melhor no próximo capítulo. Ficou famosa

136 Tal fonte seria recolhida aos depósitos da prefeitura, em 1965, e atualmente, pode ser vista na Praça Murilo Borges, defronte ao Banco do Nordeste do Brasil, entre as ruas Pedro I, Floriano Peixoto e Assunção. In CUNHA, Maria Noélia Rodrigues de. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990, p. 98.

137 SILVA, Elizete Américo. **Espaços Públicos e Territorialidades**: as Praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006, p. 64.

a Vila Morena (atual Estoril), construída para moradia da família Porto, no começo daquela década e que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), serviu de espaço de lazer para os soldados norte-americanos, instalados em Fortaleza. Com a presença de "gente endinheirada", até o nome da pacata praia foi mudada, em 1929, para Praia de Iracema (exatamente no centenário do nascimento do escritor José de Alencar), uma denominação bem mais adequada às "boas pessoas" que agora frequentava o local. Nos anos 1930/40/50, os pescadores passaram a ser "afastados" da área, enquanto mais famílias ricas chegavam, afora clubes (Ideal Clube, Praia Clube, Jangada Clube, Gruta Praia), restaurantes/bares (Ramom, Zero Hora e outros) e hotéis (Pacajus, Iracema, Plaza).



Na década de 1920, a Praia de Iracema passou a ser ocupada pelos setores abastados de Fortaleza, que ali erguiam casas de veraneio.

A Aldeota (nome pelo qual passou a ser conhecida parte da antiga região do Oureiro) também crescia como bairro residencial, em torno da Avenida Santos Dumont (antiga Rua do Colégio/Nogueira Accioly), mas ainda se limitando, mais ou menos, ao final da linha dos bondes, entre as ruas Silva Paulet e José Vilar. No bairro, fora erguido o famoso Castelo do Plácido Carvalho, rico comerciante que teria construído residência nos moldes de um castelo florentino, em homenagem à esposa italiana¹³⁸. Também

138 Belo para uns, aberrantes para outros, por ser totalmente diferente da arquitetura da cidade, o Palácio do Plácido foi demolido em 1974, para a construção de um supermercado da Rede Romcy, sob severas críticas da imprensa e intelectuais. O terreno, porém, ficou abandonado por anos, sem a construção do supermercado. Em 1979, a área foi desapropriada pelo governo do Estado para a construção da Central de Artesanato Luiza Távora. In AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). Cronologia Ilustrada de Fortaleza. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p.298.

eram referências no bairro, nos anos 1930 o Colégio Militar, a Igreja do Cristo Rei e o Cine-Teatro Santos Dumont (antes Cristo Rei, na Praça da Bandeira). A partir dos anos 1940/50, a Aldeota tornou-se o bairro mais aristocrático de Fortaleza, com suas mansões e bangalôs, dando margem a muitas controvérsias sobre a origem da rápida e “não tão honesta” fortuna de alguns de seus moradores, que buscavam residir longe do Centro, para escapar dos bisbilhoteiros e das autoridades. A riqueza de tais “ilicitudes” explicaria, também, o crescimento da Aldeota¹³⁹.

Setores médios, menos abastados, pequenos comerciantes e mesmo populares ocupavam, ainda, áreas no sentido do interior, como as do entorno da Praça do Carmo, do início da Estrada de Arronches/Parangaba (nas mediações da Praça dos Encanamentos/Clóvis Beviláqua, começo da atual Avenida da Universidade), da Estrada do Soure/Bezerra de Menezes (bairro Farias Brito/Otávio Bonfim) e da Estrada de Messejana/Visconde do Rio Branco. Para o sudeste da cidade, no entorno do boulevard/Estrada de Aquiraz, igualmente concentrariam-se residências, dando origem ao bairro Joaquim Távora. A cidade, também, expandia-se no chamado Outeiro da Prainha, onde já havia um seminário (da Prainha), desde 1864, um teatro (São José), fundado em 1915 e o monumento do Cristo Redentor, na antiga Praça da Conceição (doravante chamada Praça do Cristo Redentor), inaugurado em 1922, para comemorar o centenário da Independência do Brasil. O bairro mais distante do Centro era o Alagadiço (atual São Gerardo), igualmente nas proximidades da estrada do Soure e onde havia uma lagoa que inundava áreas próximas, daí obviamente o nome do bairro.

Percebe-se, claramente, que o crescimento urbano aconteceu, sobretudo, ao longo dos antigos caminhos de penetração da cidade, ficando as áreas entre eles praticamente vazias. Panga-

139 Há especulações sobre a origem das fortunas de muitos elementos da elite local, visto que, grandes patrimônios se fizeram “da noite para o dia”. Daí a polêmica sobre o livro *Aldeota*, de Jäder de Carvalho. Publicado em 1963, a obra mistura ficção com aspectos reais da sociedade de Fortaleza, revelando a origem “pouco nobre” de várias fortunas e mal disfarçando alguns nomes verdadeiros. A partir de atividades ilegais, como o contrabando de café, uísque, carros, tecidos, que entravam e saíam, sem dificuldades, pelo Porto de Chaval, perto de Camocim, teriam se formado muitas das riquezas do Ceará. O livro logo esgotou e ganhou uma aura de “proibido” (ganhou recentemente uma segunda edição). Vide CARVALHO, Jäder de. *Aldeota*: romance. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2003. FALCÃO, Armando. *História do Chefe do PTB no Ceará, Carlos Jereissati*, “Imperador do Linho Roubado”. Rio de Janeiro: sem editora, 1954. Sobre o famoso caso do “Homem da Mala Preta” Vide também a nota 39 em COSTA, Frederico Lustosa da. *Televisão e Política*: a campanha municipal de 1992 em Fortaleza. Fortaleza: UFC/NRPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1996, p. 29.

baba, Barro Vermelho/Antônio Bezerra e Messejana eram tidos como distritos/povoados interioranos do município de Fortaleza. Na área do Arraial de Santa Luzia do Cocó, os moradores viam da agricultura¹⁴⁰. A Barra do Ceará, apesar de suas belezas naturais, também era considerada muito distante do Centro de Fortaleza – ali funcionava um hidroporto, para atender aos viajantes privilegiados, capazes de assumir os gastos de uma passagem aérea. Com o passar dos anos, a região foi cada vez mais ocupada por pobres, quase que numa extensão do Pirambu¹⁴¹.

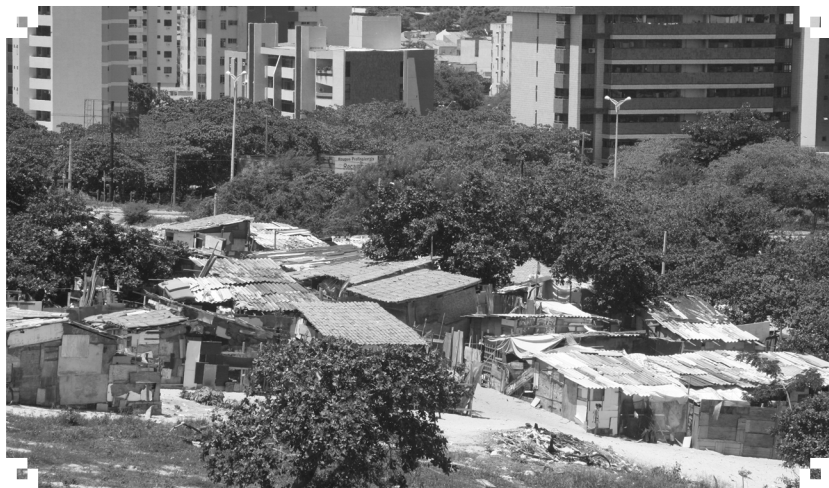
6.4 FAVELAS

Nos anos 1930, Fortaleza conheceu um *boom* de favelas, em decorrência, sobretudo, da grave questão agrária do estado (as oligarquias rurais concentravam a posse da terra) e das secas, que forçavam o êxodo rural. Exemplo disso, foi a seca de 1932, onde a “ordem e civilidade” desejada pelas elites foi seriamente abalada com as multidões de sertanejos maltrapilhos que percorriam as ruas da cidade em busca de ajuda, mendigando, praticando saques ou pequenos delitos. A presença dessa “massa” assustadora levou os poderes públicos e classes dominantes do Ceará a construir campos de concentração em vários locais do estado, a fim de evitar que os flagelados atingissem a capital – em Fortaleza, como “último bastião” para tentar (sem sucesso) conter a chegada

140 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: Expansão Urbana e Organização do Espaço.** In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 67, 68 e 69. A Parangaba formara-se em torno da antiga aldeia indígena fundada pelos padres da **Companhia de Jesus**. Foi elevada a condição de vila em 1759 com o nome de Arronches. Em 1835, o povoado acabou incorporado a Fortaleza, sendo depois restaurado como município, em 1885 com o nome de Porangaba. Em 1921, foi definitivamente incorporado a Fortaleza. Barro Vermelho tinha esse nome por causa da coloração de suas terras. Apresentava modestas casas, chácaras e sítios com características agrícolas. O nome Barro Vermelho teria durado até 1965, quando foi mudado para Antônio Bezerra pelos militares, pois o nome original lembraria o comunismo da União Soviética... Messejana tem origens na antigo aldeamento jesuítico de São Sebastião da Paupina. Em 1759, com a expulsão dos **Jesuítas** do Brasil, o aldeamento foi elevado à categoria de vila, passando a ser chamada Vila Nova de Messejana da América. Em 1921, foi anexada como distrito a Fortaleza. Uma de suas mais importantes vias era a Estrada **Parangaba-Messejana** (hoje Paranjana). In [http://pt.wikipedia.org/wiki/Parangaba_\(Fortaleza\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Parangaba_(Fortaleza)); <http://www.portalmessejana.com.br/>; <http://www.bairroantoniobezerra.com.br>.

141 JUCÁ, Gisafra. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960).** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 134.

da “ralé interiorana” às áreas nobres, foram erguidos dois desses campos nas áreas do Pirambu e Otávio Bonfim¹⁴².



Favela na região do Papicu 2011 – o crescimento desordenado e o aparecimento de favelas intensificaram a partir da década de 30 em Fortaleza.

Não surpreende, portanto, o aumento populacional de Fortaleza, ao longo dos anos 1930. No final da década, a população já seria mais de 180 mil habitantes, aumento de 80% em relação ao fim do decênio anterior! –, crescimento de bairros humildes e o aparecimento de várias favelas. Foi, destacadamente, nas margens das estradas de acesso ao núcleo urbano ou em áreas pouco valorizadas pelos setores dominantes, como a faixa de praia, que a população pobre passou a habitar.

Um dos locais que mais recebeu migrantes sertanejos foi o Arraial Moura Brasil (conhecido antes como Morro do Moinho e chamado, comumente, de “Favela Cearense”), bairro humilde situado por trás da Estação Ferroviária e do Cemitério São João Batista, justamente nas proximidades da ferrovia, fábricas e mar, zonas da cidade desprezadas pelas elites. Ali, concentra-

142 Os campos de concentração (chamados assim na época) consistiam acampamentos murados ou cercados de arame farpado, onde eram “alojados” os flagelados – uma experiência, inclusive, que já tinha ocorrido em 1915, no Alagadiço/atual São Gerardo, arredores de Fortaleza. Os campos foram construídos, também, em Buriiti (distrito do Crato), Patu (Senador Pompeu), Cariús (São Mateus), Ipu e Quixeramobim. Não por acaso, eram lugares onde existiam, nas proximidades, uma estação ferroviária. Com isso, as autoridades objetivavam controlar a massa de retirantes (diminuindo as tensões sociais através do confinamento da população) e evitar sua migração de trem para a capital cearense. Vide RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

ram-se, centenas de casebres alojando uma população das mais carentes. O Moura Brasil, ao lado do Barro Vermelho/Antônio Bezerra e o Mucuripe, eram tidos pelos jornais e polícia como as regiões mais violentas e perigosas da cidade¹⁴³.

Em 1930, aparece a favela do Cercado do Zé do Padre (entre as avenidas Duque de Caxias e Bezerra de Menezes); em 1933, surgem as favelas do Mucuripe e Lagamar; em 1940, forma-se a favela do Morro do Ouro (situada entre o Açude João Lopes e o atual Monte Castelo); em 1945, Varjota; em 1950, Meireles e Papoquinho; em 1952, favela do Campo do América; em 1954, Estrada do Ferro. Ao que consta, nos anos 1930, existiam as favelas do Pirambu, região que já era estigmatizada pelos setores abastados desde o século XIX, pois naquela área acontecera:

(...) A instalação do Lazareto da Lagoa Funda que funcionou de 1856 até seu fechamento, em 1900 (...). Em 1926, projeta-se uma vila para abrigar leprosos que viriam da favela do Arraial Moura Brasil. Durante a seca de 1932, parte dos retirantes foram "encurralados" no Campo de Concentração da Lagoa do Mel. Enfim, em 1932, se constrói ali o Hospital de Isolamento do Urubu para os doentes atingidos pela epidemia de tifo. Entre 1930 e 1950, Pirambu é impresso nos meios de comunicação como espaço insurgente da "intranquilidade" de Fortaleza: precariedade na infraestrutura urbana, crescimento demográfico acentuado, criminalidade, rede de prostituição ligada às gafeiras e forró, concentração de trabalhadores sindicalizados¹⁴⁴.

A partir dos anos 1940/50, com a expansão das favelas, bairros operários e fábricas na zona oeste de Fortaleza, o elegante bairro do Jacarecanga seria abandonado pelas elites, as quais se mudariam, sobremaneira, para à Praia de Iracema e Aldeota. Ficava cada vez mais explícito a segregação espacial e de classes dentro da cidade: no lado leste de Fortaleza, os setores abastados, "sucessores da cidade do calçamento"; e no lado oeste, o reverso, a "cidade das areias", onde moravam os mais pobres.

Na verdade, não houve, por parte do Estado, investimentos para extinguir as favelas, para "transformá-las em moradias sociais", como ocorrera na década de 1930, no Rio de Janeiro. Mesmo porque o processo de consolidação da favela do Piram-

143 SANTIAGO, Pádua. **A Cidade como Utopia e a Favela como Espaço Estratégico de Inserção na Cultura Urbana (1856-1930)**. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.1, n. 2, p. 127, 2002.

144 SANTIAGO, Pádua. **Pirambu**: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 65 e 66.

bu, numa área já negativamente estigmatizada do lado oeste de Fortaleza, do Mucuripe, perto do porto, e do Lagamar, em solos de mangue, não despertou de imediato uma eventual especulação imobiliária e conflitos por terra¹⁴⁵. As elites e as autoridades de Fortaleza reconheciam o problema, denunciavam as mazelas e "incivilidades" que ali aconteciam, viam com enorme preconceito e desprezo aquela população pobre, mas, efetivamente, pouco agiam, pois tudo se passava "longe" das áreas nobres onde residiam os segmentos ricos e médios, ainda que estes sofressem as consequências daquele dantesco quadro social, a exemplo do crescimento da violência e do "enfeimento" da cidade com casebres, mendigos e ambulantes.

A concentração maior da população pobre pelas periferias da cidade e a própria expansão do Centro e de novos bairros agravariam o problema de moradia, limpeza, saúde e transporte da cidade como um todo, visto que a demanda era maior que as possibilidades de atendimento e não raras vezes os poderes públicos priorizavam as áreas "nobres", em virtude da maior pressão dos setores abastados. Nos jornais da época eram constantes as reclamações sobre a falta/precariedade daqueles serviços¹⁴⁶.

Nos anos 1930, já se notava em Fortaleza o problema da especulação imobiliária. Figuras endinheiradas, algumas vindas de Recife, com capital acumulado através do comércio ou de profissões liberais, começaram a se apropriar de terrenos na periferia de Fortaleza e iniciaram um lento processo de valorização desses espaços no mercado imobiliário, dificultando o acesso da população desprovida de dinheiro. A especulação imobiliária acentuava, ainda mais, a segregação espacial e social que a cidade vivia¹⁴⁷.

6.5 FORTALEZA NO ESTADO NOVO

Com a implantação do Estado Novo (1937-45) e a consolidação do modelo administrativo centralizador que vinha desde a "Revolução de 1930", Fortaleza continuou sofrendo mudanças, pelas quais se percebia, claramente, os ideários de "ordem e

145 SANTIAGO, Pádua. Op. cit., p. 128.

146 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 58 e 59.

147 ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos Labirintos da Cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007, p. 83.

progresso" defendidos, nacionalmente, pela ditadura getulista. As intervenções urbanas feitas pelos poderes públicos objetivavam a "modernidade e civilidade" e, a todo custo, buscavam esconder os antagonismos sociais e de classe que se evidenciavam no próprio espaço urbano e na atuação dos governantes ("áreas nobres" priorizadas e pobres esquecidas e controladas). É intenso o discurso de combate à "vagabundagem" e à "mendicância", pois necessitava-se de trabalho para que a sociedade "progredisse" naqueles tempos de incerteza do mundo.

Mascarava-se a desigualdade social e atribuíam-se os problemas urbanos aos "vícios e preguiça" dos pobres e ao constante êxodo rural, sobretudo nas épocas de seca. Cada vez mais se exaltava a racionalidade técnica, mas numa perspectiva autoritária e sem ouvir ou levar em conta os desejos da população mais pobre. Os discursos desse período sobre a cidade enfatizam a necessidade de um planejamento eficiente e de uma organização social em que "todos colaborem" na solução das carências de moradia, saúde, educação, água, luz, saneamento, e na "civilização" (entenda-se, disciplinamento) do "povo ignorante".

À época, a prefeitura não tinha em sua estrutura administrativa órgãos que elaborassem políticas públicas para minorar as mazelas sociais e problemas de saúde, moradia, educação - isso ficava a cargo de entidades beneficentes que, com subvenções da prefeitura ou doações de particulares, buscavam resolver a "questão da pobreza" de forma assistencialista e caritativa. Assim, tinha-se à época o Dispensário dos Pobres, Associação das Senhoras de Caridade, Sociedade São Vicente de Paula, Asilo de Mendicidade, dentre outros. Afora o aspecto assistencialista, a intenção era tentar controlar aquela "massa" de mendigos, crianças abandonadas, loucos, e retirá-los das ruas e praças, para que não travassem o "progresso", tampouco entrassem em contradição com a imagem de "modernidade" que as autoridades buscavam difundir. Assim:

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) colabora com a Prefeitura Municipal no sentido da disciplina e da estética da cidade, promovendo uma campanha contra a mendicância. (...) Daí a erradicação dos mendigos dos logradouros públicos e a recomendação de internamentos em associações caritativas. A Prefeitura, com o Decreto-lei nº 12, de 17.04.1940, institucionaliza através de subvenções as entidades que participam da administração da pobreza urbana, com os serviços de assistência sanitária, o

*amparo à maternidade, à proteção, à saúde da criança, à assistência aos enfermos, à assistência aos necessitados e desvalidos, assistência aos inválidos e à velhice, o amparo à criança e à juventude em estado de abandono (...).*¹⁴⁸

A prefeitura continuava, nos anos 1940, dando imensa atenção ao aformoseamento da cidade, pavimentando mais vias com paralelepípedos, reformando praças, arborizando logradouros. Dentre os problemas mais graves estavam as doenças¹⁴⁹ e a falta de hospitais – o prédio sede da chamada Assistência Municipal (atualmente Instituto José Frota) seria inaugurado em 1940, visando o atendimento médico popular de emergência (antes, havia o Serviço de Pronto Socorro, inaugurado em 1932 na Santa Casa de Misericórdia e transferido, em 1936, para o Hospital da Polícia Militar¹⁵⁰). A cidade apresentava enormes deficiências na educação. Em 1943, contava com apenas 43 escolas subvencionadas pela prefeitura e distribuídas pelos bairros pobres. A propaganda oficial, no entanto, dava grande destaque à "Cidade da Criança", localizada no Parque da Liberdade e voltada para a educação infantil com "*a mais moderna orientação pedagógica e avançados equipamentos em sala de aula e recreação*"¹⁵¹. O público alcançado, porém, era ínfimo.

A ditadura getulista valorizava o esporte, especialmente o futebol, não só como maneira de aprimorar o físico e ter boa saúde, mas como ideário cívico e conagração de classes. Na intenção de fortalecer a identidade nacional, o governo exaltava que "ser brasileiro era gostar de futebol", sem maiores questionamentos. Getúlio viu no futebol uma estratégia para se aproximar das "massas", ofertando distrações e lazer à crescente população urbana, aliviando as tensões sociais e buscando legitimar-se no governo (afinal, chegara ao poder num golpe em 1930).

148 SOUZA, Simone e outros. Fortaleza: a gestão da cidade. Fortaleza: UFC/NUDOC/Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.63.

149 Sobre os óbitos registrados em Fortaleza entre 1939/41, Erick Araújo informa-nos que o número mais expressivo está entre as causas de doenças do aparelho digestivo [o que sugere uma situação alimentar de baixíssima qualidade], que surge em primeiro lugar com 4.536 óbitos, num percentual de 34,97%. Em segundo lugar, vem o grupo de causas de doenças infecciosas e parasitárias com 3.309 óbitos correspondendo a um percentual de 25,51%. ?Neste segundo grupo se destacam a tuberculose, com 1.539 óbitos; a gripe, com 490 óbitos e a disenteria com 223 óbitos. In ARAÚJO, Erick Assis de. Op. cit., p.106.

150 Vide comentários de Raimundo Girão em MENESES, Antônio Bezerra. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, 2ª Ed., p. 209.

151 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 62.

No ano de 1941, inaugurou-se o Estádio Presidente Vargas (rebatizado após a queda do ditador, em 1945, como Estádio Municipal e, novamente, chamado de PV com o retorno do “Pai dos Pobres” ao poder nos anos 1950), com instalações “super modernas” para a época, verdadeiro orgulho da cidade de Fortaleza. O PV era murado, tinha arquibancadas de madeira, iluminação noturna, uma cerca (também de madeira) separando o campo das torcidas e – a grande maravilha – um gramado¹⁵²! O PV era, também, um espaço para os desfiles comemorativos das festas cívicas da cidade.

O trânsito continuava a ser um problema, pela limitada malha de circulação da cidade, pela sempre insuficiente e precária pavimentação das ruas, pela desorganização do fluxo e pelos acidentes que provocava (abalroamentos e atropelamentos). Se, no ano de 1929, Fortaleza apresentava pouco mais de seiscentos veículos (automóveis, ônibus, motocicletas, caminhões, bondes) em 1944, aquele número era de aproximadamente 1.287 veículos, um aumento substancial, levando-se em conta que no intervalo da Segunda Guerra Mundial (1939-45), a entrada de automóveis no Brasil sofreu uma redução, devido, sobretudo, ao racionamento de combustíveis¹⁵³.

152 Antes, os jogos “oficiais” de futebol eram disputados no Campo do Prado (Estádium Sport Cearense), inaugurado em 1912 e situado onde hoje se encontra o Instituto Federal de Educação, antigo Cefet/Escola Técnica. No Prado, igualmente, faziam-se corridas de cavalo – havia uma pista de equitação circundando-o. Daí imagine-se as condições dos jogos. Não existiam gramas, mas sim barro batido. Antes das partidas, comumente aguava-se o campo para diminuir a poeira e não incomodar atletas e assistência. O Prado era cercado por estacas de madeira e arame farpado, bastante vulnerável às investidas e penetração de quem não desejasse pagar ingresso (embora nos primórdios não fossem estes cobrados), de modo que ninguém fora dessa cerca protetora poderia assistir as pelepas, salvo os que subissem em árvores ou tivessem boa visão... Após essa cerca protetora maior, havia outra cerca, pequena, de madeira, rodeando o campo propriamente dito. Em 1939, foi inaugurado os refletores do Campo do Prado para jogos noturnos. Em 1973, durante a Ditadura Militar, foi inaugurado o Estádio Plácido Castelo (o Castelão), no antigo bairro de Mata Galinhas, após muita polêmica sobre a localização daquela praça esportiva e se valeria a pena um investimento tão vultoso diante de outras necessidades da cidade. Vide AZEVEDO, Nirez de. **História do Campeonato Cearense de Futebol**. Fortaleza: Equatorial Produções, 2002. SAMPAIO, Alfredo. **Futebol Cearense: retalhos Históricos**. Fortaleza: Imprece, 2007. SOARES, Mário Elízio Aguiar. **Estádio Plácido Aderaldo Castelo (Castelão)**. Fortaleza: ABC Editora, 2007. PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do Passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-45)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

153 SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p.30.

6.6 VIGIAR E PUNIR

Durante o Estado Novo (1937-45), os poderes públicos preocuparam-se, mais ainda, em inibir "costumes desordeiros" e normatizar o comportamento das camadas populares. Habitando o "areal frouxo" da periferia, sem moradia digna, saneamento, transporte, saúde, "as massas" mantinham tensas relações entre si mesmas e com os setores abastados e poderes constituídos.

Os jornais do período enfatizavam, com insistência, a necessidade de uma "eficaz e eficiente" intervenção da polícia para combater as práticas "inadequadas" da "população". Eram comuns matérias pedindo a ação policial para tirar das praças, especialmente da Praça do Ferreira, os "vagabundos" que por lá perambulavam – na lógica da ditadura getulista, os "desocupados" deveriam ser reprimidos, afinal, era necessário um cidadão/trabalhador "ordeiro e cumpridor de seus deveres" para o "bem do Brasil". Providências semelhantes eram pedidas contra os mendigos e os "moleques" que jogavam bola no meio da rua ou que tomavam cachaça e faziam "barulho" nos forrós, nas rodas de samba ou nas torcidas de futebol. Também, eram recorrentes as reclamações na imprensa contra os ambulantes, pois estes "obstruíam as passagens, sujavam as ruas e perturbavam o ambiente com suas gritarias". Esse comércio popular, na verdade, era fruto das graves contradições sociais, mas os segmentos mais abastados não estavam muito preocupados com isso, uma vez que apenas desejavam "sua cidade higiênica, civilizada e vistosa", apelando para um discurso estritamente punitivo. Importava que os "ambulantes" sumissem da vista dos transeuntes, sendo irrelevante o destino deles.

A polícia, constantemente, fazia "batidas" nas festas e clubes dos bairros populares, bem como nas "pensões alegres" (prostíbulos) situadas no Centro, em casarões, cujos antigos proprietários haviam se deslocado para Jacarecanga, Benfica e Aldeota. No térreo, funcionavam geralmente estabelecimentos comerciais durante o dia e, nos altos, os cabarés. Estes ofereciam festas dançantes, bebidas, músicas, e, óbvio, encontros amorosos. Tais pensões eram frequentadas por pessoas dos mais diferentes estratos sociais, maridos que ali "revelavam suas infidelidades conjugais" e as "carências matrimoniais". Em não poucas vezes, homens "bem casados" arranjavam amantes e ficavam "reféns" destas, pela afetividade ou porque contavam "às mulheres da

vida" seus segredos e deslizes. Os policiais, constantemente, extorquiam as cafetinas para deixar funcionar os prostíbulos.

Nessas "pensões alegres" comumente se encontravam mulheres de "melhor nível e aparência". As mulheres mais "feias, pobres e decadentes" eram vistas em algumas ruas do Centro e, sobretudo, no Arraial Moura Brasil. Prostitutas eram presas e agredidas pelos policiais, para que saíssem das "ruas nobres e familiares". Ou seja, as "mulheres da noite" poderiam até "vender seus corpos", mas de forma contida e discreta, no "silêncio" de seus recantos e pensões, para não afrontar a "ordem, a moral e os bons costumes".

Na preocupação com a conduta moral, havia a condenação dos jogos de azar e do jogo do bicho. Fazer apostas no jogo do bicho como cambista era uma opção para muitos chefes de família, numa cidade marcada pela pobreza, desemprego e subemprego. Para as elites e autoridades, porém, isso não era condizente com a imagem de um trabalho "cívico, produtivo e dignificador". Assim, aconteciam várias campanhas de repressão a essas práticas, que, porém, continuavam, pelo costume popular de fazer a "fezinha" – uma chance de ascensão social numa sociedade excludente e que oferecia poucas possibilidades aos mais pobres – e por corrupção/descaso de policiais, delegados e autoridades. Normalmente, as campanhas aconteciam quando as práticas do jogo do bicho ultrapassavam certos limites, ficando muito visível a ponto de a imprensa e a Igreja insistirem nas denúncias – na maior parte do tempo, contudo, havia uma tolerância com o jogo.

A cidade apresentava problemas como o alto custo de vida (especialmente no tocante à alimentação e aos aluguéis, que consumiam boa parte dos salários dos trabalhadores); o trânsito desorganizado e provocava vítimas; e a questão do abastecimento de água, não raras vezes era transportada em barris no lombo de animais, carroças ou na cabeça dos habitantes. Poços d'água eram construídos nos quintais das casas, perto de fossas, levando a contaminações e proliferação de doenças. Jornais falavam da ação de "gatunos" assaltando residências ou transeuntes, e, vez por outra, dos "excessos" da polícia contra pobres e não brancos. Denúncias, também, davam conta dos recursos de terror usados por guardas e delegados para amedrontar as pessoas que porventura os denunciasse à Justiça. Não por acaso, muitos populares tinham medo da polícia.

Os lazeres, divertimentos e as crenças populares eram tidos como "amorais" e alvos da vigilância do Estado, a exemplo do carnaval de rua – os blocos deveriam ter licença do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). A tradicional festa popular da cidade cada vez mais entrava em decadência. Para os poderes dominantes, o carnaval era, exatamente, o oposto da "ordem" tão desejada, deveria ser reprimida e controlada. A falta de assistência médica e de dinheiro levavam os pobres a recorrerem a remédios caseiros e lideranças espirituais (reza-deiras, benzedeiros, pais de santos) frutos de tradições e cultos africanos e indígenas, tidos como "crendices, superstições, coisas do diabo, embustes de espertalhões" pelos setores abastados. Na defesa da "boa moral e dos valores cristãos" jornalistas adentravam nos bairros populares para fazerem matérias sensacionalistas acerca da prática da "macumba", passando informações às autoridades, jornais traziam fotografias dos "flagrantes", expondo as pessoas nas páginas policiais com comentários pejorativos. A Polícia, constantemente, invadia os terreiros de candomblé e prendia os adeptos das crenças afro-brasileiras.

Os segmentos populares, por sua vez, usavam de táticas para tentar "suavizar" e escapar ao controle do Estado e das elites. Alguns populares "colaboravam" com as autoridades em busca de benefícios no "jogo da sobrevivência" (por exemplo: virar informante da polícia para ter prestígio ou proteção na comunidade). Outros, "negociavam" com o regime, para obter algo que desejassem (por exemplo: mulheres que se apresentavam como "cidadãs pobres, honestas e trabalhadoras" às autoridades para continuarem lavando roupas em um açude, cujo proprietário proibira a atividade); havia ainda populares, contudo, que tinham consciência dos direitos que o próprio Estado autoritário lhes dava – e exigiam seu cumprimento (por exemplo: operários que denunciavam os patrões aos órgãos governamentais pelo não cumprimento das leis trabalhistas, fato muito comum pela oposição do patronato às leis de proteção social de Vargas)¹⁵⁴.

154 Uma interessante análise do cotidiano, estratégias de dominação do Estado e táticas de resistências populares durante o período getulista é feita em ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos Labirintos da Cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

6.7 A BASE NORTE-AMERICANA EM FORTALEZA

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em 1942, os Estados Unidos fizeram acordos com o governo Vargas para instalarem bases militares em Belém, Natal, Recife, Fernando de Noronha e Fortaleza. No início de 1943, os estadunidenses iniciaram a construção de sua base na capital cearense. Na então distante área, onde, hoje, se encontra o Bairro do Pici, estabeleceram o seu Posto de Comando, erguendo um aeroporto no Alto da Balança, conhecido como Cocorote, denominação que vem da expressão inglesa *The Coco Route* (a "rota do rio Cocó"). Era grande o número de pousos e de decolagens de aviões e dirigíveis (*blimps*) planavam nos céus da capital cearense, patrulhando o litoral contra submarinos alemães. Segundo estatística da época, cinquenta mil soldados e técnicos norte-americanos teriam transitado pela capital do Ceará – a base seria desativada, apenas, em 1946¹⁵⁵.

A presença dos norte-americanos teve impacto na cidade, despertando a curiosidade da população e influenciando os costumes locais. Na realidade, desde os anos 1920, a *Belle Époque* (influência cultural europeia) estava em decadência, perdendo espaço para o *american way of life*, processo que se intensificaria a partir dos anos 1940. Para essa influência cultural, afora os aspectos econômicos e políticos da potência que surgia na América do Norte, existiram outros fatores, a exemplo do cinema hollywoodiano, da música americana (mais difundida com a popularização do rádio, até então um objeto de luxo restrito a poucos), da publicidade, livros e revistas que repassavam valores estadunidenses.

155 Ao que consta, a denominação Pici é anterior à presença norte-americana em Fortaleza, e não o contrário, como comumente se pensa. No Posto de Comando do Pici, inclusive, iniciou-se a construção de uma pista, a qual, porém, ficou inconclusa, em virtude das correntes aéreas que dificultavam as decolagens/aterrissagens. Na área do Cocorote, antes do aeroporto dos norte-americanos, existia um pequeno aeródromo (o chamado Campo de Aviação do Alto da Balança). Anos mais tarde, em 1961, ali seria inaugurado o Aeroporto Pinto Martins (ampliado em 1963 e cujo nome homenageava o piloto cearense que realizou o primeiro raide Nova Iorque-Rio de Janeiro em 1922). Vale lembrar que, em 1929, entrara oficialmente em atividade o Hidroporto da Barra do Ceará, embora haja registros de aeronaves utilizando o local anos antes. Ligando o Centro de Fortaleza ao Hidroporto da Barra, fora construída a chamada Estrada do Urubu (hoje, Avenida Francisco Sá). A Praia de Iracema, também, chegou a ser usada, nessa época, como "pista de pouso" (ali, em 1927, teria pousado pela primeira vez um avião na cidade). Vide MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **Aerportos de Fortaleza: usos e significados contemporâneos.** Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFC, 2006. OLIVEIRA, Augusto. LAVÔR, Ivonildo. **A História da Aviação no Ceará.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

O cinema teve um dos papéis mais destacados na difusão do *american way of life*. Os "astros e estrelas" de *Hollywood* passaram a ser concebidos quase como verdadeiros "deuses" de uma nova mitologia, transmitindo ao povo brasileiro e cearense os valores norte-americanos e novos hábitos de comportamento, fosse no modo de se vestir, cortar cabelos, comer, beber, fosse até no relacionamento entre as pessoas. Os Estados Unidos eram mostrados nas telas do cinema como uma nação "moderna, democrática e civilizada". Isso chamava a atenção dos brasileiros, especialmente dos segmentos abastados. Assim, o crescente processo de influência norte-americana, vale salientar, deve ser, também, associado à tradicional e crescente aspiração das elites cearenses à "modernidade". Ou seja, adotar modelos culturais estrangeiros ou incorporá-los às práticas culturais locais era (e é!) uma maneira das classes dominantes ostentarem "progresso e civilidade"¹⁵⁶.

Com tantos soldados servindo em bases do Nordeste e ante a tensão e medo provocados pela guerra, o governo dos Estados Unidos achou por bem criar os "clubes do USO" (*United Service Organization*), espaços de lazer e diversão. Na capital cearense os estadunidenses alugaram, para esse fim, um grande e elegante sobrado na Praia de Iracema, Vila Morena (Estoril). Após os exaustivos exercícios diários na base do Pici e no Cocorote, os soldados divertiam-se no USO, jogando *rugby* e *hand-ball*, ouvindo o *hit-parede* da semana (vinil com as músicas mais tocadas nos EUA), participando de festas, shows, danças de salão ou recebendo visitas de artistas famosos dos "filmes de Hollywood".

Visando estabelecer um bom relacionamento com a população local, a direção do USO emitia convites às "boas famílias" de Fortaleza para, ali, participarem das promoções. Os jovens

156 Percebiam-se já à época, no Ceará mudanças de comportamento por influência norte-americana, a exemplo do hábito de usar silaque, uma blusa de tecido leve, própria para o clima quente (até então predominavam os paletós de linho irlandês ou de casemira inglesa), do aumento do interesse pela língua inglesa (surgiram vários cursos de aprendizado dessa língua em Fortaleza), da substituição do vidro por objetos de plástico (copos, pratos) e o do uso de canetas esferográficas, no lugar das antigas canetas-tinteiro. Um outro exemplo das mudanças de costumes foi a diminuição do preconceito das elites para a popular cachaça, vista como "bebida de desclassificados" e cuja venda era proibida pela polícia nas bodegas após as 18 horas e nos dias de carnaval. Os rapazes americanos, porém, quando iam ao Centro de Fortaleza, especialmente aos cafés da Praça do Ferreira, atrás de "bebida forte", ao não encontrarem uísque, bebiam a cachaça, misturada com Coca-cola. As elites locais logo aderiram à moda, bebendo aberta e "socialmente" cachaça com Coca-cola, não por acaso um dos produtos símbolos do capitalismo e vindo da pátria "civilizada dos valorosos combatentes da liberdade". Vide HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. AZEVEDO, Stênio. NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: ABC, 1998. GIRÃO, Blanchard. **A Invasão dos Cabelos Dourados**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

estadunidenses provocavam paixões entre as cearenses. Várias delas não desperdiçavam aqueles convites, indo à Vila Morena divertirem-se – algumas chegavam a paquerar, a namorar e a manter “outras intimidades” (relações sexuais) com os “gringos”. O fato dessas moças “avançadinhas” consumirem, em companhia dos paqueras, o refrigerante Coca-cola, um dos grandes símbolos norte-americanos e até então, aqui, apenas visto nas fitas de cinema *made in Hollywood*, chamava a atenção. Alguns rapazes cearenses, “despeitados” com a “concorrência amorosa”, passaram então a chamar aquelas meninas de “Coca-colas”, no sentido de serem mulheres vulgares, sem caráter, interesseiras, as quais os americanos “usavam, consumiam e jogavam fora”.

Na realidade, a sociedade conservadora da época, a mesma que aceitava as inovações técnico-científicas da “modernidade”, reagia às mudanças de costumes e comportamentos. Não perdoava as jovens (na faixa dos vinte anos) “avançadas”, bem vestidas, com decotes provocadores e muita pintura no rosto, que saíam de casa sozinhas, entravam abraçadas nos cinemas e sorveterias (pelos costumes da época, eram vedadas maiores aproximações físicas entre enamorados), circulavam sozinhas com os paqueras (uma garota, conforme a “boa conduta”, só saía com o namorado se outra pessoa estivesse junta!), namoravam à noite na praia (pela tradição, o namoro deveria ser na casa da namorada, sob o olhar dos pais da garota!), buscavam o prazer no sexo (devia-se namorar para casar, e relações sexuais, apenas depois do matrimônio!), encontravam-se com aqueles “estranhos americanos” (afinal, quem eram eles? Quais suas famílias? Eram pessoas íntegras?). Em outras palavras, as “Coca-colas” rompiam com os padrões reinantes de submissão feminina – a mulher “frágil, inferior, virgem, restrita à maternidade e ao espaço doméstico” e cuja “reputação deveria estar acima de qualquer suspeita”.

Condenadas pelo conservadorismo da época, especialmente pela Igreja Católica, que fazia verdadeira cruzada contra as “mulheres modernas” e as “más influências estrangeiras”, as “Coca-colas” tiveram que enfrentar, por anos, forte preconceito, mesmo pertencendo às camadas alta e média da sociedade fortalezense¹⁵⁷.

157 Sobre a presença/influência norte-americana em Fortaleza, na Segunda Guerra, e uma análise sobre as “Coca-colas”, vide SILVA, Jane D. Semeão e. **Mulheres de Fortaleza nos Anos de 1940**: uma vivência da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2000. Vide também, SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo**: Fortaleza no tempo da Segunda Guerra Mundial. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

6.8 COTIDIANO DE GUERRA

O dia a dia dos fortalezenses modificara-se desde a eclosão do conflito mundial em 1939, sofrendo mais mudanças com a entrada do Brasil na Guerra.

Houve racionamento de comida, combustível e energia, formavam-se grandes filas para adquirir produtos básicos. Por medida de economia, restringiu-se e depois se proibiu a circulação de carros particulares, os quais na falta de gasolina, usavam gásogênio, um gás obtido através da queima de carvão, num equipamento acoplado à traseira dos veículos. Temiam-se ataques germânicos. Foram realizados exercícios de "defesa passiva anti-aérea", nos quais se desligava a precária iluminação pública, de modo que a cidade ficasse às escuras, à noite, para não virar alvo dos inimigos. Os moradores deveriam tomar seus próprios cuidados nas residências, colocando abajures em volta das lâmpadas e panos ou papelões pretos nas portas e janelas de vidro, para não revelar uma réstia de luz sequer! Decretou-se toque de recolher às 22 horas. Patrulhas do Exército vasculhavam as ruas da cidade e foi criada a figura do inspetor de quarteirão, um morador da quadra que deveria vigiar o comportamento das demais famílias.

Suspeitava-se da existência de espionagem nazista ("espiões quinta-coluna", como se dizia) no Nordeste, mantendo-se sob vigilância qualquer antigo membro da Ação Integralista Brasileira ou "germanófilos" e descendentes. Vários deles chegaram a ser detidos. As pessoas tinham medo de ataques por parte dos navios e aviões alemães ou de serem denunciadas caluniosamente como "espiãs" e acabarem presas.

Em 18 de agosto de 1942, perante uma nova onda de torpedeamentos de navios brasileiros, realizou-se, na capital cearense, uma grande passeata liderada pelos acadêmicos da faculdade de Direito. Tal passeata, feita aos gritos de "Morra Hitler e seus asseclas", acabou provocando o incidente que ficou conhecido como Quebra-Quebra, no qual "populares" enfurecido depredaram e saquearam vários estabelecimentos e residências pertencentes a alemães, italianos, japoneses e simpatizantes do Eixo, como as Lojas Pernambucanas, a Casa Veneza, a camisaria O Aluard, o Consulado da Alemanha, o Jardim Japonês (da família Fujita, que vivia de cultivar flores)¹⁵⁸.

158 FREIRE, Carlos Renato Araújo. **A Trama Fotográfica do Quebra-Quebra de 1942**. In: http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2008_pdf/Carlos%20Renato%20Ara%FAjo%20Freire.pdf

Em novembro do mesmo ano instalava-se a secção local da Liga de Defesa Nacional, que, em campanha junto aos cearenses, articulou a arrecadação de ferro, alumínio e outros metais para a construção de artefatos de guerra (capacetes, armamentos, navios). A campanha trouxe o "espírito de guerra" à população, fazendo surgir, assim, na capital e em outras cidades, verdadeiras "pirâmides" de ferro. Na inauguração delas, comumente, acontecia sempre uma solenidade simples onde oradores exaltavam os Aliados e atacavam, incisivamente, os países do Eixo – em represália, os simpatizantes do nazismo jogavam penicos nas "pirâmides", no intuito de desmoralizá-las. O jornalista Jáder de Carvalho, por haver pronunciado na instalação da "pirâmide de Stalingrado" um discurso tido como ofensivo às autoridades constituídas – elogiou o comunismo e defendeu a libertação de Luis Carlos Prestes, então preso pela ditadura estadonovista –, foi processado e condenado a cinco anos de reclusão.

Os jornais locais davam atenção ao confronto. A PRE-9 Ceará Rádio Clube (a única do estado) mantinha um programa ao meio-dia dedicado, especialmente, aos "pracinhas", isto é, aos soldados brasileiros enviados para lutar na Europa. Em 1943, os acadêmicos de Direito, motivados com os Aliados, dois anos antes de se encerrar o conflito, ergueram o obelisco da Praça Clóvis Beviláqua (Praça da Faculdade de Direito), em comemoração à (futura) vitória contra Adolf Hitler. Os triunfos aliados eram euforicamente, recebidos pela população¹⁵⁹.

Outro fato que modificou o cotidiano da cidade foi o recrutamento dos chamados "soldados da borracha" – sertanejos e populares que foram atraídos por uma fabulosa propaganda do governo, na intenção de extrair látex na Amazônia, como "esforço para ajudar a Pátria a ganhar a Guerra" (Os EUA estavam sofrendo com a falta de borracha); mediante à promessa de fazer "fortuna fácil". Tal propaganda deu-se no contexto da seca de 1942, que mais uma vez levou milhares de sertanejos migrarem para Fortaleza em busca de auxílio, elevando a tensão social. Os "recrutas" após um medíocre exame médico, eram alojados para esperar os trens, caminhões e navios que os levariam para o Norte brasileiro. Vários deles ficavam nas "hospedarias modelos", como a de nome "Getúlio Vargas", inaugurada em 1943, na distante área do Alagadiço (São Gerardo). Nos alojamentos, mantinham-se as "tropas" sob firme disciplina militar.

159 GIRÃO, Blanchard. **A Invasão dos Cabelos Dourados**. Fortaleza: ABC Editora, 2008. RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989. HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. GALENO, Alberto Santiago. **A Praça e o Povo**. Fortaleza: Multigraf, 2000. AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001,

Cercados de arames e vigias, os alojamentos pareciam campos de concentração. Os sertanejos chegavam a realizar exercícios físicos – na verdade, eram apenas trabalhadores, aos quais o governo buscava passar um discurso de “luta” e “esforço” nacionais, confundindo uma atividade extrativista com a guerra na Europa. Os “soldados da borracha” eram mal vistos pelos setores sociais dominantes, que os tinham como “arruaceiros, vagabundos, come-e-dorme” – por essa razão a rígida disciplina à qual eram submetidos os trabalhadores e a localização da Hospedaria Getúlio Vargas numa área longe do Centro da capital. Ao final da guerra, os soldados da Borracha foram abandonados no Norte. A “Pátria” não precisava mais deles¹⁶⁰.

Enquanto isso, cerca de 337 cearenses foram engajados nas tropas da Força Expedicionária Brasileira - FEB para lutar na Itália (aliás, vários bairros de Fortaleza, como Monte Castelo e Montese têm seus nomes em referência e homenagem aos locais de batalhas na Europa). Em geral, esses “pracinhas” provinham de famílias de classe média ou baixa, originários de vários municípios do estado. Morreram seis “pracinhas” cearenses na guerra. O fim da guerra, em maio de 1945, por sua vez, deu motivo a muitas comemorações e festejos na cidade, pela vitória dos Aliados e pelo fim do medo e das privações que a população passava¹⁶¹.

160 MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem, Vira e Volta**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002. NECES, Marcus Vinicius. **A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha**. In: Revista História Viva. Número 8, junho de 2004.

161 AZEVEDO, Stênio. NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: ABC, 1998, p. 351.

Capítulo 7

Fortaleza Metrópole

7.1 IDAS E VINDAS

Fm 1945, a ditadura do Estado Novo (iniciada em 1937) chegou ao fim, com a deposição de Vargas. O País, então, democratizou-se, passando a ter um regime político liberal, com eleições e liberdades de imprensa. Em 1964, porém, um Golpe de Estado Civil-Militar implantou um regime autoritário que perdurou até 1985.

No ano de 1945, Fortaleza apresentava cerca de 205 mil habitantes (8,6% da população do estado), sendo considerada uma cidade de porte médio em termo de Brasil, a terceira do Nordeste, atrás de Recife e Salvador. O Ceará apresentava, então, uma economia agroexportadora, baseada ainda na pecuária, algodão e comércio. A industrialização era muito incipiente, com uma importância menor na economia cearense¹⁶².



Praça do Ferreira em meados da década de 1930, em destaque, a Coluna da Hora, instalada com as reformas feitas pelo prefeito Raimundo Girão (1933-34).

162 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão da cidade**. Fortaleza: UFC/NUDOC/Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 69.

Com a democratização, intensificou-se entre os grupos políticos locais a disputa pelo controle da máquina administrativa do Estado. Não obstante, apenas em 1947, restabeleceram-se as eleições para prefeito – entre 1945-48, ainda prevaleceu o centralismo do poder, em que o gestor municipal era indicado pelo interventor de “plantão” no comando do governo estadual. Predominava, assim, a descontinuidade administrativa devido às constantes mudanças na gestão da cidade. Isso, logicamente tornava ainda mais problemática a administração de uma cidade com tantos problemas de moraria, transporte e saneamento.

Em 1947, a autonomia municipal passou a ser restabelecida. Naquele ano, ocorreram eleições diretas e a população escolheu como prefeito da cidade um político que não pertencia aos tradicionais grupos políticos locais, Acrísio Moreira da Rocha. Este, foi tachado de populista, por suas ações “incomuns” e personalistas, o que irritava os setores mais conservadores. Merece destaque que, nas referidas eleições, também foi escolhida a Câmara Municipal, cuja maior bancada foi formada por vereadores do Partido Comunista Brasileiro, que estavam abrigados no partido de Acrísio (Partido Republicano), pois em virtude da Guerra Fria, o PCB fora posto na clandestinidade. A eleição de tantos comunistas não pôde ser dissociada da simpatia popular com a União Soviética (fundamental para a derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra), da liderança nacional de Luis Carlos Prestes (tido como um mito para as esquerdas) e da postura do PCB em defender as necessidades mais urgentes da população, numa cidade cujas gigantescas contradições eram quase sempre menosprezadas pelos setores economicamente abastados¹⁶³.

As sucessivas gestões de Fortaleza, efetivamente, não conseguiram controlar a explosão que a cidade viveu a partir dos anos 1950, com o desordenamento urbano, crescimento das favelas, verticalização, especulação imobiliária, e não atendendo, satisfatoriamente, as crescentes demandas da população por serviços públicos e infraestrutura. A municipalidade sofria com o aperto financeiro, sendo comuns os atrasos do pagamento dos salários dos funcionários públicos.

163 NOCA, Francisco Wilson. **Sermões, Matracas e Alcatrão**: religiosos e comunistas na luta pelo poder (1946-50). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1996. RIBEIRO, Francisco Moreira. **A Redemocratização do Ceará de 1945 a 1947**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982. FREITAS, Mariano. **O Prefeito Acrísio e a Câmara Vermelha**. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

Na Ditadura Civil-Militar (1964-85), o município passou a contar com ajuda financeira nacional, proveniente do Fundo de Participação dos Municípios e de empréstimos externos, embora as finanças continuassem delicadas. A autonomia municipal foi mais uma vez tolhida, com a ingerência do governo da União (Executivo Federal) nas gestões dos prefeitos. O governo federal passou a concentrar mais recursos financeiros e a controlar política e administrativamente o Estado, reduzindo, sensivelmente, a autonomia de prefeitos e governadores. A política de habitação e transportes ficou sob a administração da União; várias empresas públicas foram criadas, estabelecendo-se o controle do governo estadual sobre os serviços de água, esgoto, energia, telefonia¹⁶⁴; os prefeitos das capitais e das "cidades de segurança nacional" deixaram de ser eleitos pelo voto popular, passando a ser indicados pelos chefes do executivo estadual – o Presidente da República poderia intervir em estados e municípios quando bem desejasse.

Assim, os prefeitos nomeados durante o regime autoritário apresentaram como característica a subordinação às diretrizes estabelecidas pelo poder central. O Executivo Federal planejava e instituiu as diretrizes, que a administração municipal buscava executar. Era a volta do centralismo em alto grau:

A centralização política e a concentração de recursos financeiros nas mãos do Governo Federal impunham, de cima para baixo, um novo modelo de administração, na qual a gestão técnica, surgida nos gabinetes do Planalto, passou a ser privilegiada em detrimento dos problemas reais do município. (...) A intervenção centralizadora se fazia sentir de diversas formas, a partir de planos centralizados que procuravam integrar, através de soluções padronizadas, os problemas locais dentro da ótica dos objetivos nacionais. Determinava-se também que a escolha dos novos dirigentes municipais recaísse sobre técnicos e burocratas, quase todos sem nenhuma experiência anterior na política partidária, o que aparentemente os transformava em gestores neutros¹⁶⁵.

Conclui-se que Fortaleza, mais uma vez em sua história, perdia boa parcela da autonomia. Com prefeitos nomeados e em face do autoritarismo reinante no Brasil, não havia muitos canais para a população expressar seus problemas e exigir provi-

164 Em 1971, foram criadas a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), a Companhia Elétrica do Ceará (COELCE) e a Companhia de Telecomunicações do Ceará (TELECEARA).

165 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão da cidade**. Fortaleza: UFC/NUDOC/Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.77.

dências dos poderes públicos. A Ditadura Civil-Militar de 1964, nesse sentido, foi também terrível para os municípios. Nem sempre as ações das gestões municipais eram as mais desejadas pelos cidadãos, em virtude da falta de canais de comunicação e da baixa representatividade dos governantes, sem contar os casos e decisões inusitadas/clientelistas que atendiam a interesses privados ou localizados em detrimento de propostas globais que levassem em conta as necessidades mais grassantes da capital.

Também, era grande a alternância de prefeitos, sobretudo na década de 1980, quando da crise da Ditadura, ensejando uma descontinuidade administrativa – a administração de Fortaleza chegou a servir de “moeda de troca” no jogo de interesse das oligarquias, como no caso do Acordo de Brasília¹⁶⁶. Some-se a isso o “inchaço” populacional verificado em Fortaleza nos anos 1950/60 e com a seca de 1979-84 (a maior seca do século XX), o descontrolado processo de uso e ocupação do solo urbano, os sérios problemas de infraestrutura que a cidade, efetivamente, nunca resolveu desde o início do século. Assim, estruturava-se um quadro dramático cujos efeitos os fortalezenses sentem ainda hoje.

7.2 A VOLTA DA DEMOCRACIA

Em meados dos anos 1980, a prefeitura da capital cearense vivia grave crise política, ante as constantes trocas de prefeitos¹⁶⁷, e uma estrondosa crise financeira, com dificuldades para pagar a folha do funcionalismo, o material de consumo da administração, as dívidas passadas e fazer investimentos. Como a prefeitura dependia bastante de recursos da União e o País

166 Em 1982, no contexto da crise da Ditadura Militar e das primeiras eleições diretas para governador do Estado após o Golpe de 1964, os “três coronéis” Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals, que então dominavam, politicamente, o estado, entraram em rota de atrito para saber qual deles seria eleito governador. Em março de 1982, em Brasília, César, Adauto e Virgílio assinaram o esdrúxulo Acordo de Brasília. Os três políticos decidiram que Gonzaga Mota, “um homem neutro”, seria o candidato de consenso do governo; Adauto seria o vice-governador; Virgílio concorreria ao Senado e César Cals ganharia a prefeitura de Fortaleza (entregue ao seu filho, César Cals Neto). O acordo determinava, ainda, que as secretarias e os cargos de 1º e 2º escalões deveriam ser repartidos, literalmente loteados, entre os três políticos, com 33,3% para cada um. Vide PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A Fé e a Razão na Política**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000. LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995. RORIZ JÚNIOR, Wilson. **Sim Senhor Coronel**. Fortaleza: IOCE, 1986. VIDAL, Márcia. **Imprensa e Poder**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

167 José Araújo e Albuquerque governou entre 1982 e 1983; César Cals de Oliveira, entre 1983 e 1985; José Maria de Barros Pinho, entre 1985 e 1986.

vivia, também, uma crise econômica naquele momento, Fortaleza, mais uma vez, passava por delicada situação, com problemas para obter novos empréstimos, rolar as dívidas e pagar os encargos, sob a ameaça da máquina administrativa simplesmente parar. Tinha-se um inchaço do serviço público – acusações davam conta de que a Prefeitura virava cabide de emprego para correligionários políticos, com servidores contratados por razões clientelistas, muitos dos quais “fantasmas”, ou seja, recebendo sem trabalhar. Era surpreendente a quantidade de movimentos paredistas.

O processo de centralização tributária nas mãos do Governo Federal gerou sérias distorções, ampliando ainda mais a dependência econômica do município em relação às altas instâncias do poder. As duas principais fontes de receita da Prefeitura procediam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios, dependendo do repasse do Estado e da União, que, mergulhados no caos financeiro, não cumpriam os prazos de desembolso¹⁶⁸.

Existia, ainda, naquele momento, toda uma pressão popular na defesa de melhores condições de vida, expressa num forte movimento de bairros e favelas. Não surpreende, portanto, que, quando da volta das eleições livres e diretas para prefeito nos anos 1980, no contexto do fim do Regime Autoritário Civil-Militar de 1964, a eleita tenha sido alguém que se opunha, totalmente, à lógica das gestões municipais até então exercidas, fazia tenaz oposição aos agastados grupos políticos dominantes e mantinha fortes laços com os setores mais pobres da população. No caso, falamos da eleição, em 1985, da prefeita Maria Luiza Fontenelle, a primeira mulher a assumir o executivo da cidade, no que foi apontada como uma “grande surpresa”, pois ela derrotou os dois candidatos favoritos e contrariou até pesquisas eleitorais de opinião¹⁶⁹.

Referendada pelas urnas, Maria Luiza propôs um modelo de gestão popular que desagradou profundamente determinados setores econômicos e políticos fortalezenses. A prefeita, por exemplo, criou os Conselhos Populares, estimulando a participação direta dos cidadãos, o que irritava a Câmara Municipal;

168 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 87.

169 Os favoritos eram o ex-prefeito Lúcio Alcântara (1979-82), do Partido da Frente Liberal (PFL) e Paes de Andrade, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) apontava que Maria Luiza ficaria em terceiro lugar nas eleições.

concentrou recursos na construção de casas populares, em detrimentos das grandes obras, o que enfurecia as grandes construtoras e os setores abastados, que continuavam achando que "aformosear" a cidade era sinônimo de "progresso". A suspensão do pagamento de verbas publicitárias desagradou a imprensa, que, dia a dia enfatizava os aspectos negativos da administração de Maria e relevava pontos positivos. A ocupação de terrenos privados por sem-tetos, sem que a prefeitura nada fizesse para barrá-la indignou os setores proprietários e especuladores fortalezenses. Estabeleceu-se acirrada luta ideológica¹⁷⁰.

A máquina pública municipal, desorganizada e financeiramente fragilizada, continuava a ter enormes dificuldades de honrar os compromissos pecuniários com seus fornecedores e servidores ou de prestar serviços de melhor qualidade à população. Uma maratona de greves explodiu, o lixo acumulava-se pelas ruas e a manutenção dos logradouros deixava a desejar, irritando a população. Para complicar, naquele exato momento o grupo político de empresários com origens no CIC (Centro Industrial do Ceará) estava assumindo o comando do Estado do Ceará (em 1986, Tasso Jereissati era eleito governador), com um modelo de gestão de valorização do capitalismo e, portanto, radicalmente oposto àquele defendido por Maria Luiza¹⁷¹. Os atritos eram inevitáveis. Enquanto não fora elaborada uma nova Constituição democrática (a de 1988), os recursos financeiros permaneceram concentrados nas mãos do governo federal, ocupado por José Sarney e, então, grande desafeto das esquerdas.

170 SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um Partido não Anunciado**: programa e governos do PT entre 1979. Campinas-SP: Tese de Doutorado em Economia/Unicamp, 2004. CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (coordenadora). **Transição Democrática Brasileira e Padrão Publicitário da Política**. Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 1999. CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (coordenadora). **O Ceará na Década de 1980**: atores políticos e processos sociais. Campinas-SP: Pontes; Fortaleza: Programa em Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Sob o Sino da Contramão**: a esquerda e o feminino na experiência de administração municipal. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

171 Sobre o grupo empresarial e político do CIC, vide BRUNO, Artur. FARIAS, Airton de. ANDRADE, Demétrio. **Os Pecados Capitais do Cambeba**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002. PARENTE, Francisco José Camelo. ARRUDA, José Maria. **A Era Jereissati**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. PARENTE, Francisco José Camelo. **Projetando a Hegemonia Burguesa**. In: *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 20/21, n. 1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1989/90. BANDEIRA, Robson Torres. SILVA NETA, Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso**: o mudancismo no Ceará. http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf. MARTINS, Isabela. **Os Empresários no Poder**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993. NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do Atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "Era Tasso". Fortaleza: tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2008. MUNIZ, Altamar da Costa. **Trajatórias de Vida, Espaços de Sociabilidade e Projeto Político da Burguesia "Mudancista" Cearense (1978-1986)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/ UFRJ, 2007.

E ainda havia, para as agruras de Maria, a falta de uma maior habilidade, de mais experiência de gestão e os equívocos os quais cometeu, como deixar de pensar a cidade como um todo.

Assim, do ponto de vista de “grandes obras”, a administração Maria Luíza pouco realizou. Não obstante, essa não era a preocupação da gestão, que esteve bem mais voltada para a inserção popular nas ações do governo. Buscou, por outro lado, reorganizar a máquina pública municipal, por meio do recadastramento dos servidores públicos, demitindo os que não trabalhavam. Mesmo assim, a imagem vitoriosa da Maria da campanha foi rapidamente substituída pela imagem da prefeita “incompetente”, rótulo que atingiu duramente as esquerdas por anos, inviabilizando suas pretensões eleitorais nas disputas majoritárias posteriores no Ceará. Com o agastamento das esquerdas, o grupo empresarial de Jereissati conseguiu eleger o prefeito seguinte, Ciro Gomes, em 1988. Este, com apoio do governo estadual e beneficiado com a disponibilidade de mais recursos para os municípios estabelecida pela Constituição de 1988, em pouco “recuperou” a cidade (lixo foi recolhido, taparam-se os buracos das ruas, pressionou pelo fim das greves, pôs em dia os vencimentos dos servidores, fundiu órgãos públicos), mas sem realizar mudanças significativas na estrutura urbana, que continuava contraditória, conforme se verá adiante.

7.3 EXPLOSÃO URBANA

O processo de expansão de Fortaleza e do aumento de sua população intensificou-se de forma impressionante a partir da segunda metade do século XX. A cidade, cada vez mais, consolidava-se não só como o grande centro urbano cearense, mas, também, como uma das principais metrópoles do Brasil (em 1973, foi criada, oficialmente, a Região Metropolitana de Fortaleza). Para se ter ideia dos números, em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%!); em 1970, 857 mil (aumento de 63%)¹⁷² – veja a tabela nesta página.

172 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: **Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76

Afora o crescimento vegetativo dos habitantes, a capital cearense aumentava sua população em virtude, sobretudo, das migrações rurais. A crise da agricultura cearense, a estrutura fundiária sertaneja, baseada na concentração da terra e da produção agropecuarista, e as grandes secas, a exemplo das ocorridas em 1951, 1958 e 1979-84 impulsionavam o êxodo rural.

Histórico populacional		
Censos	Pop.	%±
1872	42.458	-
1890	40.902	-3,6
1900	48.369	18,2
1910*	65.816	36,0
1920	78.536	19,3
1930*	126.666	61,3
1940	180.185	42,8
1950	270.169	49,9
1960	514.813	90,5
1970	857.980	66,6
1980	1.307.611	52,4
1991	1.767.637	35,0
2000	2.141.402	21,1
2010	2.447.409	14,2

(*) Estimativa Fonte: IBGE 2010

Sem opções de vida digna no interior, os sertanejos passaram a se deslocar para a Amazônia, o Sudeste (São Paulo, em particular), o Centro-Oeste (muitos cearenses participariam da construção de Brasília, os chamados candangos) e mesmo para Fortaleza. A opção por esta, muitas vezes, relacionava-se à sua proximidade, à ausência da garantia de emprego no Centro-Sul, à oferta de trabalho com o incremento da industrialização que o Ceará passou a viver nos anos 1960 (todas as indústrias estavam, praticamente, sediadas na cidade) e a certo fascínio que a capital exercia sobre os interioranos (afinal, é o “local mais importante” do estado, onde podia haver perspectivas que não se encontrariam no campo).

Costa (2007) lembra que:

Este crescimento aumentou a defasagem entre o tamanho da população, a oferta de emprego e as condições de infraestrutura e serviços urbanos. Nas periferias alojam-se

*estes migrantes, que se mobilizam e pressionam o poder público por trabalho, moradia e serviços públicos*¹⁷³.



Visão panorâmica de Fortaleza, com seu "traçado de xadrez" na década de 1930 a cidade cresceu de forma desordenada na segunda metade do século XX.

A capital ganhava importância não só pelo crescimento populacional, mas, também, e principalmente porque na cidade eram feitos os maiores investimentos do Estado e concentravam-se as atividades político-administrativas, econômicas e sociais – ali estavam a sede do governo, os órgãos de justiça, repartições públicas federais, os grandes estabelecimentos comerciais, indústrias, agências bancárias, o principal porto, terminais ferroviários, estradas, boas instituições de ensino (em 1955 era inaugurada a Universidade do Ceará, depois chamada de Universidade Federal do Ceará e, em 1977, a Universidade Estadual do Ceará), hospitais (o Instituto José Frota continua sendo o maior hospital público do estado), e opções de lazer. Com isso, ampliava-se a oferta de trabalho e possibilitava o aumento da classe média da cidade, que, cada vez mais, se compunha de burocratas (o estado sempre foi um grande empregador no Ceará), executivos, profissionais liberais, comerciantes.

Fortaleza prosperava, ainda, com os lucros das atividades comerciais. A capital continuava sendo o grande centro coletor

173 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). Ceará. Um Novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p.207.

da produção vinda do interior e exportada para outros estados/ exterior, por meio do porto do Mucuripe ou por ferrovias e rodovias. Por tais vias chegavam, igualmente, bens produzidos em outros estados e países e que eram distribuídos no Ceará. Entre 1950-70, os principais produtos exportados eram algodão em pluma, cera de carnaúba, óleos vegetais, couros e lagosta, importando-se produtos industrializados, máquinas, carros, tecidos, ferro, aço, carvão, chumbo, cimento, remédios.¹⁷⁴

A influência de Fortaleza fez-se sobre todo o Ceará e sobre parte de estados vizinhos. Os diversos estabelecimentos comerciais atraíam os setores abastados e populares das áreas interiores cearenses e de estados como Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Comerciantes, comumente, vinham à capital cearense em busca de produtos da indústria local e nacional para revendê-los em suas localidades de origem.

Nesse sentido, quanto mais Fortaleza crescia, mais atraía migrantes do interior cearense, que viam, na cidade, alternativas de sobrevivência e de uma "vida melhor". Bom lembrar que, a partir dos anos 1970, a taxa de crescimento populacional de Fortaleza aumentou em ritmo mais lento, e outros municípios, sobretudo, aqueles da hoje chamada Região Metropolitana (Aquiraz, Caucaia, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú e outros) começaram a receber parcela dos migrantes do interior, em virtude do elevado preço dos imóveis e aluguéis em Fortaleza, e da difícil situação da população de baixa renda, dentre outros fatores como se verá adiante¹⁷⁵.

7.4 NOVOS E VELHOS PROBLEMAS

Após o fim da Segunda Guerra (1939-45), Fortaleza passou por novas mudanças em sua estrutura urbana e na oferta de serviços. Diante da perceptível expansão desordenada da cidade, o prefeito Acrísio Moreira da Rocha (1948-51) contratou o urbanista José Otacílio de Sabóia Ribeiro, para elaborar o denominado Plano Diretor para Remodelação e Extensão de Fortaleza. Este propunha o fim da mononucleação da cidade ao indicar zonas portuárias, industriais, comerciais e residenciais na área urbana, o estabelecimento de uma hierarquia de vias a abrir

174 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 69.

175 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Op. cit., p. 78

e alargar, a preservação com avenidas nos leitos dos riachos Pajeú, Jacararecanga e Tauape, o estabelecimento de áreas de parques (demonstrando atenção à manutenção do sistema ecológico da cidade), dentre outras providências¹⁷⁶. O Plano, porém, acabou não sendo colocado em prática, por pressão dos proprietários de imóveis. Mais uma vez, interesses outros impediam que a cidade encarasse seus graves problemas de frente e tentasse resolvê-los.

Aprovado pela Câmara Municipal em 1952, juntamente com o Código de Obras da Prefeitura, não constava (do Plano de Otacílio Sabóia Ribeiro) a regulamentação relativa aos recursos que se faziam necessários para alargar algumas ruas do centro, pois ficariam a cargo de uma comissão responsável. Desse modo, o Plano foi mutilado com a aprovação do novo Código. Os recuos previstos nas ruas centrais foram rejeitados para não afetar os interesses dos proprietários da zona comercial. O argumento usado pelos defensores da preservação da área central foi a precária situação financeira do município, que impediu a concretização do projeto. (...) Edifícios como o Jangada e o Sul-América seriam atingidos, além da área dos cines São Luiz, Diogo e do próprio Hotel Excelsior que seriam destruídos. Ante a pressão da elite, o próprio Dr. Saboia Ribeiro concordou que as ruas centrais permanecessem em seu estado original. Sugeriu, porém, que o número de andares dos edifícios ficasse limitado a dois¹⁷⁷.

Outra questão que Acrísio tratou foi a dos péssimos serviços de transporte e de oferta de energia prestados pela companhia inglesa *Ceará Tramways Light and Power*. Na verdade, a expansão da cidade não era acompanhada, no mesmo nível, pelos serviços que os fortalezenses requeriam. Em ato unilateral de 1948, Acrísio rompeu o contrato com a empresa, encampando todo o patrimônio desta, ou seja, passando-o ao controle da prefeitura. Os bondes elétricos foram, então, desativados e os trilhos, retirados. O problema do transporte público deveria ser revolido com a permissão da instalação de novas linhas de ônibus. Os atos do prefeito foram, efusivamente, apoiados pela população, embora, efetivamente, o problema tenha continuado, visto que os ônibus deixavam, também, muito a desejar (mal conservados, em número reduzido, superlotados, valores altos das passagens).

176 FREIRE, Gerardo Régis de Paula (Coordenação). **Fortaleza Evolução Urbana**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza/Administração Luiz Nogueira Marques, S. D., p. 31.

177 JUCÁ, Gisafra Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-1960). São Paulo: Annablume, 2000, p. 35/36.

Por isso, ao longo das décadas, tornaram-se comuns as reclamações populares contra o sistema de ônibus, não por acaso tachados de “calhambeques”. Apesar das constantes promessas de “resolução”, os problemas persistiam, pela inoperância dos poderes públicos, da ineficiência da legislação e do péssimo serviço prestado pelas empresas de ônibus (apesar de o setor ser bastante lucrativo e acirradamente disputado pelos empresários). Dos serviços urbanos, o transporte, talvez, fosse o mais debatido pelos fortalezenses, especialmente porque era usado não só pelos pobres, mas, também, pela classe média (uma vez que apenas os setores mais abastados tinham carros, tidos como símbolo de *status* e ascensão social). Os aumentos de passagens (normalmente vinculados ao aumento dos combustíveis) provocavam enormes debates na Câmara de Vereadores e na imprensa, ocorrendo constantes reações populares, em sua maioria organizadas e dirigidas pelos estudantes do Liceu do Ceará, os quais apedrejavam ônibus¹⁷⁸.

Na tentativa de suprir a deficiência do sistema, surgiram as “autolotações,” camionetas, que passaram a servir alguns bairros, sobretudo os mais distantes e pobres, como o da Floresta (na Avenida Francisco Sá), composto por trabalhadores da Viação Cearense e operários da indústria. Algumas linhas de ônibus só funcionavam até às 20h. Filas enormes e tumultos para pegar os ônibus eram comuns nas “paradas”. Comumente, os ônibus deixavam de circular, prejudicando a população, por falta de peças de reposição ou por pressão dos empresários para forçar aumentos das passagens. Vez por outra, estouravam greves dos motoristas e trocadores, contra os baixos salários e excessiva jornada de trabalho – nos anos 1950, um motorista trabalhava 15 horas por dia, inclusive aos domingos. Para complicar, havia a falta de renovação da frota (circulavam ônibus de até 12 anos de uso!!!), o crescimento da população e a expansão da cidade, o que demandava mais lugares para serem atendidos pelas precaríssimas linhas de ônibus¹⁷⁹.

Quanto ao fornecimento de energia, foi construída na gestão do prefeito Paulo Cabral (1951-55) uma usina termoeétrica no bairro do Mucuripe (1952); e outra, no Meireles (1954)¹⁸⁰, sendo criada para gerir a produção, distribuição e transmissão da energia a Autarquia Municipal de Serviço de Luz e Força de Fortale-

178 MENEZES, Patrícia. **Fortaleza de Ônibus: quebra-quebra, lock out e liberação na construção do serviço de transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960.** Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

179 JUCÁ, Gisafra Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-60).** São Paulo: Annablume, 2000, p. 97.

180 Havia ainda a usina inaugurada, em 1911, pela *Ceará Light* no Passeio Público.

za (Serviluz), instituída em 1954 e depois, em 1964, denominada Companhia de Eletricidade de Fortaleza (Conefor). Mesmo assim, na década de 1950 e começo dos anos 1960, a problemática do abastecimento de energia continuaria grave, sendo diários os blecautes e comuns os racionamentos, o que prejudicava muito a economia local e irritava os fortalezenses. Faltavam recursos para melhorar o fornecimento de energia. Vale lembrar que problemas idênticos ocorriam em outras cidades brasileiras.

Era comum na capital cearense encontrarem-se elevadores parados, máquinas de indústrias atingidas, hospitais, escolas e residências às escuras ou usando velas ou lamparinas a querosene. As empresas maiores adquiriam geradores próprios e chegavam a repassar o excedente disponível de energia à cidade. Consumidores reclamavam dos danos a seus aparelhos domésticos. Apenas em 1965, graças a recursos federais (destacadamente da presidência de João Goulart) seria inaugurada a linha de transmissão elétrica entre Fortaleza-Usina de Paulo Afonso, melhorando o abastecimento da capital e favorecendo a indústria¹⁸¹.

Enquanto isso, a circulação dos veículos ficava mais problemática. Existiam poucas vias de comunicação entre os bairros (o que obrigava os carros a passarem pelo Centro) e quando havia, o estado de conservação era ruim. Como boa parte das atividades comerciais ainda estava centrada no Centro, com suas estreitas ruas, o fluxo de pessoas, ali, e o intenso trânsito de carros intensificava a "briga por espaços". O alargamento das principais ruas, previsto no Plano do urbanista Sabóia Ribeiro, parecia insolucionável – A avenida mais larga era a Antônio Bezerra, inaugurada em 1966, ligando a Praça Paula Pessoa (do Mercado São Sebastião) à Mister Hull¹⁸².

Em 1952, Fortaleza já teria quatro mil veículos, dos quais 195 eram ônibus das 51 linhas que ligavam o centro a bairros e distritos. Foram implantados semáforos luminosos em algumas ruas centrais (exaltados como símbolos do "progresso"), retirados os pontos de ônibus do entorno da Praça do Ferreira e proibida a circulação de veículos na Rua Guilherme Rocha. Foram abertas novas ruas e avenidas e intensificou-se a pavimentação, mas isso nunca era suficiente para as necessidades da

181 LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996. SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Entre o Fio e a Rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza**. São Paulo: Tese de Doutorado em História/PUC, 2008.

182 JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-60)**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 41

capital¹⁸³. Dessas vias abertas, uma das mais importantes ainda hoje, construída na gestão do prefeito Cordeiro Neto (1959-63), foi a Avenida Perimetral, anel que contorna a cidade, ligando vários bairros: da Barra do Ceará ao Mucuripe.

Mesmo não atendendo às demandas a contento, a prefeitura buscava criar novos órgãos e divisões administrativas mais adequados à dinâmica realidade urbana. Exemplo disso, foi a gestão do prefeito Paulo Cabral de Araujo (1951-55), que ampliou as seis secretarias da gestão anterior para 14, dando maior elasticidade à ação da máquina pública. Medida de idêntico objetivo foi a criação de subprefeituras (Parangaba, Messejana e Antônio Bezerra). Em 1954, foi iniciado o plano de asfalto da cidade pela prefeitura, o que foi saudado pela imprensa da época, como mais um sinal da "grande metrópole em que Fortaleza estava se transformando"¹⁸⁴

7.5 MAIS UMA CHANCE PERDIDA

Em 1962, na gestão do prefeito Cordeiro Neto, teve-se, também, a elaboração de um novo Plano Diretor para a cidade, de autoria do urbanista carioca Hélio Modesto. Nele, a preocupação concentrou-se no zoneamento de funções e atividades da cidade e no sistema de circulação – daí a concepção de fechar ruas ao tráfego motorizado (como já ocorrera com a Guilherme Rocha, desde 1956), e a construção de vias entre bairros e de uma via litorânea ligando a zona leste e a oeste da cidade, na intenção de desafogar o trânsito do Centro. O urbanista sugeriu a retirada de vários equipamentos "inadequados" do Centro (a exemplo da Santa Casa, da Penitenciária/Centro de Turismo, Cemitério São João Batista, Estação Ferroviária), a construção ali de um "Centro Cívico Administrativo" (que reunisse todos os edifícios do poder), a remodelação das praças, e a atenção ao entorno do riacho Pajeú, pelo potencial paisagístico da região¹⁸⁵.

183 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: A Gestão da Cidade**. Fortaleza: UFC/NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 71 e 72.

184 JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. cit., p. 40.

185 *Hélio Modesto considerava urgente a recuperação do leito do riacho e a transformação de suas adjacências em parque urbano com dimensões capazes de atender às necessidades de espaços públicos para o lazer e as manifestações políticas e culturais da população*. In FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Fortaleza: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFC, 2004, p. 60.

O Plano Diretor de Hélio Modesto, de certo modo, defendia soluções parecidas com aquelas propostas, antes, por outros urbanistas, porém, num novo contexto, visto que a cidade nos anos 1960 apresentava uma estrutura bem mais consolidada (e, portanto, difícil de ser mexida) e com problemas maiores se agravando. Não surpreende, portanto, a reação furiosa de segmentos privados (irritados com as eventuais desapropriações) e mesmo de setores políticos¹⁸⁶ contra o Plano, inviabilizando sua aplicação futura – as pranchas do Plano foram simplesmente abandonadas e depois destruídas num incêndio. Apenas algumas medidas propostas por Modesto foram efetivadas, como: a abertura da Avenida Beira-Mar (1963) e seu calçadão-parque; abertura da Avenida Aguanambi (1972); e a construção do terminal rodoviário (1973), segundo a indicação de implantá-lo nas proximidades da chegada da atual BR-116.

Na prática, a não vigência do plano significa a transferência das decisões sobre as formas de ocupação do solo para a iniciativa dos proprietários privados. Estes, de modo geral, não consideravam, nas suas negociações, qualquer possibilidade de estabelecer no centro as bases de uma reorganização espacial e paisagística que viabilizasse a superação da estrutura fundiária e a realização da função social da propriedade. Tampouco seria possível, sem a intervenção prevista para a região do Pajeú, a recuperação de seu caráter simbólico por meio da reestruturação das funções governamentais. Insenso às remodelações urgentes que o espaço urbano reclamava, o poder público municipal, refém de interesses privados, condenava o centro da cidade a, mais uma vez, atravessar, ileso, um processo de planejamento urbano que, com visão prospectiva, almejava para aquela área uma escala mais adequada à importância da capital¹⁸⁷.

186 Mas, tal como aconteceu com o Plano Saboya Ribeiro, um prefeito recém-eleito e seu secretário de Urbanismo, respectivamente, o General Murilo Borges Moreira (1963-67) e o engº Humberto Santana – conferem pouca importância ao Plano Hélio Modesto. Em uma administração municipal sem tradição no planejamento urbano, o que se verificou foi a prevalência do Código Urbano, justificado como urgente para regulamentar o zoneamento das construções e a modernização da infraestrutura viária – em especial a abertura da Avenida Beira-Mar, realizada pelo engº Amauri de Castro e Silva –, na expectativa de atender a expansão urbana e a modernização industrial. Essas medidas, entretanto, não eram suficientes para dar a coerência de conjunto almejada pelo Plano Diretor. Além disso, a esperada racionalização do meio urbano não levou, pelo menos no curto prazo, a um avanço local das técnicas de gestão e planejamento urbano. Ou seja, uma cidade desnordeada iria continuar a adiar, improvisar e domesticar as conflitantes relações socioespaciais no sentido de mitigar os fantasmas da indigência, da desordem urbana, da convulsão política. FILHO, José Almir Farias. **Hélio Modesto em Fortaleza**. Ressonância e resistibilidade do Urbanismo Moderno. In http://www.munduruku.com/docomomo/AF_José%20Almir%20Farias%20Filho.pdf, p. 5.

187 FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação, p. 67 e 68,

Em 1973, atendendo a disposição da Constituição de 1967, que criava as regiões metropolitanas, como nova forma de organização e administração municipal, foi estabelecida a Região Metropolitana de Fortaleza¹⁸⁸. Para aquela nova realidade, foi elaborado na gestão do prefeito José Walter (1967-71) e com o patrocínio do governo Federal, um novo plano de ordenamento físico-territorial, o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Fortaleza - PLANDIRF¹⁸⁹. Tal Plano tratava do zoneamento do uso e ocupação do solo e do sistema viário, serviria de instrumento básico para os prefeitos Vicente Fialho (1971-75), Evandro Ayres de Moura (1975-78), e de outras administrações seguintes. Na gestão de Fialho, por exemplo, foram iniciadas e inauguradas várias vias, como a citada Aguanambi, Leste-Oeste (Presidente Castelo Branco), Borges de Melo, Zezé Diogo e o Quarto Anel Viário (interligando os bairros de Parangaba, Boa Vista, Passaré, Castelão e Cajazeiras). Também foi expandida a Avenida Antônio Sales, facilitando o acesso ao bairro da Água Fria¹⁹⁰.

Segundo Fernandes (2004, p. 74),

O quadro metropolitano e parte das diretrizes do PLANDIRF, posteriormente revistas quando da elaboração do Plano Diretor Físico em 1975 e consolidadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1979 – que estabelece novas premissas para o desenvolvimento urbano fundadas na verticalização e descentralização – proporcionarão a dominância dos mecanismos capitalistas de produção do espaço de assentamento sob a égide do investimento estatal consorciado às forças econômicas ligadas ao capital privado. Inviabiliza-se a reestruturação do centro da cidade com base na preservação ambiental; na remodelação de espaços públicos; no estabelecimento de uma nova escala apropriada à manutenção das funções administrativas e da habitação e lazer das classes médias; na criação de oportunidades de investimento privado para a instalação

188 Originariamente, os municípios da Região Metropolitana eram Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Caucaia, Manguape e Maracanaú.

189 O PLANDIRF deu ensejo a um ardoroso debate sobre a prática urbanística, em especial sobre os métodos de elaboração de planos diretores. (...) O novo plano [foi] elaborado a distância, em um escritório de São Paulo. A equipe do PLANDIRF, em nome de critérios racionalistas, preocupava-se, tão somente, com a coleta e análise de dados, para entregar meses depois um produto acabado. (...) Critica-se, também, o PLANDIRF de ser pouco respeitoso em relação à cidade existente, já que seu método de aproximações sucessivas faz com que os problemas urbanos locais sejam submetidos às questões do desenvolvimento nacional, revelando o viés ideológico de uma política urbana que se sustenta na reorganização administrativa e na modernização burocrática do Estado. In FILHO, José Almir Farias. Op. cit., p. 11.

190 SOUZA, Simone e outros. Op. cit. p. 80.

*de novos edifícios de escritório e sedes empresariais; entre outras iniciativas em favor da permanência dos fluxos heterogêneos dos diversos estratos sociais (...).*¹⁹¹

Diante do autoritarismo reinante no País, da extrema pobreza da cidade e, por consequente, da tensão social, os poderes públicos tentavam agir na periferia, não apenas reprimindo e controlando os setores pobres, mas ofertando-lhes opções de lazer, desviando sua atenção do dia a dia, especialmente para o esporte. Ficaram famosos os Centros Sociais Urbanos, construídos nas gestões dos prefeitos Vicente Fialho e Ayres Moura, englobando programas de assistência médica, social, cursos profissionalizantes, educação primária, recreação, esporte e cultura. No período do governador Aduino Bezerra (1975-78), as condições de saneamento de algumas áreas da cidade melhoraram, com a construção do interceptor oceânico e emissário submarino; e ampliação da rede de água e esgoto. No final dos anos 1970, na gestão de Lúcio Alcântara (1979-82) foram construídos pela prefeitura de Fortaleza os Polos de Lazer, a exemplo daqueles da Barra do Ceará, do Alagadiço e da Praia do Futuro, sendo ainda urbanizada a Avenida Beira Mar e construído o Parque Ecológico do Cocó¹⁹².

7.6 LAZER

Numa cidade marcada, historicamente, por enormes desigualdades sociais, havia uma maneira distinta de se enxergar os divertimentos urbanos. Para os segmentos dominantes, suas opções de lazer eram valorizadas e destacadas como símbolos de "modernidade e bom gosto", enquanto as práticas populares eram tidas como "condenáveis" e não raras vezes alvo da normatização e disciplina por parte dos poderes públicos. A presença de pobres, quase sempre mulatos e negros, nas praias e festas públicas era malquista pelas "boas famílias", num indistigível preconceito de classe e raça. Os segmentos abastados irritavam-se e exigiam a punição ao comportamento extroverti-

191 FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza**: Estudo Crítico das Perspectivas de Renovação Urbana. Fortaleza: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFC, 2004, p. 74.

192 SOUZA, Simone e outros. Op. cit., p. 81.

do ("moleque") da população, mesmo quando o "moleque" tinha uma condição social mais privilegiada.

Nos anos 1950 e 60, os fortalezenses não tinham tantas opções de lazer. O banho de mar (e a valorização da porção litorânea) eram cada vez mais apreciados e difundidos, mesmo sob severas restrições da Igreja Católica, a qual considerava uma "imoralidade" o uso de calções e *maillots*. Os segmentos abastados valorizavam as praias Formosa, Meireles e Iracema, mesmo esta tendo boa parte de sua beleza natural destruída pelas obras do Porto do Mucuripe.

O cinema era outra atração, havendo vários nos bairros (os denominados "poeiras"), os quais, porém foram falindo diante da concorrência e do monopólio do Grupo Severiano Ribeiro. Os mais famosos cinemas eram o *Majestic* (agora transformado num cinema para os setores populares) e os luxuosos Diogo e São Luiz. Para ingressar neles, necessitava-se estar bem trajado, os homens de paletós, as mulheres com vestidos finos, luvas e chapéus – conta-se que o famoso cineasta Orson Wells, quando de sua passagem por Fortaleza, no começo dos anos 1940, foi barrado no cine Diogo, por não estar "convenientemente vestido de paletó"¹⁹³. Na famosa "Sessão das Quatro" dominigueira do Diogo, estava a "nata" da juventude da elite local¹⁹⁴. Os filmes, na maioria, de origem norte-americana, continuavam a influenciar o comportamento das pessoas e a difundir o *american way of life*. Havia constantes reclamações sobre o calor dos cinemas (dotados apenas de ventilador) e as "molecagens e mau comportamento" do público durante as sessões, com piadas, gracejos e vaias. Para tentar barrar o monopólio do Grupo Severiano Ribeiro, foi inaugurado, em 1950, o Cine Jangada, na Rua Floriano Peixoto, pertencente ao grupo Cinemar.

A cidade oferecia clubes sociais refinados, destinados às classes abastadas, como o Náutico (cuja sede na praia do Meireles, inaugurada em 1952, foi apontada pelos bairristas como um "dos mais belos e confortáveis edifícios da América do Sul"), o Ideal (o único com piscina), o Líbano Brasileiro, os Diários, dentre outros, onde ocorriam suntuosas festas, tertúlias e bailes carnavalescos com orquestras. Os clubes facilitavam a transmissão e comparti-

193 MUNIZ, Altemar da Costa. *Trajatórias de Vida, Espaços de Sociabilidade e Projeto Político da Burguesia "Mudancista" Cearense (1978-1986)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/ UFRJ, 2007, p. 41

194 GIRÃO, Blanchard. *Sessão das Quatro: cenas e atores de um tempo mais feliz*. Fortaleza: ABC Editora, 1998.

lhamento dos mesmos valores e visões de mundo entre os setores abastados e permitiam o relacionamento social entre famílias, o que não raras vezes possibilitava os namoros e casamentos dos filhos das classes alta e média. Pertencer a um clube conferia ao indivíduo “deferência e distinção”, pois eram instituições extremamente fechadas, com rigorosos critérios de associação.

O consumismo instalava-se cada vez mais. “Olhar as vitrines” tornou-se um lazer para as elites e classes médias, sempre ávidas em adquirir os novos bens, que mostravam seu poder econômico e o ingresso na “modernidade/civilidade”. Os jornais noticiavam os últimos modelos de eletrodomésticos, para ajudar a dona de casa nos afazeres domésticos. Ser feliz era consumir e ostentar... Considerava-se um *glamour* aparecer nas colunas sociais dos jornais, a ponto dos colunistas terem uma importância quase equivalente à de uma autoridade, além de uma grande influência política¹⁹⁵.

O futebol atraía multidões masculinas para o estádio Presidente Vargas, onde se disputavam animadas e competitivas partidas – não era mais comum a presença de mulheres, ao contrário das primeiras décadas do esporte no Ceará. Afora o futebol, o povo sentia-se atraído por festas religiosas e procissões. O carnaval cearense era, autoritariamente, vigiado e controlado pelas autoridades, fazendo-o minguar ainda mais. Apenas nos clubes havia bailes mominos mais animados.

Pessoas reuniam-se em “rodinhas” de cadeiras para conversar no final da tarde, mas isso ia, cada vez mais, rareando e era tachado pelas elites como “comportamento provinciano”. A Igreja Católica e demais segmentos conservadores condenavam os “namoros obscenos”, a ingestão de álcool, as revistas e livros “indecentes”. A vigilância conservadora, igualmente, atingia os concorridos programas de auditórios nas emissoras radiofônicas (em 1948, surgira a Rádio Iracema, concorrente da PRE-9). O rádio reinava como meio de comunicação e lazer, as radionovelas faziam enorme sucesso. Frequentemente, passavam na capital cearense artistas do Centro-Sul, para *shows* que atraíam multidões.

195 É o caso do colunista Eutímio Moreira, que, para lembrar ao Governador do Ceará, Flávio Marcílio, a promessa de uma concessão, no dia de seu aniversário, pagou o bolo que vinha com uma gavetinha na base, a qual aberta, continha a seguinte mensagem: “Cadê meu cartório?”. Saiu no dia seguinte e permitiu a aposentadoria do colunista das lides jornalísticas. In BRASILEIRO, Lúcio. **Até agora... Fortaleza**. Edições Demócrito Rocha. 2005, p.187.

Inspirando-se nos ídolos de *Hollywood*, os jovens das elites tinham como objeto de consumo a lambreta – esta era um elemento de diferenciação e autoafirmação daqueles rapazes, como símbolo de boa condição financeira, poder, velocidade, masculinidade, arma de sedução.

Nos anos 1950, os homens frequentavam as “pensões alegres” (cabarés), situadas no Centro de Fortaleza. Embora, ainda, houvesse famílias de classe média habitando a porção central (geralmente em casas recebidas de herança), era visível o abandono da área pelos setores dominantes e poderes públicos. O Centro deteriorava-se e, cada vez mais, prevaleciam os estabelecimentos comerciais, os quais ocupavam não raras vezes as casas desocupadas pelas elites. À noite, nos andares superiores daqueles estabelecimentos comerciais, funcionavam as “pensões alegres”. Ali se encontravam cerveja gelada, música ao vivo e “mulheres à vontade”, dançando os “ritmos da moda”: bolero; samba-canção; conga; rumba; mambo; e outros.

Muniz (2007, p.46), afirma que,

As “pensões alegres” eram casas que hospedavam moças mediante o pagamento de diárias, cobradas e recebidas na hora do almoço. A inquilina submetia-se ao “regimento interno” que prescrevia a obrigação de “fazer salão” no cabaré, dançando e fazendo companhia aos frequentes, incentivando-os a beber, principal fonte de rendimento da casa. Além disso, eram obrigadas a comparecer ao almoço e ao jantar perante a “madame”, que poderia despedi-las caso faltassem às refeições, causassem confusão por causa de ciúmes ou entrassem em discussão com outras a qualquer pretexto. Precisavam ainda comparecer semanalmente aos órgãos sanitários de controle de doenças venéreas e à Delegacia de Polícia para a atualização constante de sua ficha, onde sofriam extorsão e humilhação policial. À dona do cabaré, era obrigatório o envio de relatório semanal à Secretaria de Segurança, contendo a nomeação, o endereço, o número do quarto e, em caso de mudança, o destino tomado.

No fim da década de 1950, Cordeiro Neto, chefe de polícia e futuro prefeito de Fortaleza, proibiu a venda de bebidas alcoólicas depois das 19 horas e, posteriormente, a utilização de orquestras na área central. Abriu-se então o espaço para (prostíbulos na periferia), só acessíveis para quem tivesse automóvel, um privilégio de poucos. Nesses espaços, os homens davam vazão aos seus “instintos” masculinos, preservando a virgindade das moças “honestas”. Aprendiam a dançar, a praticar sexo e a conversar, ações

*que seriam fundamentais na conquista de futuras esposas, quase sempre recatadas meninas de família (...)*¹⁹⁶.

Na falta de "estabelecimentos adequados", a cidade apresentava verdadeiros "motéis ambulantes" – os carros de praça (táxis). Mediante uma boa gorjeta, motoristas levavam os casais à distante Praia do Futuro, ficando a seguir, "distantes", "olhando" o mar, as estrelas, enquanto os apaixonados faziam quarto do banco traseiro do carro... Outro local de "perdição" da cidade era a chamada "Esquina do Pecado", na Praça do Ferreira, onde o vento forte poderia levantar as saias das mulheres que por ali passassem, ao que o "macharal", em verdadeiro plantão, reagia com gracejos e piadas.

As ocasionais campanhas em defesa dos "bons costumes" e combate à prostituição e à malandragem levavam pânico aos mais pobres. O prefeito Cordeiro Neto instituiu o "regime da lata", ou seja, o trabalho obrigatório dos presos em obras públicas (limpeza, calçamento) – acontece que, muitos dos condenados, normalmente negros e pobres, eram vítimas de abuso das autoridades, sendo inocentes. O "regime da lata" expunha os indivíduos ao ridículo, mesmo porque nenhum deles havia sido, realmente, condenado pela Justiça. O jornalista Lustosa da Costa conta um caso folclórico

*Certa vez, a polícia recolheu os pederastas que vadiavam pelas ruas da cidade e os condenou à lata. Eles passavam, pela Praça do Ferreira, num caminhão da Polícia, rumo à tarefa que lhes era imposta. Naturalmente, levaram a maior vaia. Um dos presos, negão largo e forte como um armário, no meio das "bonecas", reagiu aos apupos, distribuindo "bananas" e explicando, com todo orgulho: "Não sou veado. Eu sou é ladrão".*¹⁹⁷

Em 1955, foi um frisson no Ceará a eleição de Emília Correia Lima como "miss Brasil", evento que então chamava a atenção do País. Para uma elite que buscava se afirmar como "civilizada e progressista", ganhar um certame de beleza nacional era um grande feito, sobretudo, quando se considera o estereótipo dos cearenses como um "povo baixinho e de cabeça chata".

Os costumes femininos modificavam-se nos anos 1950. Mulheres usavam calças e vestidos cada vez mais curtos – por isso,

196. MUNIZ, Altamar da Costa. **Trajetórias de Vida, Espaços de Sociabilidade e Projetos Políticos da Burguesia "Mudancista" Cearense** (1978-1986). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História UFRJ, 2007, p. 46.

197. JUCÁ, Gisafran Nazareno. Op. cit., p. 145.

membros da Igreja e conservadores chegavam a chamá-las de "débeis mentais". Ainda se via com reservas o trabalho feminino fora de casa – o senso comum julgava-o "incompatível com as obrigações da mulher para com o marido, o lar e os filhos." Mesmo assim, as necessidades econômicas e o desejo de emancipação levavam as mulheres a ocupar vagas em setores "adequados à sua natureza frágil", como vendedoras, secretárias, enfermeiras. Para preencher tais funções, cada vez mais estimulava-se a escolaridade feminina.

O comportamento ideal para as jovens consistia em se vestir com sobriedade, ser discreta (beber em público, por exemplo, jamais!), namorar pouco e manter-se virgem antes do casamento. As moças que desafiassem tais padrões eram tidas como "levianas" e ficavam "mal faladas". Com elas, os rapazes se divertiriam, até namorariam, mas para casar, o ideal eram as "moças de família".

O ponto de vista do homem deveria sempre prevalecer – a "boa esposa" era aquela que satisfazia o marido para vê-lo feliz. Achava-se normal que os rapazes iniciassem a vida sexual com prostitutas, para "preservar as moças de família". Da mesma forma, toleravam-se as "escapulidas" dos homens casados, não sendo motivo para o fim de um casamento.

Em meados dos anos 1950, houve os polêmicos casos dos "rabos de burro", nos quais rapazes em "carrões" atacavam e cometiam abusos sexuais contra mulheres, geralmente estudantes desacompanhadas, à noite, aproveitando-se da péssima iluminação da cidade. Tais episódios rendiam manchetes sensacionalistas nos jornais, mas nada era apurado, pois os responsáveis eram "filhos de pessoas importantes". As autoridades policiais toleravam ou nada faziam quando aqueles filhos de famílias mais abastadas, muitas vezes, bêbados ou drogados, acabavam com as festas de aniversário ao entrarem como "penetras" (afrontando e agredindo donos e convidados), trunçavam sessões de cinema, jogavam os carros luxuosos sobre os logradouros públicos, batiam e agrediam desafetos ou prostitutas nas "pensões-alegres". Ou seja, era a evidência de um poder público "duro" para com os pobres, mas tolerante aos detentores da riqueza e prestígio político¹⁹⁸.

198 Sobre o lazer em Fortaleza nos anos 1940/50/60, vide JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desportos do Estado do Ceará, 2000. PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A Cidade dos Clubes**: modernidade e *glamour* na Fortaleza de 1950-70. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005. LOPES, Marciano. **Royal Briar**: a Fortaleza dos anos 40. Fortaleza: ABC Editora, 1996.

7.7 ESPAÇO URBANO E CLASSES SOCIAIS

Como se viu ao longo deste livro, o rápido crescimento da cidade de Fortaleza realizou-se de forma desordenada, sem planejamento, com grandes disparidades sociais e, mais recentemente, sujeita a especulações imobiliárias. A própria formação/estruturação espacial da cidade evidenciou a questão da segregação e diferenciação social e de classes – ou seja, áreas ocupadas por determinadas camadas sociais e tratadas, diferentemente, pelos poderes públicos¹⁹⁹.

Os migrantes e as camadas pobres alojavam-se na cada vez maior periferia de Fortaleza, especialmente nas zonas oeste e sul, nas proximidades de ferrovias, nas estradas de acesso à cidade e nas praias. Ocorria, não raras vezes, a ocupação de dunas e das margens de riachos e lagoas, gerando complicações ambientais, com a destruição/poluição daquelas áreas, e problemas sociais, a exemplo de inundações dos casebres na época do inverno, com destruições e mortes, como acontecia, comumente, na região ribeirinha do rio Cocó, atingindo os moradores do lagamar e da Aerolândia, antigo Campo da Aviação. Na zona oeste, onde as áreas até então não se apresentavam urbanizadas e com infraestrutura, os terrenos tinham preços mais em conta para a "massa", que em não poucas oportunidades os ocupava mesmo "clandestinamente". Daí a urbanização mais espontânea e irregular, com a propagação de lotes pequenos, casas modestas e favelas, becos e ruas estreitos, tortuosos e sem saída, inexistência de espaços públicos e áreas de lazer, carência de transporte coletivo, educação, saúde, moradia, saneamento, etc. Ali eram comuns chafarizes com filas intermináveis para tirar-se água ou cacimbas nos quintais (perto de fossas e propagando doenças), montanhas de lixos, terrenos baldios, logradouros sem calçamento ou saneamento. A atenção do poder governante era mínima.

Na periferia, rareavam os supermercados. Os produtos essenciais eram oferecidos por pequenas unidades familiares de comércio, as bodegas (normalmente, o estabelecimento funcionava na frente da casa, enquanto o bodegueiro e sua família moravam na parte de trás), no sistema de "fiado", ou seja, o popular com-

199 DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. **A Dinâmica do Espaço Intraurbano de Fortaleza e a Formação de Novas Centralidades**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

prava antecipadamente, sendo anotado o valor da mercadoria em caderneta ou em papezinhos, para ser pago quando saísse o salário. As feiras livres de legumes, frutas e verduras, também, possibilitavam o abastecimento da população²⁰⁰.

Não por acaso, nessas áreas periféricas da zona oeste instalariam-se várias fábricas: têxteis; de confecções; e de beneficiamento de óleos vegetais, a exemplo do Antônio Bezerra, Parangaba e, sobretudo, na área da Avenida Francisco Sá (que na verdade, corresponde ao conjunto de favelas do Pirambu), dentro do processo de industrialização que o Ceará passou a viver a partir dos anos 1960, com o governo de Virgílio Távora (1963-66) e investimentos da SUDENE/BNB²⁰¹. A ideia dos industriais era aproveitar a disponibilidade de terrenos de preço menor e explorar a farta e barata mão de obra da zona oeste²⁰². As indústrias instaladas, por sua vez, atraíam mais pessoas humildes em busca de trabalho, as quais, em virtude dos baixos salários, desemprego e dificuldades de obter casa própria ou pagar aluguel, deslocavam-se muitas vezes para as favelas.

Processo parecido de instalação de indústrias deu-se num trecho da zona leste, no entorno do Porto do Mucuripe, pela óbvia facilidade de transporte. Não surpreende que, ali, tenham aparecido vários bairros operários e favelas, visto que o Porto e as indústrias necessitavam de muitos trabalhadores braçais. Com a construção/funcionamento do Porto do Mucuripe na década de 1930/40 e, depois, da Avenida Beira-Mar, nos anos 1960, a "zona de meretrício", até então localizada no entorno do Arraial Moura Brasil/Porto das Dragas, foi se deslocando para a área do Farol do Mucuripe (Serviluz)²⁰³, enquanto os pescadores eram "empurrados" para o alto das dunas e para a Rua

200 SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 32 e seguintes.

201 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Op. cit., p. 78.

202 Nos anos 1980 e 90, com a consolidação do I Distrito Industrial, em Maracanaú (criado em 1964), a grande maioria das indústrias do entorno da Francisco Sá deslocou-se para aquele município.

203 O chamado "velho" Farol do Mucuripe começou a ser construído em 1840, sendo concluído seis anos depois, servindo de referência para as embarcações exatamente num grande momento de intenso comércio do Ceará com a Europa, em virtude da expansão do Algodão. Funcionou por 112 anos, até ser desativado com a construção do "novo" Farol, inaugurado em 1958. Nos anos 1980, o "velho" Farol foi reformado, passando a abrigar o Museu do Jangadeiro, atual Museu do Farol. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico. Vide AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

Manuel Jesuíno, na Varjota, onde havia sido erguida, em 1945, a Vila dos Estivadores²⁰⁴.

Costa (2007, p.61) observa que,

A demanda habitacional era bem maior que a oferta subsidiada pelo poder público. A grande parte da população, sem acesso aos financiamentos, buscava alternativas. Multiplicaram-se as favelas, os loteamentos periféricos e as autoconstruções em áreas distantes e sem infraestrutura urbana, a exigir toda uma organização, mobilização dos moradores para conquistá-la. Os vazios urbanos, principalmente os terrenos públicos, praças, etc., são ocupados pela população dos Sem-Teto, que luta para permanecer nestas áreas e reivindica a construção de moradias²⁰⁵.

A formação de favelas poderia ser a única maneira dos migrantes ficarem em Fortaleza. Normalmente, logo que chegava à cidade, o migrante permanecia um pequeno período na casa de amigos ou parentes. Depois, para "evitar incômodos" e resolver a questão de onde morar, acabava se fixando numa favela ou ocupando um lote vago, erguendo casebres bem frágeis (geralmente, de taipa, com uma coberta de zinco, papelão, plástico). Se o Estado ou particulares não criassem "problemas", a ocupação avançava, atraindo outras pessoas em situação semelhante, levando à construção de casas "melhores", muitas de tijolo e cobertas de telha (conforme as posses do dono), perfuração de poços, instalação de energia elétrica, dentre outros – ao longo dos anos, as modestas casas iam sofrendo melhorias, o que lhes dava um aspecto de "constante canteiro de obras"²⁰⁶.

Ocorria, também, de as pessoas sem renda instalarem seus casebres em espaços públicos, destinados às ruas e praças, situação em que os proprietários vizinhos não podiam reclamar, pois seus lotes estavam livres. Isso, não obstante, criava sérios problemas de circulação e irritava os setores imobiliários, pela desvalorização de seus lotes provocada pela proximidade do "favelau". Os setores proprietários, não por acaso, pressionavam os poderes públicos para erradicar a favela ou usavam da violência para expulsar os "invasores", gerando tensão e conflito social²⁰⁷.

204 SILVA, José Borzachiello da. Op. cit., p. 61.

205 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: Silva Borzachiello da. Cavalcante, Tércia Correia. Dantas, Eustógio. (Organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 85.

206 SILVA, José Borzachiello da. Op. cit., p. 64 e 65.

207 Ibidem., p. 66.

Em 1953, calculava-se em 18.100 o número de habitações do Arraial Moura Brasil e do Pirambu, onde moravam, sobretudo, pescadores, operários, lavadeiras, engomadeiras e desempregados. Ali, as casas existentes estavam muitas vezes nas dunas, casabres de barro cobertos de palha, zinco ou telhas²⁰⁸. No começo dos anos 1960, acirrou-se a disputa por terras no Pirambu (que por lei municipal de 1956, passou a se chamar Nossa Senhora das Graças). Moradores denunciavam a pressão e a violência praticadas por supostos proprietários dos terrenos (os chamados "tubarões"), os quais exigiam a saída da comunidade – na verdade, era a especulação imobiliária agindo na área, visto que a maioria das pessoas moravam em terrenos pertencentes à União.

Dessa maneira, não surpreende que líderes comunitários, muitos deles ligados à Igreja Católica (especialmente ao Pe. Hélio Campos) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) se articulassem visando a desapropriação da área do Pirambu, para garantir às famílias a posse legal do seus pequenos lotes de terra. A 1º. de janeiro de 1962, foi organizado a "Marcha do Pirambu sobre Fortaleza", com cerca de trinta mil pessoas dirigindo-se ao Centro para chamarem a atenção da sociedade e das autoridades sobre os problemas dos favelados. Apesar do medo que o evento provocou entre os setores abastados da cidade, não houve nenhum confronto, tratando as elites e a Igreja de evitar qualquer "arroubo de radicalismo" – emissoras de rádio acompanharam o evento, as "boas famílias" de Fortaleza foram chamadas a se unir "naquele evento por um mundo melhor" e o próprio bispo da capital, D. Lustosa, esteve presente. A Marcha foi um sucesso – em maio de 1962, o governo Jango (João Goulart- 1961/64) baixou decreto desapropriando a área²⁰⁹.

A violência e a pressão dos proprietários e setores especuladores para remover outras favelas e comunidades tornaram-se comum ao longo das décadas:

Um dos bairros da periferia era o Coqueirinho, onde sempre havia a ameaça do despejo. Desde 1946, o Alto Alegre, situado no Mucuripe, era considerado um bairro de miséria e fome, com a população sempre explorada pelos proprietários que eram classificados como "os donos

208 JUCÁ, Gisafran Nazareno. Op. cit., p. 46.

209 SANTIAGO, Pádua. **Pirambu**: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

da miséria". (...) No Bairro do Joaquim Távora (...) havia ampla zona no areal ocupada pela população pobre. Dezenas de casas velhas localizavam-se entre a Piedade e o Bairro de São João do Tauape, onde imperava a fome e a doença. (...) Os moradores pobres das praias de Iracema, Meireles, da Volta da Jurema e do Mucuripe iam sendo pressionados a ocupar o espaço além do porto. (...) Outro reduto de pobreza era o cercado do Zé Padre, onde crianças famintas viviam sem nenhuma assistência médica, situado no bairro de Otávio Bonfim. (...) Pequenos lotes foram arrendados, para a construção de casebres, desde que o arrendamento fosse pago em dia. (...) A falta de pagamento por seis meses acarretava a perda do prédio construído. (...) No Monte Castelo, casebres foram construídos na Rampa Velha, desde 1942, e seis anos depois a Prefeitura passou a impedir sua instalação. (...) A ameaça de expulsão de trinta famílias residentes no Morro do Ouro persistia em 1951, apesar de o prefeito Paulo Cabral prometer casa própria a todos. O mesmo ocorria no Pici, quando a prefeitura reconheceu como proprietário o alemão Vischman, ameaçando 400 famílias (...). Na própria Avenida Bezerra de Menezes, havia conflito judicial sobre terrenos. Alguns casebres construídos sem autorização foram destruídos com a proteção da polícia e por pessoas contratadas pelos proprietários²¹⁰.

Ante a necessidade de construir novas vias ou por pressão dos setores abastados dos especuladores e das próprias comunidades de favelados (por melhorias), os poderes públicos passaram a intervir, urbanizando ou removendo favelas, o que ficou a cargo do Serviço Social de Fortaleza, a partir de 1972. A primeira a ser removida foi a favela do Trilho, para que fossem construídos a Estação Rodoviária e a Avenida Borges de Melo. Os moradores da favela da Avenida Estados Unidos/Virgílio Távora e Senador Machado foram transferidos para o Conjunto Alvorada, no bairro Seis Bocas. Em 1973, para a construção da Avenida Leste-Oeste, foi removida trechos do Arraial Moura Brasil, Pirambu e Vila Santo Antônio (a população acabou deslocada para o Conjunto Marechal Rondon). As remoções geravam sérios transtornos para os populares, em virtude da distância dos locais de trabalho (o que ensejava mais tempo e custo de deslocamentos) e pela falta de infraestrutura e serviços das novas áreas²¹¹.

210 JUCÁ, Gisafra Nazareno. Op. cit., p. 44, 45 e 46.

211 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: Expansão Urbana e Organização do Espaço.** In: Silva Borzachiello da. Cavalcante, Tércia Correia, Dantas, Eustógio. (Organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 85.

Jucá (2000) afirma que:

Na medida em que aumentava o índice de casebres em áreas consideradas "marginais", mais crescia a preocupação da sociedade civil no controle da ideologia alimentada segundo a qual era imprescindível afastar a pobreza dos espaços estratégicos disputados da cidade. Não se apontava o que realizar ou por quais meios o peso da miséria poderia ser avaliado; o objetivo prioritário prendia-se à manutenção da estrutura ideológica e (...) do ideal de ordem e estéticas urbanas²¹².

Algumas comunidades, no entanto, conseguiram permanecer, em virtude da aguerrida mobilização dos moradores, obtendo alguma urbanização, como no caso dos Conjuntos Santa Cecília, Santa Terezinha e Lagamar nos anos 1980. Havia uma tradição de mobilização popular na cidade – os movimentos sociais de bairros teriam emergido no final dos anos 1950, com muitas lideranças femininas e não raras vezes vinculadas ao clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a Ditadura Civil-Militar, essa mobilização, ante a repressão reinante, sofreu um refluxo, voltando a crescer novamente a partir do final dos anos 1970²¹³.

7.8 OS INCOMODADOS SE RETIRAM

A grande presença da população operária pobre, a transformação da área da Avenida Francisco Sá, na maior concentração industrial do estado, e o surgimento de favelas foram motivos para que os setores abastados que se instalaram em confortáveis e belas casas no bairro do Jacarecanga e, em menor escala, no bairro do Benfica, nos anos 1920, 1930 e 1940 elegessem outros espaços da cidade onde pudessem morar, distante daqueles "incômodos". Ainda hoje, o Jacarecanga guarda "lembranças" da sua época de *glamour*, como os grandes casarões, órgãos da administração pública e escolas, a exemplo do Liceu, que durante décadas, foi o orgulho da "boa sociedade cearense"²¹⁴.

212 JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-60). São Paulo: Annablume, 2000, p. 48.

213 SOUZA, Simone e outros. **Fortaleza: a gestão das cidades**. Fortaleza: UCF/NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.83.

214 SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 48.



Aldeota em 2001 – a partir de 1940/50, o bairro transformou-se na área mais nobre de Fortaleza.

Assim, as elites e os crescentes segmentos médios que antes já haviam deixado o Centro Histórico de Fortaleza, passaram, cada vez mais, a se dirigirem para os bairros “nobres” da zona leste da capital, como a Praia de Iracema, Meireles e, em especial a Aldeota, onde a ocupação foi mais regular, com lotes grandes, ruas largas e praças. É essa zona leste “a cidade moderna e bonita”, geralmente conhecida pelos turistas e divulgada pelos meios de comunicação e propagandas oficiais. Para boa parte das elites, Fortaleza restringe-se àquela área e adjacências, onde moram, trabalham e se divertem – as demais regiões são “longe” e ignoradas²¹⁵.

Borzachiello (1992) adverte que:

*O caráter usual de se dividir a cidade em zona leste e zona oeste não deve encobrir o fato de existirem bairros típicos de classe média na zona oeste, como a Parquelândia, São Gerardo e Parque Universitário, como também bairros proletários e favelas no interior da zona leste. Ao mesmo tempo, destacamos o fato de se estar formando com maior nitidez uma zona sul, mais autônoma em relação às demais.*²¹⁶

215 DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. **A Dinâmica do Espaço Intraurbano de Fortaleza e a Formação de Novas Centralidades**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005. p. 8.

216 SILVA, José Borzachiello da. Op. cit., p. 56.

A Aldeota tornou-se o bairro mais valorizado da cidade, assistido de forma privilegiada pelo poder público (afinal, ali é o "bairro da burguesia") e apresentando uma boa infraestrutura de serviços urbanos (embora, de início, igualmente tivessem carências²¹⁷), comércio (em 1974, era instalado o primeiro shopping center de Fortaleza, o Center Um, na Avenida Santos Dumont) e outros equipamentos. Transformou-se num novo Centro de Fortaleza, direcionado, porém, às elites econômicas. Nos anos 1970 e, sobretudo, na década seguinte, a Aldeota conheceu grande processo de verticalização, ou seja, construção de prédios com vários andares. A extrema competição pelo solo dessa parte da cidade (morar na Aldeota exercia um fascínio e virou símbolo de *status* social para os grupos em ascensão) e a busca de comodidade e segurança conduziram a mudanças no modo de morar das camadas abastadas: em vez de enormes residências ajardinadas (comuns nos anos 1950/60), passou-se a morar em apartamentos. Os antigos casarões foram sendo derubados, ante a especulação imobiliária, sendo erguidos grandes espigões para consultórios, escritórios e estacionamentos²¹⁸.

Vale salientar que nos anos 1980 e 1990, no entorno das Avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira e Barão de Studart desenvolveu-se toda uma oferta de serviços de luxo, com muitas lojas, bancos, escritórios e representações comerciais. Até os órgãos públicos passaram a ter suas sedes naquela área, como o Executivo e o Legislativo (Palácio da Abolição, de 1970 e novo Prédio da Assembleia Legislativa, de 1977, respectivamente), esvaziando o tradicional Centro de suas funções administrativas.

Com o adensamento populacional e de serviços na Aldeota e suas proximidades, e todos os seus inconvenientes (barulhos, engarrafamento, poluição), muitos dos moradores de alta renda começaram a procurar locais mais tranquilos para a sua habitação. Com a falta de planejamento e controle do poder público, os setores especulativos e imobiliários passaram a "preparar" novas áreas residenciais para aquelas camadas abastadas, que preferiam habitar amplas e luxuosas mansões. Não raras vezes, tais setores adquiriam enormes terrenos (cujo valor era bem

217 Até na Aldeota [anos 1950/60] o traçado inconveniente de algumas ruas dificultava o trânsito. A falta de água e de esgotos era constante no bairro. Os mais abastados instalavam seu próprio serviço d'água, mas não havia água nem chafarizes para os menos favorecidos que ali residiam. (...) Os estudantes reclamavam da falta de ônibus ou lotação no bairro. Também, era precária a iluminação na Avenida Barão de Studart e tornava-se difícil a aquisição de um telefone. Na Praia de Iracema também havia carência de serviços básicos. In JUCÁ, Gisafran Nazareno. Op. cit., p. 38.

218 SILVA, José Borzachiello da. Op. cit., p. 51 e 54.

menor que o dos espaços mais ocupados), esperavam a valorização, construíam belos prédios, realizavam intensa propaganda para atrair eventuais compradores, vendiam/alugavam as propriedades e obtinham lucros fabulosos.²¹⁹

Para o capital imobiliário é bem mais lucrativo criar as condições de moradia e oferta de serviços em uma nova área (fazendo surgir novos centros para a cidade), do que investir na desapropriação e recuperação de áreas antigas. Em outras palavras:

A ausência do planejamento provoca o desequilíbrio e a fragmentação do espaço urbano, deixando a expansão da cidade em poder do capital incorporador, que cria através de equipamentos urbanos o glamour e o espetáculo para atrair os turistas e o capital. Assim, vão embelezar a cidade do Leste e do Sudeste, provocando especulação em áreas mais ricas e agravando o esvaziamento das áreas centrais²²⁰.

Iniciou-se e intensificou-se, assim, a ocupação dos bairros do Cocó, Dunas, Papicu, Água Fria, Edson Queiroz, Parque Manibura, Cambeba e Alagadiço Novo, na zona sudeste da cidade, onde havia grande quantidade de terrenos disponíveis e destinados, anteriormente, ao uso rural. Ali estavam, agora, habitando os segmentos abastados, então, os setores público²²¹ e privado iniciaram a estruturação da região, elaborando planos, ofertando serviços, construindo grandes obras, vias e equipamentos urbanos (a exemplo da Universidade de Fortaleza, Shopping Iguatemi, Avenida Washington Soares). Durante o primeiro governo Tasso Jereissati (1987-90), a transferência da sede do governo estadual deu mais ênfase à valorização dessa zona que, nesse começo de século XXI, se transformou num dos eixos mais dinâmicos da cidade²²².

Nos anos 1970, os setores médios com rendimentos que não permitiam adquirir os cada vez mais caros e disputados imóveis na Aldeota, foram ocupando áreas ao redor desta, com menor infraestrutura, fazendo surgir e ampliar bairros como: Joaquim Távora; Fátima; Varjota; Papicu; Praia do Futuro. Não raras ve-

219 Ibidem. p. 54. DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. Op. cit., p. 14.

220 BERNAL, Cleide. **Centro de Fortaleza**: Reabilitação Urbana para quem? In <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/Article/109>, p. 2.

221 Autores mencionam a estreita relação entre os interesses especulativos de ricas famílias cearenses, proprietárias de terras localizados a leste e sudeste, e a política de investimentos públicos, infraestruturais, em Fortaleza. Vide ARAUJO, Ana Maria Matos. **Opulência e Miséria nos Bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil)**. In [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm).

222 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Op. cit., p. 84.

zes, essa ocupação se fez via especulação imobiliária também, expulsando as populações de favelados, migrantes e pescadores que residiam antes – embora, vale ressaltar, muitas dessas populações continuassem a residir na zona leste, como verdadeiros “guetos de pobreza” e fornecedores de mão de obra barata para as elites da região (lavadeiras, empregadas domésticas, biscateiros, vigias).

As classes médias baixas, por sua vez, passaram a morar nas residências ou nos edifícios construídos, conforme seu padrão financeiro, em áreas ao redor do Centro ou nas proximidades das principais vias da cidade e de alguma proximidade com as áreas mais nobres. Surgiram, então, bairros como: o Montese; Monte Castelo; Maraponga; São Gerardo; e Parquelândia. Tais regiões tornaram-se, na prática, “centros secundários”, pelos serviços e estruturas ofertados ao longo dos anos (médios comércios, autopeças, supermercados, agências bancárias)²²³. Portanto, Fortaleza passou a ter outros centros (polinucleação), que não apenas o tradicional Centro histórico. Outra referência ao crescimento da cidade era a Avenida João Pessoa, que ligava o Benfica a Parangaba. Em virtude do intenso tráfego e dos acidentes ali registrados, ela chegou a ser conhecida como “avenida da morte” – em 1957, a velocidade máxima era de quarenta quilômetros por hora. Em 1950, a Avenida 13 de Maio encontrava-se aberta, ligando o Benfica ao Bairro de Fátima (outrora chamado Redenção, embora se tornasse mais conhecido como Treze de Maio)²²⁴.

À proporção que os poderes públicos criavam uma infraestrutura mínima numa região da cidade, poderia ocorrer, também, a ação de setores imobiliários especulativos, elevando os preços dos terrenos das áreas beneficiadas ou coagindo os setores mais pobres a saírem dali, originando sérios conflitos pela posse da terra – exemplo disso, foram as truculentas tentativas de expulsão dos moradores da Praia do Futuro, do bairro do Papicu e

223 SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 51

224 JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-60). São Paulo: Annablume, 2000, p. 39 e 41.

da Avenida José Bastos²²⁵. Na luta pelo direito de moradia digna ressurgiriam no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 vários movimentos e organizações de bairros e favelas, normalmente ligados a grupos de esquerda e que se engajariam, também, na crítica à Ditadura Militar²²⁶.

Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-85), diante do estrondoso déficit habitacional e pressões populares, foram construídos conjuntos habitacionais na capital cearense para as camadas médias baixas e populares (caso do Conjunto José Walter, de 1970, e Conjunto Ceará, de 1977), mediante financiamentos do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH). Esses conjuntos residenciais, na maioria, situavam-se em terrenos baratos e distantes do Centro e das áreas nobres, na direção do Distrito Industrial de Maracanaú (serviriam, pois, como fonte de mão de obra barata para as indústrias que ali iam se instalando) e próximo ao leito das linhas férreas (barato meio de transporte para os trabalhadores).

Os novos conjuntos habitacionais provocaram o deslocamento de parte da população da cidade e frearam o acesso à Metrópole. Na proximidade daqueles conjuntos, não por coincidência, migrantes constituíram, igualmente, bairros pobres e favelas, a exemplo do Bom Jardim (vizinho ao Conjunto Ceará), e Pantanal/Planalto Ayrton Senna (José Walter). Nos anos 1980,

225 Em dezembro de 1978, quase duas mil famílias invadiram e ergueram modestos casebres – casas de papelão, flandres e tábuas – em uma zona próxima ao Centro de Fortaleza, ao lado da Avenida José Bastos. Os proprietários entraram na justiça, exigindo a expulsão dos favelados. Estes, espontaneamente, articularam-se, recorrendo à imprensa e conseguindo, gradativamente, adesões de parlamentares oposicionistas, da Igreja Católica e de outras entidades da sociedade civil. A luta ganhou repercussão. Os moradores, após muitas pressões e violência (a polícia derrubava casebres, prendia, agredia e humilhava alguns dos “invasores”), acabaram removidos para uma área distante e precária (atual conjunto São Miguel), sendo, contudo, esse episódio fundamental na rearticulação do movimento popular em Fortaleza – daí em diante ganhariam destaque as entidades e associações de bairro, fazendo surgir novas lideranças que, obviamente, se engajariam também nos embates político-partidários daquela conjuntura de crise da Ditadura Militar. Vide BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O Reverso das Vitrines**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992. BRAGA, Elza Franco e BARREIRA, Irllys Firmo (coordenação). **A Política da Escassez**. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1991. ARAÚJO, Fátima. **Pedro Bela**: ocupando espaços na luta por um teto. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2002. CEARAH Perifeira (organização). **Violência, Lutas e Memórias**: histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2002.

226 A criação da União das Comunidades, ainda em 1978, ligou-se diretamente à questão da favela José Bastos. Tal entidade vinculava-se ao grupo político de Maria Luíza Fontenelle, já em rota de atrito e rompimento com o PCdoB (a ruptura definitiva dar-se-ia em 1980). Este, por sua vez, em 1982 criou “sua” própria entidade, a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza.

a construção de conjuntos habitacionais ultrapassou os limites do município de Fortaleza, sendo implantados em outras áreas da Região Metropolitana, a exemplo do Nova Metrópole, em Caucaia; Timbó e Jereissati, em Maracanaú. A expansão urbana de Fortaleza ia além de seu próprio territ rio²²⁷.

7.9 O CENTRO

Abandonado pelas camadas de alta renda e esvaziado, no que se refere às atividades de lazer, cultura e administra o, o Centro Histórico de Fortaleza foi apropriado pelas camadas populares. Nos anos 1980/90 tornou-se uma área tipicamente comercial e de serviços, direcionada   popula o pobre e de classe média da periferia. Suas praças, antes voltadas para o lazer dos segmentos abastados, foram sendo convertidas em terminais de  nibus (Praça José de Alencar, Praça Castro Carreira) ou em mercados informais (Lagoinha, Parque da Criança), para o chamado comércio ambulante²²⁸.

A professora Cleide Bernal lembra, ainda, que a consolida o da Aldeota como área de lazer e comércio (anos 1980 especialmente) levou à "decadência", também, do Centro Histórico de Fortaleza:

*O surgimento dos shoppings centers na Aldeota e Cocó, início da zona sudeste (Iguatemi) v o fortalecer o comércio especializado e voltado para uma clientela mais rica e enfraquecer o comércio de ruas. O comércio do Centro sofre o esvaziamento com a febre de shoppings centers na Aldeota e no Cocó.*²²⁹

Um dos sinais mais claros de como os shoppings ajudaram a esvaziar o Centro de Fortaleza foi o fechamento dos cinemas da região (Diogo, encerrou as atividades em 1997; o Jangada, em 1996; o Fortaleza, em 1999) – apenas o Cine São Luiz ainda resiste, em delicada situa o, graças a a o de um grupo de em-

227 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: Expansão Urbana e Organiza o do Espaço. In: Silva Borzachiello da. Cavalcante, Tércia Correia. Dantas, Eustógio. (Organizadores). Ceará: Um Novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edi es Demócrito Rocha, 2007,, p. 85 e 86.

228 SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 46

229 BERNAL, Cleide. **Centro de Fortaleza: Reabilita o Urbana para Quem?** in <http://www.mercatos.ufc.br/index.php/mercator/article/viewarticle/109>. p. 2.

presários e após quase ser vendido para se transformar numa igreja evangélica.

Para o “horror” dos setores dominantes, as ruas do Centro foram “invadidas” por milhares de camelôs²³⁰ com suas barracuinhas onde vendem inúmeros produtos populares, vários deles contrabandeados ou falsificados.

A princípio, as autoridades fortalezenses enfrentaram o despertar do comércio ilícito como um problema da área de saúde. Em 1947, o Diretor da Saúde Pública pretendia retirar das ruas as bancas de café anti-higiênicas as chamadas “garapeiras” (...) Antes, havia a proibição às atividades que atrapalhassem o trânsito. (...) As calçadas iam sendo ocupadas por vendedores. (...) No início da década de cinquenta, inúmeras discussões foram mantidas na Câmara Municipal, abordando a ação da Prefeitura contra os vendedores ambulantes, sobretudo em virtude da maneira como era feita a apreensão de mercadorias (...). Sempre ocorria a apreensão pelos fiscais do “rapa” [fiscais da Prefeitura] de mercadoria de vendedores ambulantes, apesar do constante apelo para que a fiscalização fosse feita de maneira moderada, em forma de advertência ao invés de coação. (...) A Prefeitura iniciara uma campanha para afastá-lo do Centro, mas tão logo relaxou, os ambulantes voltavam a ocupar o espaço. As reclamações aumentavam, afirmando-se que não havia quem pudesse andar pelo Centro. A Câmara Municipal de Fortaleza sugeria que os ambulantes fossem retirados do Centro (...). Em 1959, a Câmara Municipal aprovou um voto de aplauso ao Prefeito, por sua decisão de retirar do Centro os ambulantes, a fim de alojá-los no Mercado do Joaquim Távoira. (...) O referido mercado só funcionou temporariamente,

230 Em trecho do romance *A Normalista*, Adolfo Caminha descreve o comércio ambulante nas ruas de Fortaleza em torno de 1870. *Lá fora começava a labuta cotidiana, a creada puxava água de cacimba, o cargueiro d'água potável enchia os potes, cegos cantavam na rua uma lenga-lenga massante, pedindo esmola numa voz chorada, vendedores ambulantes ofereciam cajus... havia um ruído de cidade grande que desperta”. Em suas crônicas, João Nogueira relata existência deste comércio no século XIX: a) negras de tabuleiro comercializando na Feira Velha (Largo da Carolina) após remanejamento do mercado público em virtude de solicitação dos inquilinos do citado mercado à Câmara Municipal em 20 de Junho de 1848 e que afirma estarem sendo prejudicados pela concorrência com esse “comércio ilegal”; b) comerciante ambulante estabelecido na rua do Rosário, caminho obrigatório da Feira Nova (Praça do Ferreira) à Feira Velha, em “uma casinha de madeira sobre rodas, na qual vendia toda sorte de quinquilharias. In DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante:** Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). In <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>. Vide também SILVA, Eciane Soares da, SANTOS, Marlon Cavalcante, SILVA, José Borzacchiello da. **Comércio Informal no Centro de Fortaleza:** Beco da Poeira e Feira da Sé. In <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2402>.*

*sendo desativado alguns anos depois, pois não teve força de absorver todo o comércio ambulante*²³¹.

Somente após os anos 1970, enfatizou-se o tratamento da questão dos camelôs no Centro, visto que entre as décadas de 1930-1960, a Prefeitura deu atenção ao comércio ambulante, praticamente, através da adoção de medidas repressivas e disciplinadoras, pautadas em questões relativas à higiene e ao trânsito. Apenas a partir do final dos anos 1970, foram adotadas políticas de urbanização relacionadas ao uso do espaço público, visando implementar medidas que promovessem o controle, disciplina-mento e ordenamento daquelas práticas comerciais populares.

Assim, por diversas vezes, a Prefeitura Municipal de Fortaleza procurou controlar esse processo de apropriação do espaço público, por meio do recadastramento dos comerciantes ambulantes, restrições a áreas onde poderiam ficar e mesmo deslocamentos para outras áreas, o que, porém, nunca acabava com o problema – ao contrário, a quantidade de ambulantes aumentava, bem como a área por eles ocupada no Centro, a exemplo da Praça da Estação e o Beco da Poeira. As tentativas de transferência dos camelôs para mercados públicos ou área de maior infraestrutura foram refutadas, num sinal claro de como o Centro é importante para esse tipo de comércio popular, em virtude da grande concentração de consumidores de baixa renda. Além da resistência dos camêlos em sair do Centro acresce-se, ainda, as transformações de praças e ruas em pontos terminais de ônibus, o que, logicamente leva a concentração de muitos eventuais consumidores.

Na imprensa, tornou-se recorrente o pedido às “autoridades competentes para acabar com esse caos” – para os setores dominantes importa, sobretudo, a manutenção da “ordem” e da beleza urbana, pouco sendo relevante o problema social, ou seja, o destino daquelas milhares de pessoas que têm no mercado informal quase a única forma de sobrevivência, em virtude da impressionante concentração de renda e do lastimável estado de pobreza da maioria absoluta dos fortalezenses. A presença dos camelôs pelas ruas da capital nada mais é do que a exteriorização da injustiça social cearense.

Vale ressaltar que, aproveitando-se da questão social, muitos comerciantes “legalizados”, apoiavam e mantinham comercian-

231 JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-60). São Paulo: Annablume, 2000,, p. 64 a 67.

tes ambulantes, remunerando-os com comissões, exatamente para burlar o fisco municipal. Outros comerciantes, mediante o pagamento de uma taxa, permitiam que os ambulantes permanecessem defronte das lojas. Não se pode esquecer que, apesar de comerciantes estabelecidos reclamarem dos ambulantes, eles, também, são beneficiados por estes, na medida em que os camelôs compram-lhes produtos para revender e porque a grande concentração de populares em torno do comércio ambulante, também, atrai consumidores para as lojas "oficiais", especialmente as que vendem produtos mais em conta. Por outro lado, ocorria de comerciantes estabelecidos mandarem o "rapa", mediante propina, expulsar os ambulante das frentes dos estabelecimentos comerciais (provocando não raras vezes violência) e disputas entre grupos de ambulantes ("cadastrados", ou seja, au-



O Centro histórico de Fortaleza tornou-se uma área de comércio popular, no qual se destacam os ambulantes.

torizados para negociar, contra os "não cadastrados"), em virtude do aumento da concorrência. Também, ocorre dos camelôs subornarem os fiscais da prefeitura para fazerem "vista grossa"²³².

232 DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Apropriação do Espaço Público pelo comércio Ambulante:** Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975-1995) In <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>.

Aos olhos das elites e classes médias altas, a presença de populares simbolizou a "decadência" do Centro e a necessidade de "revitalizá-lo", expressões preconceituosas e equivocadas, pois ainda hoje é grande o afluxo da população ao perímetro central. O Centro de Fortaleza continua cada vez mais vivo. Na verdade, sem a presença das classes dominantes, a área foi negligenciada pelo Estado, deteriorando-se – calçadas estreitas, pobreza das fachadas dos prédios, intensa poluição visual e sonora, falta de segurança, ausência de limpeza pública. Muitos casarões desmoronaram e foram transformados em pátios de estacionamento para veículos... Criou-se um ciclo vicioso de segregação espacial e deterioração: ao consolidar-se como área de comércio para pobres, o Centro teve reduzida suas possibilidades quanto à demanda por melhor qualidade espacial, na medida em que o poder de pressão das camadas populares é pequeno e o Estado volta-se, sobremaneira, ao atendimento dos setores abastados, que não têm interesse em frequentar a área central. A condição de sobrevivência dos negócios do Centro, assim, é tornar-se cada vez mais acessível à população empobrecida, o que leva aos poderes públicos e dominantes a negligenciarem ainda mais a área²³³.

O que tem de ser feito é a valorização do Centro, atentando-se e resolvendo seus problemas, (re)atribuindo-lhe funções administrativas, artísticas, lazer, cultural, habitacional, o que é difícil, pois grandes setores econômicos privados não têm interesse na região²³⁴, muito menos as elites e classes médias (que o enxergam como "decadente"), enquanto os poderes públicos hesitam ou continuam a abandoná-lo (em 1998, o "velho" Fórum de Fortaleza, no Centro, foi desativado e depois demolido, sendo erguido um outro, na Água Fria, exatamente na valorizada área sudeste...). Atualmente, no Centro Histórico, é relativamente pequena a quantidade de imóveis destinados à moradia²³⁵.

233 FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. Op. cit., p. 87.

234 Os dados sobre imóveis novos indicam a ausência no Centro de novos empreendimentos imobiliários. Nas últimas duas décadas, o maior prédio construído na área foi a nova sede do Colégio Ari de Sá (2009), na Avenida Duque de Caxias.

235 *Esta constatação aponta para a necessidade de reaproveitamento destes prédios vazios com readequação dos seus espaços internos para serem reutilizados como imóveis residenciais, na alternativa de reabilitação da área central e de atração da população dos bairros vizinhos para morar no Centro Histórico. (...) a requalificação do centros históricos são uma oportunidade para ampliar o acesso à moradia ao trabalhador que não tem acesso ao mercado formal de imóveis.* In BERNAL, Cleide. Centro de Fortaleza: **Reabilitação para Quem?** <http://mercator.ufc/index.php/mercator/article/viewarticle/109>, p. 4 e 7.

Diante das dificuldades, Bernal (2008) aponta quatro eixos para a reabilitação do Centro de Fortaleza:

A potencialização da infraestrutura e do ambiente construído para atender a função social da moradia; A tendência atual dos negócios, já aceita pela sociedade e, principalmente pelos jovens, de dar preferência à localização nos shoppings centers por questões de segurança pessoal; A atração da população e de empreendedores para o Centro passa por incentivos econômicos, como por exemplo, a redução do IPTU; A âncora econômica não é suficiente para atrair a população de alta e média renda ao Centro, as experiências exitosas mostram que a âncora cultural é fundamental, inclusive para atrair o turismo, que pressupõe ações no sentido da valorização dos sítios históricos²³⁶.

Vale ressaltar que a reabilitação do Centro de Fortaleza não pode ser feita apenas com base na ação isolada dos poderes públicos, é necessário o apoio da sociedade civil, especialmente dos proprietários privados. Sem isso, seria ingenuidade encontrar qualquer ação que seja duradora. A iniciativa privada, obviamente, deve ser envolvida pelo poder público em projetos que pensem o Centro e a cidade como um todo, mesmo que para isso seja atingindo os próprios interesses particulares, e não apenas em empreendimentos pontuais que objetivem somente os lucros imediatos do empresariado²³⁷.

7.10 O MAR

Outra mudança de Fortaleza ao longo do século XX foi a valorização de sua fachada marítima, durante décadas renegada, exceto para o embarque e desembarque de mercadoria e passageiros, e por servir de local de moradia para proletários, favelados e pescadores, que também tiravam o sustento do mar. As áreas junto à costa serviam como depósito de lixo (havia, por exemplo, a chamada "rampa" localizada na encosta que separava o Passeio Público do mar). Uma prova dessa pouca importância está na constatação que os estabelecimentos mais destacados do Centro de Fortaleza (à exceção do Forte e do Passeio Público) foram construídos afastados do litoral ou como obstáculos à visão e ao

236 Cleide BERNAL. Op. cit., p. 7.

237 FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Fortaleza: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFC, 2004, p. 105.

acesso à praia – Santa Casa, Cadeia, Praça da Estação Ferroviária (esta foi erguida com a frente voltada para o sertão!)²³⁸.

No início do século XX, sob a influência das “práticas civilizadas” da Europa, de valorização da higiene e do saber médico oficial, a praia começou a ser usada como local para prática de esportes e de banhos no mar, vistos como hábitos de efeitos benéficos para a saúde. O litoral passou a ser valorizado, igualmente, como um local de romantismo e área de deleite e contemplação para as classes dominantes (daí a introdução do turismo pelas orlas marítimas)²³⁹. Dessa maneira, a praia foi se tornando um espaço de lazer para as elites e depois para as camadas populares. Concretamente, foi na segunda metade do século XX que a porção litorânea de Fortaleza foi, efetivamente, ocupada pelos setores abastados, em velocidade surpreendente²⁴⁰. Isso, porém, não impediu a segregação social, ou seja, áreas litorâneas para ricos e pobres.

Assim, por exemplo, a região portuária (Porto da Draga e, depois, Porto do Mucuripe) continuou como “desaconselhável para pessoas de bem”, pela presença de pobres que ali trabalhavam ou moravam nos arredores e por ser área de prostituição. Por outro lado, teve-se a construção, em 1963, da Avenida Beira Mar, sua urbanização entre 1979-82, a constituição do bairro do Meireles (contíguo à Aldeota e situado junto à orla), a instalação de vários clubes sociais no litoral leste de Fortaleza nos anos 1950 e 1960 (antes, tais clubes localizavam-se no centro fortalezense) e a construção dos calçadões da Praia de Iracema, do Futuro e da Leste-Oeste nos anos 1980, fatos que impulsionavam a faixa de praia como zona de lazer para os setores abastados e turistas²⁴¹.

A Praia de Iracema, de local de residência de veraneio nas primeiras décadas do século, acabou perdendo cerca de duzentos metros de extensão pelo avanço da maré, em virtude da construção do Porto do Mucuripe, o que levou à destruição de várias casas. Jucá (2000) lembra que:

238 SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 62

239 DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista**: estudos de maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

240 PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio Marítimo e Expansão Metropolitana no Ceará**. Fortaleza. Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006, p. 38.

241 BARBOSA, Renata Horn. **Arquitetura e Cidade**: Fortaleza no final do século XX. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/USP, 2006, p. 28.

*A obra de implantação do porto [do Mucuripe] e a conseqüente destruição da praia de Iracema testemunhavam a contradição entre as medidas voltadas às melhorias urbanas, a cargo das autoridades locais, e os resultados concretos obtidos. A viabilização de melhor escoamento da produção por Via marítima traria benefícios à economia local, mas para isso fora preciso destruir a beleza natural da antiga praia de Iracema, inviabilizando a permanência dos que ali residiam*²⁴².

A Praia de Iracema virou, a partir das décadas de 1960/70, uma das principais zonas de lazer da cidade, com bares, clubes, hotéis e restaurantes direcionados às camadas de alta renda, intelectuais e turistas – tornou-se famosa como um reduto boêmio da cidade, especialmente durante a Ditadura Civil-Militar, servindo de refúgio à intelectualidade em meio à censura e autoritarismo reinantes no Brasil²⁴³. Nesse processo, a população de pescadores foi sendo “expulsa”, indo morar nos morros e encostas próximos.

Dada a pequena oferta de terrenos com frente para o mar ou nas proximidades do Meireles e Beira Mar, especuladores passaram a investir na Praia do Futuro, nos anos 1970, o que, de início, pelo menos, não deu muito certo, devido à alta salinidade da área, que não atraía os habitantes para o bairro.

A busca de novas praias, a difusão do automóvel, a construção de vias de acesso, a ampliação dos serviços de eletricidade levaram as elites e setores médios da capital, a partir dos anos 1970, a ocuparem espaços litorâneos de municípios vizinhos, onde ergueram casas de praia ou uma segunda habitação. Foi o que houve, por exemplo, com as praias do Icarai e Cumbuco, em Caucaia; Iguape e Prainha, no Aquiraz²⁴⁴.

Vale lembrar que, a partir dos anos 1990, novos elementos passaram a interferir na dinâmica urbana da faixa litorânea da capital cearense. Afora a especulação imobiliária, Fortaleza virou alvo de consideráveis investimentos turísticos. Isso se deu pela aplicação do capital privado (instalando hotéis e parques aquáticos), ou por ação do Estado, no sentido de criar uma infraestrutura capaz de atrair turistas e vender a imagem de uma cidade “atraente”. O incremento do turismo, porém, trouxe aspectos, também, negativos: levou a um acelerado processo de

242 JUCÁ, Gisafra Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-60). São Paulo: Annablume, 2000, p. 37.

243 BARBOSA, Renata Horn. Op. cit., p. 107.

244 PEREIRA, Alexandre Queiroz. Op. cit., p. 38.

ocupação do solo, com impactos ambientais e sociais. Verificam-se danos ao meio ambiente, com destruição e mudanças das paisagens nativas, construção de espigões na orla, e acirradas disputas entre as populações tradicionais (pescadores, jangadeiros, marisqueiros), e classe média que erguem, ali, sua segunda residência; e grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que instalam complexos turísticos²⁴⁵.

245 Informações da ADIT-Nordeste revelam que os estrangeiros estão comprando 30 a 40% dos imóveis à venda no Ceará, sendo a maioria deles espanhóis, portugueses e italianos; e o mercado das segundas residências também cresce com este tipo de demanda. O Ministério do Turismo estima que, em 2006, este mercado pode crescer em torno de 20% (Diário do Nordeste, 22.12.2006). Estão previstos para os próximos anos 19 projetos de meios de hospedagens para implantação na orla marítima de Fortaleza e nos municípios de Aquiraz e Caucaia, sendo seis hotéis, dez flats e três resorts. (...) Os motivos apontados como fatores para a "descoberta" do Ceará pelos estrangeiros são: o fenômeno "tsunami" na Ásia, os tornados e furacões nos Estados Unidos e a ameaça de ataques terroristas tanto em terras norte-americanas como na Europa. Mas existem novos motivos de atração turística, observados no Ceará. É a procura de serviços médicos e odontológicos, relacionados à saúde e com a estética. (...) Para os estrangeiros que chegam a Fortaleza com moeda forte (euro ou dólar), os preços dos imóveis, mesmo já aquecidos pela especulação do mercado imobiliário parecem atrativos para a realização de investimentos. BERNAL, Cleide. **Especulação Imobiliária e Turismo no Ceará**. In <http://www.cdvhs.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/ESPECULACAO%20IMOBILIARIA%20E%20TURISMO%20NO%20CE.pdf>, P. 8 e 9.

Capitulo 8

Fortaleza Presente

8.1 AÇÕES E NORMAS

Afora as ações de setores privados, nos últimos anos, o poder público desempenhou papel de relevo na estruturação e reestruturação urbana de Fortaleza. Suas ações foram, basicamente, promocionais e de normatividade. Dentre as promocionais, destacam-se: as obras de infraestrutura; os equipamentos de grande porte; a renovação urbana em bairros atraindo atividades residenciais, comerciais e de serviços, fortalecendo o mercado da construção civil e imobiliário. Em relação às normativas, inclui-se a flexibilização da legislação de uso e ocupação do solo, que abriu novas fronteiras à realização de empreendimentos imobiliários em diferentes bairros²⁴⁶.

Na década de 1990, por iniciativa do governo estadual de Ciro Gomes (1991-94) e com o financiamento do Banco Mundial, desenvolveu-se o SANEAR em Fortaleza, ampliando a rede de esgoto da cidade e contribuindo para diminuir um dos mais graves problemas da cidade. Fortaleza nos anos 1990 e começo do século XXI esteve sob o comando do grupo político de Juraci Magalhães, que centrou sua atuação na construção de grandes obras, a exemplo do aterro da Praia de Iracema, reforma da Praça do Ferreira, urbanização da Praia do Futuro, criação do Sistema Integrado de ônibus, asfaltamento, abertura, alargamento de vias (a exemplo da Domingos Olímpio, Leste-Oeste e Via-Expressa Mucuripe-Parangaba), construção da ponte sobre o rio Ceará (favorecendo a comunicação com as praias do litoral oeste cearense) e novo Mercado Central²⁴⁷.

Em 1992, Juraci aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU), estabelecendo um conjunto de normas e diretrizes acerca da ocupação e expansão da área urbana, tendo em vista aspectos como o bem-estar da população e respeito aos aspectos físicos, ambientais, sociais, econômicos e administra-

246 ACCIOLY, Vera Mamede Accioly. **A Metrópole e o Impacto das Políticas Públicas na Expansão Urbana:** Fortaleza entre 1980 e 2008. In http://egal2009.easyclanners.info/area05/5837_Vera_Mamede_Accioly.pdf, p. 4.

247 BERNARDO, Nathália Costa. **"Juraci faz"**, a imagem de Juraci Magalhães na campanha de 1996. Fortaleza: Monografia de Comunicação Social (Unifor), 2010.

tivos da cidade. No que se refere à estruturação urbana, a cidade foi dividida em macrozonas (urbanizada, adensada e de transição), microzonas e as zonas especiais, instituindo o bairro como unidade de referência principal do planejamento urbano. Foram definidas, também, as zonas de urbanização prioritárias, em função de sua localização, acesso e infraestrutura, que tendem a possuir alta densidade das atividades na macrozona urbanizada e adensável, a saber: Centro; Aldeota; Carlito Pamplona; Antônio Bezerra; Parangaba; Montese; Messejana e Seis Bocas²⁴⁸. O PDDU e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, aprovada em 1996, eram, portanto, os instrumentos legais de orientação das práticas urbanas dos agentes públicos e privados de Fortaleza.

Accioly (2009, p.12 e 18) observa que,

Inegavelmente, o PDDUFOR (apresentava) avanço de natureza político-institucional, propiciado pela nova ordem jurídica implementada pela Constituição de 1988, que estabelece a descentralização do poder e o reforço do governo municipal. Fundamentado na vertente redistributivista, o plano (reincorporava) o ideário do Movimento de Reforma Urbana, e suas bases conceituais (apoiavam-se) na noção de função social da cidade e da propriedade, tentando assegurar a justiça social e a universalização do direito à cidade. Conforme este novo ideário, (atestava-se) uma mudança substantiva na relação entre técnica e política, propiciada pelo processo de planejamento urbano participativo, desde a elaboração à definição das estratégias e prioridades. Para definição das diretrizes, estratégias e instrumentos, a construção coletiva da realidade constitui a linha mestra. (...) (Não obstante) As diretrizes do plano só eram respeitadas quando existia uma conveniência política ligada aos interesses dos grupos hegemônicos representados pela elite empresarial da construção civil, pelo setor imobiliário e pelo setor turístico. As ações foram direcionadas para grandes obras públicas, centrando-se na malha viária, privilegiando claramente o transporte individual, concentradas no setor leste, orla marítima, para atrair a atividade turística e favorecer o capital imobiliário²⁴⁹.

Em 1997, foi criado o Planefor, fórum fundado por empresários que visavam debater e apontar soluções para os problemas

248 SILVA, Elizete Américo. **Espaços Públicos e Territorialidades**: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006, p. 74.

249 ACCIOLY, Vera Mamede Accioly. Op. cit., p. 12 e18.

da metrópole²⁵⁰ – dessa iniciativa nasceu, em 1999, a Organização Não Governamental Ação Novo Centro, de efeitos, porém, pouco concretos, pela falta de um projeto que levasse em conta e pensasse o Centro como um todo, e não apenas pontos específicos, visando atrair a população ao consumo, com campanhas de marketing ou construção de símbolos²⁵¹.

Em 2002, Fortaleza iniciou a revisão de seu Plano Diretor, o que culminou na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza (PPDUA-FOR). Este foi enviado para aprovação da Câmara de Vereadores, no final da gestão de Juraci Magalhães. Em 2004, as esquerdas voltaram ao comando da cidade, com a eleição de Luizianne Lins. A nova prefeita, nos primeiros meses de sua gestão, retirou o projeto de lei, para a revisão do Plano Diretor, alegando que o mesmo não contara com a participação popular em sua elaboração. Assim, em 2008, foi aprovado pelos vereadores de Fortaleza, um novo plano chamado, agora, de Plano Diretor Participativo (PDP).

8.2 UMA CIDADE QUE SE ESPALHA

Conforme dados do Censo 2010, do IBGE, Fortaleza tem uma população de cerca de dois milhões e 447 mil habitantes, numa área de 313,14 km² ²⁵². Atualmente, as zonas leste e sudeste são, claramente, as mais ricas e dotadas de infraestrutura na cidade. Bairros como Aldeota, Meireles, Dionísio Torres, crescem, verti-

250 O PLANEFOR atua, portanto, como um híbrido. Por isso a busca por consensos é tão mais necessária e evidente quanto mais difícil do que nas cidades onde a atuação estratégica vem sendo marcada pelo domínio absoluto da autoridade dos governos locais e de grandes grupos empresariais. (...) O PLANEFOR considera a “revitalização” do Centro de Fortaleza como uma das ações do objetivo de qualificação, revitalização e expansão urbana (...). Dentre as ações para a consecução deste objetivo estão: elaboração do Plano Estratégico da Área Central de Fortaleza; construção do “Parque da Cidade” e complementação do Parque Pajeú, entre outros. Apesar da amplitude sugerida pelos títulos das ações a visão do PLANEFOR está, quase sempre, marcada por certo pragmatismo, decorrência das permanentes pressões dos empresários do comércio, proprietários dos terrenos lindeiros aos espaços com maior potencial de requalificação e maiores interessados na melhoria da qualidade espacial do centro. A participação dos associados à Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL é, via de regra, abalizada por visão pouco prospectiva, restrita às possibilidades imediatas e infensa ao planejamento de longo prazo porque objetivam, quase exclusivamente, a manutenção e ampliação dos lucros do setor. In FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Fortaleza: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFC, 2004, p. 89 e 90.

251 Ibidem. p. 112.

252 Anuário do Ceará. Fortaleza: Jornal O Povo, 2010/11, p. 228.

calizam-se e apresentam uma vida quase autônoma, no que se refere à oferta de serviços e comércio. Nessa área, a cidade se expande, via de regra, respeitando o traçado de xadrez e os planos urbanísticos (quadras iguais, edificações com recuos laterais e jardins, praças urbanizadas e ruas pavimentadas). O Papicu e as Dunas continuam como bairros residenciais, com grandes e ricas mansões ou elegantes apartamentos. A orla marítima leste é, praticamente, ocupada por edifícios de apartamento de alto luxo, cadeias de grandes hotéis, apart-hotéis e restaurantes.

MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO NORDESTE

1	Salvador	BA	2.676.606
2	Fortaleza	CE	2.447.409
3	Recife	PE	1.536.934
4	São Luís	MA	1.011.943
5	Maceió	AL	932.608
6	Teresina	PI	814.439
7	Natal	RN	803.811
8	João Pessoa	PB	723.514

(*) Fonte: IBGE 2010

A Praia de Iracema, com a construção do calçadão, a recuperação da Ponte dos Ingleses e a implantação do Centro Cultural Dragão do Mar (pelo governo do Estado), nos anos 1990, ganhou ainda mais importância como uma área de lazer noturno e eixo turístico da cidade, processo vindo desde as décadas anteriores. A concentração de casas de *shows*, restaurantes, hotéis, afora o turismo sexual fizeram com que a classe média abandonasse a faixa residencial mais próxima do calçadão. A presença dos turistas, os outros "atrativos noturnos" e a menor frequência da "boemia intelectualizada" levaram muitos a falar em decadência da Praia de Iracema. Na verdade, como em tantas outras vezes, estava acontecendo apenas a mudança dos usos e da ocupação dos espaços da cidade, como tinha ocorrido décadas antes com a própria Praia de Iracema (Praia do Peixe/morada de pescadores, casas de veraneio das elites).²⁵³.

O Centro Cultural Dragão do Mar reunindo museu, teatro, cinema, livraria, exposições passou a ser bem frequentado pelos fortalezenses (com destaque para as classes médias e altas) e

253 BEZERRA, Roselane. **O Bairro Praia de Iracema entre o "Adeus" e a "Boemia": usos e abusos num espaço urbano.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

pelos turistas, sobretudo, quando dos eventos gratuitos e, também, como espaço de sociabilidade (local de passeio, de encontros). Por outro lado, surgiu o problema de seu entorno, que passou a ficar cheio de bares, restaurantes, danceterias, com imensa poluição visual e sonora, que acabam prejudicando as próprias atividades do Centro Cultural²⁵⁴.

No entorno do Porto do Mucuripe ainda se encontram muitas indústrias (de pesca, moinhos de trigo, fábrica de asfalto, depósitos de combustíveis) e vários bairros populares e favelas (Serviluz, Farol, Castelo Encantado, Vicente Pinzón). A Praia do Futuro ainda apresenta "vazios" urbanos, em virtude da alta maresia, que prejudica as construções. Na década de 1990, com um projeto de urbanização da gestão Juraci Magalhães, a área passou a ser um polo de lazer para os setores médios e abastados, além de turistas – ali, podem ser encontrados barracas e hotéis bem frequentados (há, inclusive, atualmente, uma polêmica sobre a retirada ou não dessas barracas da orla). Na área mais distante da faixa de praia, expande-se uma ocupação por pessoas de baixa renda. A recente construção da Ponte da Sabiaguaba sobre o rio Cocó facilitará a ligação de Fortaleza/Praia do Futuro ao litoral leste cearense (Porto das Dunas e Prainha, em Aquiraz); e, certamente, valorizará a área da foz do rio Cocó, levando muitos a temerem a destruição ambiental.

A Aldeota encontra-se totalmente loteada e construída, com prédios com alto valor e sem terrenos disponíveis. Apresenta uma enorme quantidade de centros e edifícios comerciais, de serviços, escritórios técnicos. Recentemente, diante da valorização da área, os prédios antigos de três pavimentos foram demolidos e substituídos por torres de apartamentos de luxo.

A Água Fria, bairro para onde as elites se transferiam nos anos 1980, em busca de privacidade, é uma das áreas mais dinâmicas e autônomas da cidade, concentrando shoppings, famosos colégios, sedes de órgãos administrativos, equipamentos públicos e muitos edifícios e apartamentos de luxo. Ali, há o Parque do Cocó, importante área verde da cidade, mas que, constantemente, tem os limites questionados por interesses privados, em virtude do alto valor dos solos da região.

A partir da Água Fria, a cidade expande-se em direção a outros bairros, como o da Sapiranga/Coité, cuja ocupação aumen-

254 GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna**. São Paulo: Annablume, 2007.

tou nos últimos anos e que ilustra bem as estratégias do setor especulativo imobiliário em Fortaleza. O bairro Sapiranga/Coité teve, historicamente, seus ambientes naturais resguardados e esses são utilizados, atualmente, como ferramenta para a especulação imobiliária. Os setores especulativos aproveitam-se das características da área, para valorizar a terra e, conseqüentemente, os imóveis, o que gera lucros gigantescos aos empreendedores. As implantações de equipamentos públicos e privados e as melhorias na infraestrutura do bairro promoveram a atração de pessoas e, conseqüentemente, empreendimentos, aproveitando e produzindo a demanda de moradias. Por outro lado, a valorização do preço do solo do bairro tem "selecionado" os seus moradores. Por exemplo, a vinda de equipamentos, rede de esgoto e pavimentação das ruas, provocou o aumento de tributos, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Essas melhorias são necessárias para que se tenha acesso à cidade de forma plena, mas o aporte de melhorias dificulta a vida econômica das famílias carentes do bairro, expulsando-as para outros bairros ou empurrando-as para as áreas, ambientalmente instáveis, ficando sujeitas às condições climáticas, como no entorno da lagoa da Sapiranga, onde o preço da terra é menor²⁵⁵.



O entorno da Avenida Washington Soares é um dos centros mais dinâmicos de Fortaleza do começo do século XXI.

255 SALVADOR, Diego Silva. CARLEIAL, Adelita Neto. **Leste de Fortaleza**: natureza, produção do espaço e crescimento urbano no bairro Sapiranga/Coité. In <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3506>.

Fortaleza expande-se, ainda, em direção aos bairros Edson Queiroz, Luciano Cavalcante, Seis Bocas, Praias da Cofeco, Porto das Dunas e Prainha (Aquiraz), bem como na direção da Cidade dos Funcionários, Cambeba e Messejana²⁵⁶. Apesar do alargamento da Avenida Washington Soares, na intenção de facilitar a ligação entre os bairros da zona leste e sudeste de Fortaleza, o trânsito de veículos automotores, ali, é um dos mais complicados da cidade, sendo constantes os enormes engarrafamentos nas horas de "pico" (começo da manhã e noite).

A cidade, igualmente, expande-se em direção ao sul e oeste, mas com uma ocupação feita por setores médios ou populares. Nas proximidades do Centro Histórico, há bairros mais antigos, com razoável infraestrutura e oferta de serviços, a exemplo do Joaquim Távora, Fátima, Benfica, Otávio Bonfim, Montese, Parquelândia, onde predominam os setores médios. A expansão continua acompanhando as grandes vias. Um caso de que se fala é a Avenida Bezerra de Menezes, praticamente tomada em quase toda sua extensão por comércios e lojas. Na saída da cidade, ligação Avenida Mister Hull e BR-222, igualmente, concentram-se muitos negócios e indústrias, afora equipamentos públicos como o Campus do Pici (Universidade Federal do Ceará), Terminal Rodoviário de Antônio Bezerra e a chamada "Rodoviária dos Pobres".

Na zona oeste, na porção mais próxima do mar, tem-se como grandes vias a Avenida Leste Oeste (cuja expansão levou à retirada de milhares de famílias nos anos 1990 do complexo do Pirambu) e a Avenida Francisco Sá²⁵⁷. Da foz do Rio Ceará (onde foi construída uma ponte, ligando Fortaleza a Caucaia), no rumo do sul, tem-se a Avenida Perimetral, que é cortada pela Avenida Mister Hull e que permite acesso ao Conjunto Ceará, Henrique Jorge, João XXIII, dentre outros bairros. A expansão urbana é grande ali.

Apesar de muitas fábricas terem abandonado a Francisco Sá, a avenida continua dinâmica, com muitos estabelecimentos comerciais, residenciais, trânsito intenso. Na região da Barra do Ceará (final da Francisco Sá), também se percebe uma concentração de comércios, pequenas oficinas, lojas de autopeças

256 FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **Aspectos Históricos da Expansão Urbana no Sudeste do Município de Fortaleza, Ceará – Brasil**. In <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=119>

257 PAIVA, Augusto César Chagas. **Política Urbana, Estado e Participação Popular em Fortaleza: o caso da Comunidade das Goiabeiras**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UECE, 2007.

ao longo da Avenida Coronel Carvalho (ligação com a Avenida Perimetral). Ali próximo, nos anos 1970, foram erguidos vários conjuntos habitacionais para segmentos médios (Conjunto Polar, Conjunto dos Bancários, Nova Assunção). Há, também, muitas favelas e bairros populares (Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Quintino Cunha, Floresta, Vila Velha). Um dos mais recentes e importantes equipamentos da região foi o CUCA (Centro Urbano de Cultura e Arte) Che Guevara, erguido onde estava o antigo Clube de Regatas, da Barra do Ceará e que oferece várias opções de arte, lazer, cursos profissionalizantes para uma das populações mais pobres da cidade.

As praias da Avenida Leste-Oeste, Goiabeiras e Barra do Ceará, apesar de, muitas vezes, não apresentarem condições ideais de banho, são bastante frequentadas nos finais de semana pela população de menor poder aquisitivo. Um dos graves problemas da região é a prostituição infantil.

Ligando os eixos norte e sul de Fortaleza, tem-se a Avenida José Bastos, com lojas, ofertas de serviço e equipamentos públicos (Campus de Porangabussu/saúde da UFC, Instituto Nacional de Reforma Agrária, Terminal de Ônibus da Lagoa e Parangaba).

O deslocamento do terminal do Aeroporto Pinto Martins para o Dias Macedo dinamizou o bairro²⁵⁸. A nova via de acesso ao aeroporto, Avenida Raul Barbosa, permitiu maior fluxo de trânsito entre vários bairros da zona leste/sul e a BR116.

Nas áreas suburbanas mais distantes, destacadamente nas zonas oeste e sul, predominam a população de baixa renda, denotando o diferencial espacial e de classe da cidade, tantas vezes citada ao longo deste livro. Em geral, têm-se ruas estreitas, tortas, sem saída, não raras vezes sem calçamento, saneamento. Escasseiam as praças e equipamentos de lazer. São muitas as favelas e residências humildes. Em tais regiões, as taxas de violência são elevadas, numa clara vinculação à grave questão social e à pobreza que atingem os cearenses, e a falta de assistência do Estado. É a nova e velha "cidade das areias".

Há de se registrar que boa parte dos trabalhadores de Fortaleza, em virtude dos baixos salários e altos valores das casas e aluguéis, passou a residir em municípios vizinhos, da Região

258 SILVA, Daniele Costa da. **No Sentido do Viver, o Lutar; na Luta, a Construção de um Lugar**: bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFC, 2004.

Metropolitana²⁵⁹, a exemplo de Caucaia, Maracanaú e Aquiraz. Também, setores médios e abastados passaram a morar em outros municípios, para escapar dos problemas de Fortaleza (trânsito complicado, violência, poluição), transformando em habitação principal suas casas de praia (em Iparana, Icaraí, Tabuba, Prainha, Iguape) ou sítios (Messejana, Eusébio, Caucaia, Pacajus, Maranguape, Maracanaú). Em municípios vizinhos, igualmente, passaram a ser construídos conjuntos residenciais, desde a década de 1980. A instalação de indústrias nesses Municípios atrai parcela da população de Fortaleza, aumentando os laços e interdependência entre a capital e a Região Metropolitana. Nesse sentido, para facilitar o transporte entre áreas tão distantes, desde os anos 1990, está sendo construído o Metrofor (Trem Metropolitano de Fortaleza)²⁶⁰.

As graves contradições sociais e a incapacidade ou limitações dos poderes públicos em garantir maior segurança pública tornaram a violência um dos problemas mais debatidos da cidade, nesse começo de século. Isso fica evidente: no crescimento do mercado de tranças e cadeados; na vigilância eletrônica e de segurança privada; na quantidade de matérias na imprensa; e de “programas policiais” na televisão. Na verdade, violência sempre existiu na história de Fortaleza, como se pode perceber ao longo das páginas deste livro. O que acontecia antes é que essa violência atingia, sobretudo, os mais pobres e mantinha-se relativamente confinada na periferia em virtude da segregação espacial da cidade. Via de regra, e com as devidas exceções, em Fortaleza os ricos sempre se mantiveram afastados dos pobres, como “água e óleo”, ao contrário de cidades como Recife e Rio de Janeiro, de ocupação bem mais heterogênea. Hoje, a violência atinge todos os estratos sociais e é generalizada, embora esteja mais presente e visível em algumas áreas da periferia e

259 A Região Metropolitana de Fortaleza era composta, inicialmente, por cinco municípios: [Fortaleza](#), [Caucaia](#), [Maranguape](#), [Pacatuba](#) e Aquiraz. Em 1986, [Maracanaú](#) passou a fazer parte. Em 1991, foram adicionados [Eusébio](#) e [Guaiúba](#). A partir de 1999, mais cinco municípios foram integrados: [Itaitinga](#), [Chorozinho](#), [Pacajus](#), [Horizonte](#) e [São Gonçalo do Amarante](#). Em 2009, o governo estadual incluiu mais duas cidades à RMF, [Pindoretama](#) e [Cascavel](#). Apresentava uma população estimada, em 2009, segundo o IBGE, em 3.655.259 habitantes.

260 *As obras do METROFOR e o seu funcionamento (...) provocarão grandes mudanças no Centro da cidade, onde as Praças José de Alencar e Lagoinha, [que deverão ser fundidas formando o Parque da Cidade, com a incorporação do “Beco da Poeira”], comporão um núcleo que sofrerá maior impacto, pela importância da estação central que está sendo construída no local, esperando-se um aumento considerável no fluxo de pessoas que circulam na área. Assim, espera-se o aquecimento do comércio varejista nesta área e, conseqüentemente, um crescimento da demanda por imóveis comerciais.* BERNAL, Cleide. **Centro de Fortaleza: Reabilitação Urbana para quem?** In <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/109>, p. 6.

mais "camufladas" nas áreas nobres, onde a estrutura de segurança é melhor (ou menos ruim)²⁶¹. No entanto, são esses crimes nas áreas mais nobres ou que atingem pessoas de melhor condição social, que representam mais na mídia e na sociedade.

O clima de insegurança tem contribuído para aumentar o processo de segregação de Fortaleza: os setores mais abastados acabam exacerbando os sentimentos de medo e passam a ver todos os "outros", especialmente os mais pobres (flanelinhas, mendigos, crianças de ruas), como "bandidos em potencial". Ao mesmo tempo, a cidadania que não atinge a todos, a falta de perspectivas sociais, a busca de "reconhecimento e prestígio" e a própria indução da sociedade ao consumo (sobretudo entre os mais jovens) são caminhos férteis para o aumento dos assaltos



Fortaleza continua sendo uma cidade múltipla no começo do século XXI.

261 Não se está de jeito algum, querendo reproduzir o preconceito de que remete à pobreza condição *sine qua non* à incidência da violência (se isso fosse verdade, em países ricos não teria violência). O que se alerta é para a complexidade existente em torno do tema, onde a questão das diferenças sociais é elemento importante para entendê-la. *Em Fortaleza (...) a violência atinge, preferencialmente, as populações das favelas e da periferia. (...) Não obstante, é a ausência dos meios e recursos de prevenção disponível nos bairros de classe média e alta o diferencial da intensidade com que se verifica a incidência da criminalidade nos bairros mais pobres da cidade, em relação às áreas nobres.* QUEIROZ, Ivan da Silva. **Espacialidades do Medo em Fortaleza:** a violência como vetor de mudanças no espaço urbano da capital cearense. In <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2795470>, p. 7. Vide também BARREIRA, César. **Em Nome da Lei e da Ordem:** a propósito da política de segurança pública. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. Jan-Mar, p. 77-86, 2004.

e furtos, do tráfico de drogas e da "divisão territorial" e formação de gangues na cidade²⁶², gerando um clima chamado pela crônica policial de "verdadeira guerra civil", tal a quantidade de feridos e assassinatos.

Fortaleza apresenta-se, hoje, como um dos mais importantes polos têxteis e de confecção do Brasil, e um destacado polo turístico nacional. Vale salientar, porém, que a capital cearense não se firmou como uma cidade tipicamente industrial, impedindo a inclinação de "cidade terciarizada" (ou seja, do setor terciário da economia), o que, segundo Bernal (2004), é uma tendência apresentada, mundialmente, pelas economias metropolitanas, onde o crescimento mais notável acontece nos serviços de comércio ambulante, hospedagem, alimentação e de incorporação de imóveis.²⁶³

Não obstante,

O setor comercial de produtos alimentares torna-se cada vez mais oligopolista, predominando as redes de supermercados. Até então de capital local, são apropriadas pelo capital do Sudeste e internacional, substituindo alguns grupos locais e destruindo parte do pequeno comércio. São equipamentos de grande porte, disseminados nos antigos corredores de atividades localizados nos bairros mais populosos e além de geradores de tráfego, aplicam técnicas modernas²⁶⁴.

As indústrias de maior porte que, antes, se concentravam em Fortaleza transferem-se para municípios da Região Metropolitana, a exemplo do Distrito Industrial de Maracanaú e, mais recentemente, para outros centros como Horizonte, Caucaia, Pacatuba, Pacajus. As atividades de lazer e turismo desenvolvem-se nos municípios litorâneos; as residenciais, nos municípios de Caucaia (média e baixa renda) e Eusébio (média e alta renda)²⁶⁵.

Desde 2008, a prefeitura na gestão de Luizianne Lins iniciou as obras do Transfor (Programa de Transporte Urbano de Fortaleza), na intenção de melhorar o transporte público e o trânsito da cidade, por meio da criação de corredores exclusivos para

262 DIÓGENES, Glória. **Itinerários de Corpos Juvenis: o baile, o jogo e o tatame.** São Paulo: Annablume, 2003.

263 BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004, p. 117.

264 ACCIOLY, Vera Mamede Accioly. **A Metrópole e o Impacto das Políticas Públicas na Expansão Urbana: Fortaleza entre 1980 e 2008.** p. 13.

265 Ibidem. p. 17.

ônibus, alargamento, recuperação e saneamento de importantes vias, a exemplo da Mister Hull, Jovita Feitosa e Luciano Carneiro. Outra importante mudança na cidade é o Projeto Vila do Mar, ainda em andamento, que urbanizará a zona litorânea oeste de Fortaleza, precipuamente entre a Barra do Ceará e o antigo kartódromo, na Leste-Oeste. O projeto gigantesco visa sanear a região, deslocar pessoas de áreas de risco (oferecendo-lhes moradia sem as retirar dos bairros de origem), construir calçadões e ciclovias, garantir a regularização fundiária, e promover a qualificação profissional da população.

É um investimento alto numa das áreas mais pobres, esquecidas e estigmatizadas pelos poderes públicos e elites cearenses ao longo das décadas. Um risco, porém, do Projeto Vila do Mar ao qual os poderes públicos devem estar atentos é tornar a porção litorânea oeste fortalezense em uma nova "fronteira da especulação imobiliária", levando a expulsão das populações locais para as áreas mais periféricas, agravando suas condições de vida.

Em 2009, Fortaleza foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol a se realizar no Brasil em 2014, o que vai ensejar novas obras e intervenções urbanas na cidade. A cidade continua se expandindo nesse começo de século, seja pela ação pública, por interesses privados (muitos deles, especuladores imobiliários) ou por iniciativa da própria população. Continua atraindo pessoas do interior cearense e de outros estados. Sua economia, cada vez mais, se dinamiza, apesar da alarmante concentração de renda. A favelização, as condições de extrema pobreza da população e a violência convivem ao lado da expansão dos serviços, comércio, turismo e do alto padrão de consumo dos segmentos sociais abastados. Fortaleza continua sendo uma cidade múltipla neste século.

Gestores de Fortaleza

IMPÉRIO

Capitão Joaquim Lopes de Abreu	1822-1823
Sargento-mor Joaquim José Barbosa	1823
Francisco Félix Bezerra de Albuquerque	1823
João da Rocha Moreira	1824
Coronel Manuel José Martins Ribeiro Júnior	1824
Joaquim Antunes de Oliveira	1824-1826
Sargento-mor João Facundo de Castro Menezes	1826-1827
Capitão Jacinto Fernandes de Araújo	1827-1828
Joaquim Vieira da Silva e Sousa	1828
Luís Mariano Gomes da Silva	1828
Francisco José Pacheco de Medeiros	1828-1829
Capitão Joaquim Lopes de Abreu	1829-1831
José Joaquim da Silva Braga	1831
Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães	1831-1832
José Joaquim da Silva Braga	1832-1833
José Ferreira Lima Sucupira	1833-1836
Capitão Joaquim da Fonseca Soares e Silva	1836-1841
José Lourenço de Castro e Silva	1841-1843
Tenente-Coronel Antônio Rodrigues Ferreira Macedo	1843-1849
Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira	1849-1850
Tenente-Coronel Antônio Rodrigues Ferreira Macedo	1850-1859
Manuel Caetano de Gouveia	1859-1861
Manuel Soares da Silva Bezerra	1861-1865
Tenente-Coronel Antônio Teodorico da Costa	1865-1869
Tenente-Coronel Joaquim da Cunha Freire	1869
Antônio Gonçalves da Justa	1869-1873
Joaquim da Cunha Freire	1873-1881
Tenente-Coronel Antônio Pereira de Brito Paiva	1881-1884
Capitão João Crisóstomo da Silva Jataí	1884-1886
Capitão Telésfero Caetano de Abreu	1886-1887
Capitão Teófilo Gaspar de Oliveira	1887-1890

REPÚBLICA

Capitão José Freire Bezerril Fontenelle	1890
Capitão Manuel Nogueira Borges	1890-1891
Joaquim de Oliveira Catunda	1891-1892
Coronel Guilherme César da Rocha	1892-1912
João Marinho de Albuquerque Andrade	1912
Ildefonso Albano	1912-1914
Coronel Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro	1914-1918
Rubens Monte	1918-1920
Godofredo Maciel	1920
Ildefonso Albano	1921-1923
Adolfo Gonçalves de Siqueira	1923-1924
Godofredo Maciel	1924-1928
Álvaro Weyne	1928-1930
César Cals de Oliveira	1930-1931
Antônio Urbano de Almeida	1931
Major Tibúrcio Cavalcante	1931-1933
Raimundo Girão	1933-1934
Tenente José Narreira	1934
Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães	1934- 1935
Gentil Barreira	1935
Álvaro Weyne	1935-1936
Raimundo de Alencar Araripe	1936-1945
Plácido Aderaldo Castelo	1945
Vicente Linhares	1945
Oscar Barbosa	1946
Romeu Martins	1946
Clóvis Matos	1946-1947
José Leite Maranhão	1947-1948

Acrísio Moreira da Rocha	1948-1951
Paulo Cabral de Araújo	1951-1955
Acrísio Moreira da Rocha	1955-1959
General Manuel Cordeiro Neto	1959-1963
General Murilo Borges Moreira	1963-1967
José Walter Cavalcante	1967-1971
Vicente Cavalcante Fialho	1971-1975
Evandro Ayres de Moura	1975-1978
Luís Gonzaga Nogueira Marques	1978-1979
Lúcio Gonçalves de Alcântara	1979-1982
José Aragão e Albuquerque Júnior	1982-1983
César Cals de Oliveira Neto	1983-1985
José Maria de Barros Pinho	1985-1986
Maria Luiza Fontenele	1986-1988
Ciro Ferreira Gomes	1989-1990
Juraci Vieira de Magalhães	1990-1992
Antônio Cambraia	1993-1996
Juraci Vieira de Magalhães	1997-2004
Luizianne Lins	2005-2012

HINO DE FORTALEZA

O hino da cidade de Fortaleza foi executado e cantado, pela primeira vez, na noite de 16 de novembro de 1957, no Theatro José de Alencar, encerrando a semana de comemorações do centenário do romance *O Guarani*. A ata da reunião realizada no Instituto do Ceará, logo após as festividades, a 20 de novembro de 1957, registrou a origem do hino: alguns meses antes, o escritor Manuel Albano Amora havia solicitado a Gustavo Barroso, residente no Rio de Janeiro, que escrevesse a letra para o hino da capital. Pouco depois, Barroso enviou três vias de um poema, recomendando que a primeira via fosse entregue ao musicólogo Antônio Gondim, que produziria a música do hino, a segunda à Academia Cearense de Letras, e a última ao Instituto do Ceará. A música do hino, criada na forma de um arranjo para piano, recebeu um arranjo para bandas, somente em 1963, tarefa que coube ao maestro Manoel Ferreira.²⁶⁶

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.
No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos eternas canções:
Jangadeiros, caboclos valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

²⁶⁶ In http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11464&Itemid=78

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tornam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.
Nesta terra de luz e de vida
De estiagem por vezes hostil,
Pela Mãe de Jesus protegida,
Fortaleza és a Flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu seio o mais breve voltar.
Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

*Letra por Gustavo Barroso
Melodia por Antônio Gondim*

BRASÃO E BANDEIRA

O projeto original do brasão da cidade de Fortaleza é, comumente, atribuído ao político e escritor Tristão de Alencar Araripe (1821-1908). O abolicionista Isaac Correia do Amaral (1859-1942) teria idealizado a bandeira, que incorporou o brasão em seu desenho. No ano de 1958, teve-se a oficialização do brasão adotado pela cidade, através da Lei Municipal nº 1316, de 11 de novembro de 1958, que enunciava: *A partir de projeto de lei do vereador Agamenon Frota Leitão o prefeito Acrísio Moreira da Rocha aprovou a lei que definia para o brasão de Fortaleza as seguintes características heráldicas: campo azul (português), a coroa mural de ouro (representando o poder de uma capital de estado), um castelo de ouro sobre ondas ao natural. Tem a divisa Fortitudine (do latim força ou fortaleza), de sable (cor preta) em listel de prata (branco) enramados em dois galhos, um de fumo e outro de algodão, ambos em flor e ao natural.*

A mesma lei municipal especificou, também, o uso e as dimensões da bandeira da capital cearense. *Consta de um campo branco em forma retangular, cortado por faixas de cor azul, igual ao azul da Bandeira Brasileira, em diagonais; no cruzamento das duas faixas encontra-se o brasão do município.* A bandeira apresenta as mesmas dimensões da bandeira nacional, e deve ser hasteada *durante o expediente e feriados no Palácio Iracema, nos edifícios-sede da Câmara Municipal, autarquias do Município e do Tribunal de Contas da Prefeitura*²⁶⁷.



267 In http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11464&Itemid=78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Vera Mamede Accioly. **A Metrópole e o Impacto das Políticas Públicas na Expansão Urbana**: Fortaleza entre 1980 e 2008. In http://egal2009.easyplanners.info/area05/5837_Vera_Mamede_Accioly.pdf.
- ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e Crônicas Sobre a Cidade Amada**. Fortaleza: Casa de José de Alencar; UFC, 1998.
- AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000, p. 408 e 409.
- ALENCAR, Maria Emília da Silva. **“  Sombra das Palavras”**: a oligarquia Acciolina e a imprensa (1896-1912). Fortaleza: Disserta o de Mestrado em História/UFC, 2008.
- ANDRADE, João Mendes. **A Oligarquia Acciolina**. Fortaleza: Disserta o de Mestrado em História/UFP, 1986.
- Anuário do Ceará. **Fortaleza**: Jornal O Povo, 2010/11.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Opulência e Miséria nos Bairros de Fortaleza** (Ceará/Brasil). In [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm).
- ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos Labirintos da Cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007
- ARAÚJO, Fátima. **Pedro Bela**: ocupando espaços na luta por um teto. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2002.
- AZEVEDO, Miguel  ngelo de (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.
- AZEVEDO, Nirez de. **História do Campeonato Cearense de Futebol**. Fortaleza: Equatorial Produ oes, 2002.
- AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1992.
- AZEVEDO, Sânzio. **Aspecto da Literatura Cearense**. Fortaleza: Edi oes UFC/Academia Cearense de Letras, 1982.
- AZEVEDO, Stênio. NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: ABC, 1998.

BANDEIRA, Robson Torres. SILVA NETA, Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará.** http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **A Cidade das Máscaras: Carnavais na Fortaleza das décadas de 1920 e 1930.** Fortaleza: Dissertação de Mestrado/História, 2007.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A Força do Hábito: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930).** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza/ UFC, 1997.

BARBOSA, Renata Horn. **Arquitetura e Cidade: Fortaleza no final do século XX.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/USP, 2006.

BARREIRA, César. **Em Nome da Lei e da Ordem: a propósito da política de segurança pública.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. Jan-Mar, p. 77-86, 2004.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Sob o Signo da Contramão: a esquerda e o feminino na experiência de administração municipal.** Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

_____. **O Reverso das Vitrines.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Assim na Morte como na Vida.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

BERNARDO, Nathália Costa. **“Juraci faz”, a imagem de Juraci Magalhães na campanha de 1996.** Fortaleza: Monografia de Comunicação Social / Unifor, 2010.

BEZERRA, Roselane. **O Bairro Praia de Iracema entre o “Adeus” e a “Boemia”:** usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

BRAGA, Elza Franco. BARREIRA, Irllys Firmo (coordenação). **A Política da Escassez.** Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1991.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

_____. **Centro de Fortaleza: Reabilitação Urbana para quem?** In <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/109>.

_____. **Especulação Imobiliária e Turismo no Ceará.** In <http://www.cdvhs.org.br/sispub/imagedata/1893/sits/files/ESPECULACAO%20IMOBILIARIA%20E%20TURISMO%20NO%20CE.pdf>.

BRASILEIRO, Lúcio. **Até Agora... Fortaleza:** Edições Demócrito Rocha, 2005.

BRUNO, Artur. FARIAS, Airton de. ANDRADE, Demétrio. **Os Pecados Capitais do Cambeba.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Cotidiano:** breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Literatura, Imprensa e Política (1873-1904).** In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

CARVALHO, Alfredo de. **Trechos das Notas Dominicais de Tonelare que se referem ao Ceará.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. V. 22, p. 274, 1908.

CARVALHO, Jäder de. **Aldeota:** romance. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2003.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (coordenadora). **Transição Democrática Brasileira e Padrão Publicitário da Política.** Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 1999.

_____. **O Ceará na Década de 1980:** atores políticos e processos sociais. Campinas-SP: Pontes; Fortaleza: Programa em Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.

CASTRO, José Liberal. **Fatores de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

_____. **Cartografia e Planejamento Urbano.** In: Prefeitura Municipal de Fortaleza - A administração Lucio Alcântara; marco 1979 / maio 1982. Fortaleza, 1982, p. 50-81.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (organizadora). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CEARAH Perifeira (organização). **Violência, Lutas e Memórias**: histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2002.

CHAVES, Gylmar. VELOSO, Patrícia. CAPELO, Peregrina. **Ah, Fortaleza!** Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos**. São Paulo: Annablume, 1997.

CORDEIRO, José. **Os Índios no Siará, massacre e resistência**. Fortaleza: E. A., 1989.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Padaria Espiritual**: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/USP, 2007.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Televisão e Política**: a campanha municipal de 1992 em Fortaleza. Fortaleza: UFC/NRPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1996.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. 1988. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana/USP/FFLCH, 1988.

_____. **Teorias Médicas e Gestão Urbana**: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciência, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. Vol.11 (1): 57-74, jan- abr.2004.

_____. Fortaleza: **Expansão Urbana e Organização do Espaço**. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues de. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista**: estudos de maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. **Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante**: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). In <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>.

DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. **A Dinâmica do Espaço Intraurbano de Fortaleza e a Formação de Novas Centralidades**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

DIÓGENES, Glória. **Itinerários de Corpos Juvenis: o baile, o jogo e o tatame**. São Paulo: Annablume, 2003.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, Jangadas e Navios: uma história portuária**. Fortaleza: OMNI, 2007.

FALCÃO, Armando. **História do Chefe do PTB no Ceará, Carlos Jereissati, "Imperador do Linho Roubado"**. Rio de Janeiro: sem editora, 1954.

FÉLIX, Keile Socorro Leite. **Espíritos Inflamados: A Construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2010.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcante. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana**. Fortaleza: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFC, 2004.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro Baturité**. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

FILHO, José Almir Farias. **Hélio Modesto em Fortaleza**. Ressonância e resistibilidade do Urbanismo Moderno. In http://www.munduruku.com/docomomo/AF_José%20Almir%20Farias%20Filho.pdf,

FILHO, José Ernesto Pimentel. **A Aristocratização Provinciana em Fortaleza (1840-90)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 1995.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. **A Trama Fotográfica do Quebra-Quebra de 1942**. In: http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2008_pdf/Carlos%20Renato%20Ara%FAjo%20Freire.pdf.

FREIRE, Gerardo Régis de Paula (Coordenação). **Fortaleza Evolução Urbana**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza/Administração Luiz Nogueira Marques, S. D.

FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **Crimes Passionais em Fortaleza**: o cotidiano construído nos processos crimes nas primeiras décadas do século XX. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/ PUC, 2007.

FREITAS, Mariano. **O Prefeito Acrísio e a Câmara Vermelha**. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **Aspectos Históricos da Expansão Urbana no Sudeste do Município de Fortaleza, Ceará – Brasil**. In <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=119>

FURTADO FILHO, João Ernani. **Soares Moreno e Matias Beck**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

GALENO, Alberto Santiago. **A Praça e o Povo**. Fortaleza: Multigraf, 2000.

GARCIA, Ana Karine Martins. **Para Onde Sopram os Ventos**: Tentativa de Higienização e Salubridade em Fortaleza na Segunda Metade do século XIX. In: Moanga Revista dos Alunos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, vol. 01, n 2, p. 74-86, 2007.

GIRÃO, Blanchard. **Sessão das Quatro**: cenas e atores de um tempo mais feliz. Fortaleza: ABC Editora, 1998.

_____. **A Invasão dos Cabelos Dourados**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 2000.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979.

_____. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985.

GONÇALVES, Adelaide (organizadora). **Ceará Socialista**: Anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. SILVA, Jorge. **A Imprensa Libertária no Ceará**. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. BRUNO, Allyson. **O Trabalhador Gráfico**. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna**. São Paulo: Annablume, 2007.

HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

JUCÁ, Clovis Ramiro. **Urbanização do Ceará Setecentista**. Salvador: Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/ UFBA, 2007.

JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Reverendo as Datas e Fatos e Completando as Notas para a História do Ceará**. IN: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, S.E., 1998.

_____. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2008.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: São Paulo: Fortaleza: ABC Editora, 2003.

KIDDER, Daniel, FLETCHER, J.C. **O Brasil e os Brasileiros**. São Paulo: Nacional, 1941.

KROMMEN, Rita. **Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1997.

LEITÃO, Juarez. **Sábado, Estação de Viver**: histórias da boemia cearense. Fortaleza: Editora Premium, 2000.

LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará**. Fortaleza: Secult, 1994.

LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

_____. **Família, Tradição e Poder**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. **Marretas, Molambudos e Rabelistas**. São Paulo: Maltese, 1994.

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOPES, Marciano. **Royal Briar**: a Fortaleza dos anos 40. Fortaleza: ABC Editora, 1996.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **Aeroportos de Fortaleza**: usos e significados contemporâneos. Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFC, 2006.

_____. **O Imaginário Social da Fundação de Fortaleza.** In <http://cienciasocialceara.blogspot.com/2010/04/o-imaginario-social-da-fundacao-de.html>.

MARIZ, Silvana Fernandes. **“Oficina de Satanás”:** a Cadeia Pública de Fortaleza (1850 – 1889). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004.

MARQUES, Regina Elisabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais:** o caso de Fortaleza. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFC, 1986.

MARTINS, Isabela. **Os Empresários no Poder.** Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MENESES, Antônio Bezerra. **Descrição da Cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, 2ª ed.

MENEZES, Luis Barba Alado. **Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará.** In: Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1998.

MENEZES, Patrícia. **Fortaleza de Ônibus:** quebra-quebra, *lock out* e liberação na construção do serviço de transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem, Vira e Volta.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOTTA, Felipe Ronner Pinheiro Imlau. **Progresso, Calamidade e Trabalho:** Pobreza e Urbanidade Incipiente na Cidade em Fins do Oitocento. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.2, n. 4, p. 155-183, 2003.

MUNIZ, Altamar da Costa. **Trajetórias de Vida, Espaços de Sociabilidade e Projeto Político da Burguesia “Mudancista” Cearense (1978-1986).** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/ UFRJ, 2007.

NECES, Marcus Vinicius. **A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha.** In: Revista História Viva. Número 8, junho de 2004.

NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis.** Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1998.

NOBRE, Geraldo. **A Capital do Ceará**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do Atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "Era Tasso". Fortaleza: tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2008.

NOCA, Francisco Wilson. **Sermões, Matracas e Alcatrão**: religiosos e comunistas na luta pelo poder (1946-50). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1996.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, Progresso, Memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

NOGUEIRA, João. **Iluminação de Fortaleza**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: S.E., V. 53, 1939.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **Universo Letrado em Fortaleza na Década de 1870**. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: **História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. **Livros de Viagens**: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809 - 1826). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

OLIVEIRA, Augusto. LAVÔR, Ivonildo. **A História da Aviação no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (In)salubre**: ideia e prática médicas em Fortaleza 1838-53). Fortaleza: Dissertação em História/UFC, 2007.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. **Fortaleza: Velhos Carnavais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano.de. **Uma Cidade em Construção**: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. In Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, no. 1.

OLIVENOR, José. **"Metrópole da Fome"**: A cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

PAIVA, Augusto César Chagas. **Política Urbana, Estado e Participação Popular em Fortaleza**: o caso da Comunidade das Goiabeiras. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UECE, 2007.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A Elite Política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê – os camisas verdes no Poder**. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

_____. **Projetando a Hegemonia Burguesa**. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 20/21, n. 1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1989/90.

_____. **A Fé e a Razão na Política**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

_____. ARRUDA, José Maria. **A Era Jereissati**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PATRICIO, Edgard. **A Voz do Ceará**: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Club de 1954 a 1948. Fortaleza: Tese de Doutorado em Educação/UFC, 2006.

PAULET, Antônio José da Silva. **Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará**. In: Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldeimar Alcântara, 1998.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio Marítimo e Expansão Metropolitana no Ceará**. Fortaleza. Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006.

PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em Confronto**: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In SOUZA, Simone (organizadora). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das Trevas**: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE/1922 - 1932). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2005.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do Passeio Público à Ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904-45). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Epoque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A Cidade dos Clubes: modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-70**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.
- PORTO, Eymard. **Babaquara, Chefetes e Cabroeira**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara/ Secretaria da Cultura e Desporto, 1988.
- QUEIROZ, Ivan da Silva. **Espacialidades do Medo em Fortaleza: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano da capital cearense**. In <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2795470>.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.
- _____. **A Redemocratização do Ceará de 1945 a 1947**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.
- RORIZ JÚNIOR, Wilson. **Sim Senhor Coronel**. Fortaleza: IOCE, 1986.
- SALVADOR, Diego Silva. CARLEIAL, Adelita Neto. **Leste de Fortaleza: natureza, produção do espaço e crescimento urbano no bairro Sapiranga/Coité**. In <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3506>.
- SAMARA, Eni de Mesquita, e SOUSA, José Weyne de. **Morar e Viver no Nordeste do Brasil**: Fortaleza, séc. XIX. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.4, n. 7, p. 41-67, 2006.
- SAMPAIO, Alfredo. **Futebol Cearense: retalhos Históricos**. Fortaleza: Imprece, 2007.
- SANTIAGO, Pádua. **A Cidade como Utopia e a Favela como Espaço Estratégico de Inserção na Cultura Urbana (1856-1930)**. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.1, n. 2, p. 115-130, 2002.
- _____. **Pirambu: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo**. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços da Cidade (Camocim – 1923-1950)**. Fortaleza: Banco do Nordeste/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

SILVA, Daniele Costa da. **No Sentido do Viver, o Lutar; na Luta, a Construção de um Lugar**: bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFC, 2004.

SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004.

SILVA, Eciane Soares da. SANTOS, Marlon Cavalcante. SILVA, José Borzacchiello da. **Comércio Informal no Centro de Fortaleza**: Beco da Poeira e Feira da Sé. In <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2402>.

SILVA, Elizete Américo. **Espaços Públicos e Territorialidades**: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC, 2006.

SILVA, Erotilde Honório. FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. **A Mulher na Mira do Discurso Disciplinador do Jornal o Nordeste (1920 A 1940)**. In www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/.../R2374-1.pdf.

SILVA, Jane D. Semeão e. **Mulheres de Fortaleza nos Anos de 1940**: uma vivência da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: dissertação de Mestrado em História/UFC, 2000.

SILVA, José Borzachiello da. **Quando os Incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. **Nas Trilhas da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desportos do Ceará, 2001.

SILVA, Marcio Inácio da. **Nas Telas da Cidade**: salas de cinema em Fortaleza nos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

SILVA, Marcos Aurélio Ferreira da. **Uma Fortaleza de Risos e Molecagem**. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

SILVA, Marilda Santana da. **A “Reinvenção” do Ceará em Fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa.** Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

_____. **Por uma Nova Forma de Escrever e Ensinar sobre as Práticas Políticas e Administrativas do Ceará no Período Colonial.** In: LOPES, Régis. LUCENA, Regina (organizadores). Tempo no Plural. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Fortaleza, Imagens da Cidade.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. **Paisagens do Consumo.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. **Entre o Fio e a Rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza.** São Paulo: Tese de Doutorado em História/PUC, 2008.

SOARES, José Teodoro. **A Ideia de Modernidade em Sobral.** Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

SOARES, Mário Elízio Aguiar. **Estádio Plácido Aderaldo Castelo (Castelão).** Fortaleza: ABC Editora, 2007.

SOMBRA, Waldy. **A Guerra dos Panfletos.** Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998.

SOUSA, Eusébio de. **História Militar do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um Partido não Anunciado: programa e governos do PT entre 1979.** Campinas-SP: Tese de Doutorado em Economia/Unicamp, 2004.

SOUZA, Simone. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930-35).** São Paulo: Dissertação de Mestrado/PUC, 1982.

_____. **outros. Fortaleza: a gestão da cidade.** Fortaleza: UFC/NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.

_____. OLIVEIRA, Francisco de Assis. **O Movimento Operário na Primeira República.** Fortaleza: NUDOC/UFC, sem data.

STUDART, Guilherme. **Datas e Fatos para a História do Ceará.** Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

STUDART FILHO, Carlos. **Os Aborígenes do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: as origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN/ Ed. Universitária, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Secretaria de Administração do Ceará, 1967.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As Mulheres na Expansão Material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e Poder**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

VIEIRA, Tanísio. **Seca, Disciplina e Urbanização**: Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre o Futuro e o Passado**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 27 e 28.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2000.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Relação do Ceará ou Certidão de Nascimento do Ceará**: necessidade de uma edição crítica. In http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos.

OS AUTORES

José Airton de Farias nasceu em Santana do Acaraú-CE, em 1973. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), é também Mestre em História Social pela mesma UFC. Exerce a profissão de professor há 18 anos, ministrando aula em diversos colégios e faculdades do estado. Dentre seus livros mais conhecidos estão: *História do Ceará: da Pré-História ao Governo Cid Gomes* e *Além das Armas: Guerrilheiros de Esquerda no Ceará Durante a Ditadura Militar*.

Contato: airtondefarias@yahoo.com.br

Artur Bruno é natural de Fortaleza, formado em Pedagogia e há mais trinta anos dedica-se à formação da juventude, como professor de Geografia e Atualidades em cursos pré-universitários. Exerce o mandato de Deputado Federal pelo Estado do Ceará, onde foi votado em 183 (dos 184) municípios, além de ter sido o mais votado na cidade de Fortaleza. Exerceu dois mandatos como vereador em Fortaleza e quatro mandatos de deputado estadual pelo PT, seu primeiro e único partido, ao qual é filiado, desde 1986. Foi Secretário do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará. É autor dos livros: *Normas Básicas da atividade cultural* (com Humberto Cunha), em processo de revisão para 2ª edição; *CPI do Fundef: vitória da sociedade*; *Educar é Preciso*; *Os Pecados Capitais do Cambeba* (com Airton de Farias e Demétrio Andrade); *Ideologias e Partidos Políticos*; *Leis da Educação* (com José de Medeiros Neto e Anízio Santos de Melo); *Educar Sempre*.

Contato: www.arturbruno.com.br

arturbruno@arturbruno.com.br;

MESA DIRETORA
2011 – 2012

Deputado Roberto Cláudio
Presidente

Deputado Dr. Sarto
1º Vice-Presidente

Deputado Tin Gomes
2º Vice-Presidente

Deputado José Albuquerque
1º Secretário

Deputado Dedé Teixeira
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Teo Menezes
4º Secretário



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Este livro foi composto em Candida
BT 11/12 e impresso em papel offset
75g/m², na gráfica i. Editora,
para o INESP